

FUNDAMENTOS

SÃO PAULO — Dezembro - 1948 — Janeiro - 1949



Algum tempo depois... recolhia o cêsto ... nove cabeças... (Ilustração de

EDITORIAIS
MENTARIOS
LIVROS
REVISTAS

DEZEMBRO — 48

JANEIRO — 49

FUNDAMENTOS

N.º 7/8

Vol. III

Revista de cultura moderna

São Paulo

Fundador

MONTEIRO LOBATO

Diretor-Responsável

RUY BARBOSA CARDOSO

Redator-Chefe

AFONSO SCHMIDT

Secretários

G. NONNENBERG e J. E. FERNANDES

Colaboram neste número:

FERNANDO SEGISMUNDO — Antigo professor de história e geografia do Colégio Pedro II. Jornalista; redator do “Diário de Notícias”, do Rio de Janeiro. Técnico de Educação e Saúde. Autor da monografia “Trabalhos manuais no currículo secundário” (1939) e do livro “Castro Alves explicado ao povo” (1947)

JACOB GORENDER — Jornalista e ensaista da nova geração. Ex-Combatente da F. E. B.

CAIO PRADO JUNIOR — Sociólogo e economista. Autor de “Formação do Brasil Contemporâneo” e “História Econômica do Brasil”.

PASCHOAL LEMME — Educador e escritor do Distrito Federal. Especializado em problemas educacionais.

ANNIBAL M. MACHADO — Contista, crítico de arte e poeta. Figura de relevo na literatura moderna brasileira. Autor de “Vida feliz”.

AFONSO SCHMIDT — Escritor e jornalista; autor de “A Marcha”, “Colônia Cecília” e outros romances; Redator-Chefe de “FUNDAMENTOS”.

DR. PLINIO RIBEIRO CARDOSO — Médico e ensaista.

CIRO MENDES — Crítico de arte e jornalista.

ELIAS CHAVES NETO — Advogado e jornalista.

ZORA BRAGA — Jornalista; delegada brasileira ao Congresso Mundial da Paz;

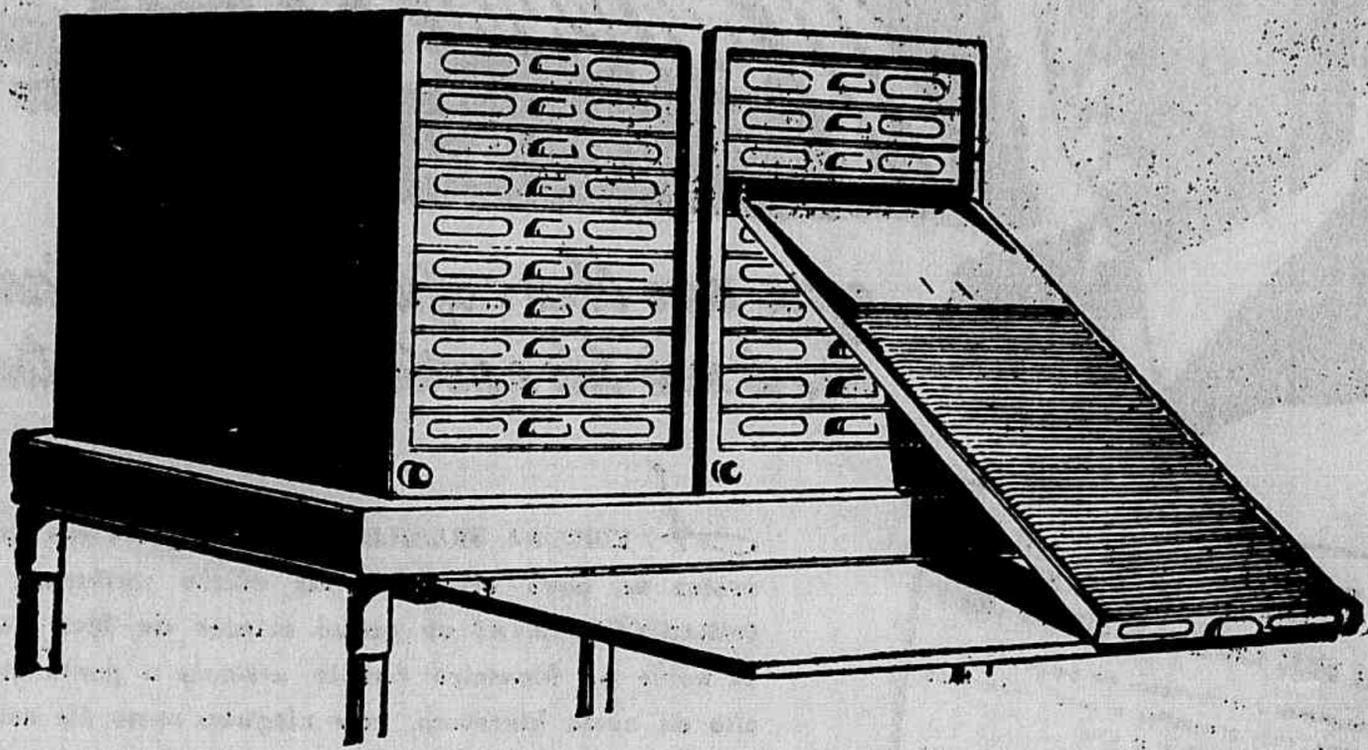
CAPA e ilustrações de Manoel Martins.

FUNDAMENTOS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em trabalhos assinados. Não devolve originais.

Número avulso — Cr\$ 6,00 — Atrazado — Cr\$ 10,00 — Assinatura Anual — Cr\$ 70,00
Redação e Administração: Rua Barão de Itapetininga, 275 — 9.º andar — conjunto 96 —

SÃO PAULO

ORGANIZAÇÃO INTERNA



estoque - vendas - contas correntes
cobranças - compras - produção

SECURIT

Elimine os desperdícios, estabeleça exatos controles com Synthesis, o melhor fichário horizontal hoje fabricado em todo o mundo.

SECURIT

olivetti

TECNOGERAL S.A.

R. 24 de Maio, 47 - Tels. 6-5785 - 6-7742



Um presente a cultura brasileira...

OBRAS COMPLETAS

DE

Monteiro Lobato

agora, num bloco unificado, a extraordinária obra do mais lido e querido escritor de nossa terra.

**OS 13 VOLUMES QUE COMPÕEM A 1.ª SÉRIE
LITERATURA GERAL
DAS OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO**

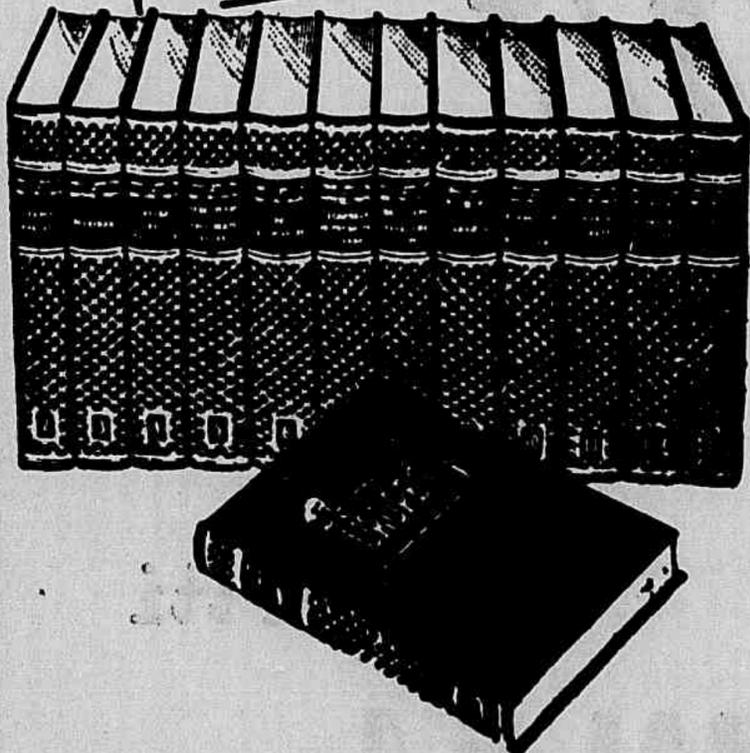
Ricamenz encadernados em percalina americana com gravações e ouro - Formato 14,5 x 22 cms

1.º Urupês • 2.º Cidades Mortas • 3.º No Brinha • 4.º Iúlias de Jeoa Tatá • 5.º A Onda Verde e O Presidente Negro • 6.º Na Antevéspera • 7.º O Escândalo do Fertrôico e Ferro • 8.º Mr. Blang e o Brasil • 9.º Problema Vital • 10.º América • 11.º Mundo de Luz e Miscelâneas • 12.º A Barca de Gleyre (em dois tomos) • 13.º Prefácios e Entrevistas

Mais de 4 mil páginas de leitura

A EDITORA BRASILIENSE tem orgulho em apresentar ao povo brasileiro, em edição uniforme, as OBRAS COMPLETAS do genial criador de Jéca Tatá. O nome de Monteiro Lobato assinala o ponto mais alto da nossa literatura, pois ninguém como ele soube interpretar e exprimir os sentimentos e aspirações da gente brasileira. Sua obra, em conjunto, vale como o mais expressivo e fiel retrato do Brasil.

Nos 13 volumes que compõem a 1.ª Série - LITERATURA GERAL - das OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO, os leitores encontrarão tudo o que o famoso escritor produziu desde a sua mocidade: contos, romances, artigos, prefácios, entrevistas, correspondência e muita matéria inédita, só agora reunida em volume, neste grandioso empreendimento editorial.



13 VOLUMES RICAMENTE ENCADERNADOS

PLANO DE VENDA EM MÓDICAS PRESTAÇÕES MENSAIS ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE CRÉDITO

DA

Editora **BRASILIENSE** *Ltda.*

ANEXO À LIVRARIA MONTEIRO LOBATO

• Telefone: 6-2423 • Caixa Postal 163-B • São Paulo



U. 18

INDICE

Editorial	1
Notas da Redação	4
FILOSOFIA	
A filosofia humana de nossa época — Jacob Gorender	5
SOCIOLOGIA	
Métodos Sociológicos — Caio Prado Junior	23
POLÍTICA	
Neo-facismo em São Paulo — Elias Chaves Neto	31
HISTÓRIA	
O Brasil, segundo um médico, um espião e um poeta — Prof. Fernando Segismundo	37
REPORTAGEM	
Aspéctos da Europa Central — Zora Braga	43
LITERATURA	
A estréia da guilhotina — Annibal M. Machado	55
Sete Cartas Loucas — V — Afonso Schmidt	58
EDUCAÇÃO	
Reforma Agrária — Paschoal Lemme	64
ARTE	
Cândido Portinari — Ciro Mendes	70
FORUM DE FUNDAMENTOS	
Sôbre Genética — Dr. Plinio Ribeiro Cardoso	72
NOTAS	
A questão dos não assalariados e o rescenseamento de 1940 — Marcos Monte Lima	82
Lei de Segurança	84
Artes Plásticas	86
Revistas	86
Jornais	89
Secção de Livros	90

Atentado à Cultura

FUNDAMENTOS tem denunciado as repetidas arbitrariedades do governo com relação à livre expressão do pensamento. A apreensão de edições de livros e jornais, a condenação injusta do poeta Aydano do Couto Ferraz, o fechamento e a suspensão de órgãos da imprensa livre, a proibição de comícios e reuniões cívicas, as represensões policiais contra as organizações estudantis e suas manifestações, e ainda agora a prisão do economista Ruy Barbosa Cardoso, diretor desta revista, têm merecido seu protesto pronto e vigoroso.

Hoje, FUNDAMENTOS, cumpre o dever de alertar seus leitores para um novo e intolerável atentado à liberdade e à democracia: a chamada Lei de Segurança do Estado que o Executivo procura impôr à Nação através de um Congresso submisso em sua maioria. A Lei de Segurança do Estado destina-se, na sua essência, a impedir que o povo brasileiro manifeste sua revolta diante do descalabro em que se encontra o país. Mas ela não é apenas um instrumento infame de opressão política. É também um instrumento para cercear a liberdade do pensamento, e por conseguinte, é um atentado à cultura. Da sua monstruosidade política e jurídica falamos em outras páginas desta edição. Aqui nos interessa mais de perto a sua vileza intelectual. Não podemos admitir, de fôrma alguma, que a liberdade de pensamento e expressão seja conspurcada por uma lei absurda que não só violenta a letra expressa de nossa Constituição, como desdenha cínicamente do código universal de Direitos do Homem, a que o Brasil acaba de apôr sua assinatura, na O. N. U.. Aos intelectuais como representantes das aspirações do povo cabe o dever inadiável de se opôr sem transigência ao estatuto iníquo. Não se iludam aqueles que julgam ser a medida, agora preconizada, endereçada apenas aos que se batem com maior ardor e consequência pelo bem da Nação e pelo progresso de sua cultura. Ela visa simplesmente a liquidação da liberdade de *todos* os que não pactuem com as injunções e conveniências políticas do grupo minoritário que a todo custo pretende impedir o progresso do Brasil e entregar suas riquezas ao estrangeiro. A Lei de Segurança exprime a vontade dos latifundiários e seus aliados do governo Dutra que preferem entregar o Brasil ao imperialismo americano, a promover o seu progresso por meio de medidas práticas de interêsse nacional. Para êsse desígnio sombrio engendraram essa lei de exceção que pretende abolir as liberdades individuais e públicas, cercear a livre ma-

nifestação do pensamento e liquidar a cultura. Se essa lei infame vigorar logo voltaremos aos tempos dos dips, do arrocho e censura da imprensa, da proibição de livros, ignominiosa sujeição do trabalho intelectual às conveniências do governo, aos tempos do disvirtuamento completo da atividade cultural do Brasil. E não se pretenda que a Lei de Segurança atende a circunstâncias meramente nacionais, e de momento. Ela é parte de um amplo plano consertado internacionalmente pelo imperialismo guerreiro com o fito de criar condições para uma terceira guerra mundial, única saída que vislumbra para os graves e insolúveis problemas de sua crise de estrutura. Em tôdas as partes do mundo sujeitas ainda à sua influência repontam os indícios de sua sinistra atividade contra a liberdade das ciências, das artes e do pensamento. No Chile os provocadores de guerra forçam Videla a perseguir o poeta continental Pablo Neruda. No Canadá cientistas de valor são encarcerados sob falsas acusações. Nos Estados Unidos mandam para a prisão o grande escritor norte-americano Howard Fast que como outros democratas, não se submeteu à farsa de um tribunal inquisitorial. De Cuba chegam-nos as notícias de processos contra os líderes populares e, intelectuais como Juan Marinello e o insuperável poeta Nicolás Guillen. As mesmas forças desesperadas com o progresso da consciência política dos povos inspiram aqui a lei de segurança. São os mesmos provocadores de guerra que aprisionam ilustres visitantes dos Estados Unidos como a cientista Irene Joliot-Curie. São os mesmos que falseam, com o deformação de suas agências noticiosas, o sentido de procesos como o do cardeal Mindszenty, querendo ver o julgamento da religião católica num processo por crimes contra a nação húngara. De um grotesco traidor como Kravechenko querem fazer um escritor injuriado. Os mesmos interesses guerreiros que nos enviam missões abbingas de levantamento de nossos recursos, agora nos impõem a aceitação de acôrdos como o recente instrumento da Hiléia Amazônica, em bôa hora denunciado à nação pelo Deputado Artur Bernardes, procurando dar cunho de acôrdo cultural ao que na realidade é simplesmente a alienação de nossa soberania sôbre uma parte substancial do território brasileiro. São êsses armamentistas ávidos de lucros criminosos que a todo trãse querem inflingir à humanidade a catastrophe de uma nova guerra.

A Lei de Segurança conduzirá inexoravelmente ao terror fascista, se sua aprovação não for sustada ou sua vigência impedida, pela vontade soberana da nação expressa na categoria resistência do povo à sua aplicação. Os intelectuais fazem parte do povo, e mais, têm a função precípua de interpretar e dar forma aos seus anseios e aspirações. Não podem, sob pena de traírem ao seu dever primordial de arautos da vontade popular, deixar de lutar ao lado das outras forças progressistas na rejeição ao infame estatuto. Da união de tôdas as forças de resistência e repulsa à Lei de Segurança surgirá um vigoroso e irresistível movimento, capaz de

forçar o govêrno a retroceder na sua desatinada aventura. Com a rejeição e a derrota dessa lei de ocupação, a cuja teôr não são estranhos os símbolos de Quisling, Pétain e Laval, vão se restabelecer as condições essenciais ao andamento livre do trabalho intelectual, ao florecimento da liberdade de pensamento, clima único em que pode frutificar a cultura.

Aos intelectuais de hoje, em todos os quadrantes do território nacional, nas capitais e nas cidades do interior, incumbe o dever inalienavel de sustentar a tradição que nos vem desde Tiradentes, Castro Alves e Rui Barbosa, de defendermos a todo custo a soberania e a independência do Brasil. Cumpre-lhes lutar pela paz, desmascarar os provocadores de guerra, os falseadores da verdade histórica e arrancar a mascara dos intelectuais acumpliciados com os usurpadores do patrimonio nacional.

— * —

Vítima de uma odiosa arbitrariedade da polícia paulista, foi preso no dia 1.º de fevereiro e encontra-se recolhido na Casa de Detenção o economista Ruy Barbosa Cardoso, diretor de FUNDAMENTOS.

Não cabe numa ligeira nota analisarmos os motivos alegados pelos policiais do Departamento de Ordem Política e Social para encarcerarem o brilhante jornalista que, mantendo a tradição de Monteiro Lobato, tem pôsto sua pena e sua inteligência a serviço da democracia e da liberdade. Trata-se pura e simplesmente de uma violência policial, cuja única finalidade é criar em São Paulo um ambiente de terror e insegurança com o qual as fôrças da reação possam “justificar” a aplicação da famigerada Lei de Segurança ora em debate no nosso Parlamento.

Estamos certos de que a Justiça de S. Paulo não dará guarida ao maquiavélico processo que está sendo forjado pela policia contra o nosso querido colega, e irá conceder o “habeas-corpus” já impetrado a seu favor.

Ao registrar aquí o nosso veemente protesto contra mais essa arbitrariedade do govêrno do sr. Ademar de Barros, não podemos deixar de declarar, em nome de FUNDAMENTOS e dos intelectuais progressistas de São Paulo, que estamos solidários com Ruy Barbosa Cardoso e que não descansaremos na luta pela sua libertação.

Notas da Redação

Chamamos a atenção de nossos leitores para a nova secção que inauguramos no presente número — **FORUM DE FUNDAMENTOS**. Desejamos tornar essa secção uma verdadeira tribuna de debates, onde todos possam livremente comentar os artigos por nós publicados, bem como outros assuntos que julguem de interesse cultural. Para se tornar vivo e esclarecedor, o **FORUM DE FUNDAMENTOS** depende exclusivamente da colaboração de nossos leitores. Envie a sua colaboração para o **FORUM** e conte certo com a nossa resposta.

— * —

Comemorando o quarto aniversário da morte de Mario de Andrade, **FUNDAMENTOS** publicará um número especial sobre a vida e a obra do grande escritor paulista, com colaboração originais de diversos escritores e críticos de renome nacional. Afim de tornar a nossa homenagem a M. de A., uma verdadeira contribuição ao estudo dêsse grande vulto da literatura brasileira, a redação de **FUNDAMENTOS** solicitou a ajuda de diversos amigos do autor de *Macuanaima*, tendo êstes se prontificado a colaborar conosco no planejamento da edição.

— * —

É com o maior prazer que registramos o sucesso alcançado pelo n. 4-5 de nossa revista, inteiramente dedicado à memória de Monteiro Lobato. A edição, que foi de 6 mil exemplares, esgotou-se em duas semanas e ainda hoje continuamos a receber pedidos de leitores de todo o Brasil. Infelizmente não podemos por óra atender esses pedidos, mas quando nossa situação econômica o permitir, estudaremos a possibilidade da reedição dêsse número especial, com acréscimo de mais alguns estudos e ensaios sobre a vida e a obra do saudoso criador de *Jéca Tatú*.

— * —

O crescimento de **FUNDAMENTOS** obrigou-nos a ampliar as instalações de nossa redação. Estamos agora ao dispôr de nossos amigos e leitores em duas amplas salas situadas no mesmo endereço. Em nossa séde mantemos uma modesta bibliotéca de publicações nacionais e estrangeiras que pode ser usada para consulta pelos nossos assinantes e leitores. A redação de **FUNDAMENTOS** está aberta diariamente das 9 às 12 e das 14 às 19 horas — Rua Barão de Itapetininga, 275 — 9.º andar — conjunto 96.

— * —

A direção e a redação de **FUNDAMENTOS** vão ser ampliadas com a participação de vários intelectuais do Rio e de São Paulo. Desejamos, com essa ampliação, fazer com que nossa revista se converta num órgão ainda mais representativo da intelectualidade brasileira.

No próximo número apresentaremos aos nossos leitores os nomes dos escritores e artistas que passam a colaborar conosco, integrando o nosso quadro redatorial.

A filosofia humanista de nossa época

JACOB GORENDER

I

Uma verdadeira batalha vem sendo travada, desde ha algum tempo, em tórno da palavra "humanismo". Quasi não ha corrente de pensamento que deixe de reivindicar a posse absoluta da significação dessa palavra supostamente mágica, sem hesitar, para alcançá-lo, diante de tóda espécie de contorcionismos e mistificações intelectuais.

Qualquer que seja, porém, o sentido insuflado à palavra "humanismo", a conclusão que se deve tirar da disputa em tórno da sua posse é que existe generalizada na consciência dos homens de nossa época a convicção de que a solução para os seus problemas depende dêles mesmos. Inclusive as doutrinas que se ligam aos elementos sobre-naturais das religiões, são obrigadas a debater os problemas do mundo atual num plano humano e terreno, dentro dos limites mais ou menos visíveis que a história apresenta. Numa época em que milhões de homens já se convenceram de que uma fôrça imensa vem dêles mesmos, as ideologias não podem servir senão para mostrar o *que fazer* dessa fôrça. As místicas e as utopias, que se confessam como tais, vão passando para um plano cada vez mais secundário. Não admira, porisso, que, desde os fins do século passado particularmente venham-se multiplicando, no campo burguês, as chamadas filosofias da "ação" ou da "vida", que procuram explicar e orientar a ação e a vida dos homens sôbre a terra.

Um outro fator decisivo que, nestes últimos decênios, tem influenciando para tal aspécto da luta no campo ideológico, reside nas sucessivas vitórias históricas alcançadas pelo marxismo. Quer o queiram ou não, os adversários do marxismo são obrigados a deslocar o debate para o terreno em que êste se sitúa, são obrigados a não mais ignorá-lo. Pois aí é que está o ponto crucial da questão: o marxismo é o humanismo de nossa época.

O humanismo surgiu e se desenvolveu, a partir do século XIV, como correspondente ideológico de uma etapa histórica de grandes transformações materiais. O regime feudal se desagregava sob o impacto da burguesia revolucionária em ascensão. Iniciativas audaciosas punham à prova a audácia dos homens.

As navegações alargavam os horizontes geográficos da humanidade. A ciência começava a dar saltos à frente, impulsionando as conquistas técnicas, que modificariam pela raiz o modo de viver. As conquistas técnicas, por sua vez, constituíam um poderoso estímulo para a ciência. Nessas condições, o ascetismo medieval, a atitude mística e contemplativa diante da vida se tornavam um entrave intolerável que devia desaparecer. O humanismo foi precisamente essa nova concepção, que reivindicou para o homem uma vida de acôrdo com a natureza, uma vida livre das flagelações impostas pelo obscurantismo clerical da Idade Média. Ao invés de se dirigir ao sôbre-natural, o humanismo se voltou para a razão, nela vendo o instrumento que deveria aumentar ilimitadamente o poder do homem sôbre a terra. Os primeiros humanistas encontraram no estudo da antiguidade clássica, com a sua exaltação da vida natural, uma justificação histórica para fundamentar a crítica ao medievalismo.

A filosofia, influenciada pela concepção humanista, devia, por conseguinte, abandonar os dogmas escolásticos, descer do céu para a terra, deixar de ser a humilhada serva da teologia, para reintegrar o homem no conjunto da natureza e abrir perspectivas teóricas ao seu dinamismo prático. Apesar das concessões que os filósofos eram ainda obrigados a fazer, aqui e alí, à teologia, o racionalismo finalmente se impôs como critério da verdade. Foi sob a bandeira do racionalismo humanista que surgiram Galileu, Giordano Bruno, Bacon, Descartes e Spinoza. A burguesia, classe então revolucionária, não podia deixar de patrocinar o humanismo e todos os grandes espíritos, até o século XVIII, apesar das diferenças muitas vezes profundas de suas afirmações, foram mais ou menos humanistas. A França do século XVIII ofereceu ao mundo uma pleiade admirável de humanistas, em que Diderot se destacava como um talento de primeira grandeza. O humanismo estava presente nos materialistas franceses e ingleses, mas também nos idealistas alemães. Em materialistas como principalmente em idealistas, o humanismo era, todavia, insuficiente, obrigado a preencher as suas lacunas com a metafísica e não raro, sobretudo na corrente do idealismo subjetivo, de Hume a Kant, apresentando sérias características negativas, que iriam ser ao extremo desenvolvidas pela filosofia burguesa dos nossos dias. Refletia, dessa maneira, não só o atraso da ciência como a própria condição da revolução burguesa. Esta, mesmo dando um considerável passo à frente, na história, era obrigada a compromissos e recuos afim de não ultrapassar o limite da substituição de uma classe exploradora por outra classe exploradora.

No século XIX, já tendo cumprido a sua missão revolucionária ou incapaz de cumpri-la em países como a Alemanha, a burguesia se transforma cada vez mais num freio ao progresso

social. A burguesia põe, então, o humanismo à margem e só torna a se interessar por êle nos fins daquele século, para se defender dos problemas levantados pelos avanços da ciência, que é uma arma indispensável ao humanismo, e pelas agitações sociais que a luta do proletariado estava engendrando. Agora, porém, o interesse da burguesia pelo humanismo é o interesse de um inimigo insidioso. O seu objetivo não é mais o de dar livre curso às energias humanas e, portanto, sociais, mas o de contê-las, afim de que não agravem as contradições em que se enreda o regime capitalista. Tendo outróra estimulado, em nome da razão, o assalto ao regime feudal, a burguesia, uma vez elevada à condição de classe dominante e uma vez entrando na sua fase de decadência, se preocupa em infiltrar nos homens o vírus da descrença nas suas fôrças e sobretudo no poder da razão, porque, à luz desta, vai sendo inevitável, completamente inevitável, a conclusão sôbre a ilegitimidade histórica da sobrevivência do próprio regime capitalista. O novo conselho da ideologia burguesa aos homens é, porisso, o seguinte: — seria sempre melhor que nos mantivessemos inativos, mas se por ventura quereis agir de qualquer modo, então deveis agir irracionalmente, deveis considerar como mesquinha tôda a ação submetida a uma diretiva racional...

Quando não nega, a essa altura, através das voltas ao misticismo ou das especulações do idealismo subjetivo, cuja ligação Lenin pôs a nú em sua obra "Materialismo e empirio-criticismo", a burguesia se apropria do humanismo para deformá-lo, para decepar-lhe a razão e a ciência, dando-lhe um tom de exasperação irracional, que devia se transformar nas pregações desesperadas da filosofia burguesa dos nossos dias. Tal o sentido do super-homem extremamente individualista e de instintos soltos criado por Nietzsche e do "elã vital" à margem da razão inventado por Bergson. O pragmatismo, que declara a verdade racional simplesmente desnecessária, substitue a ciência por um empirismo míope e reconhece a validade de tôdas as ações dentro do mais estreito critério imediato e utilitário, tornando-se facilmente reconhecível como a ideologia do "self-made man" americano, do homem para o qual o crime não o é se se transforma em *dólares* para o criminoso, também o pragmatismo se apresenta como uma receita apta a resolver o destino dos homens. Hoje, o existencialismo se afirma humanista com a seriedade de um palhaço de circo. A etiqueta humanista é igualmente reivindicada pelo chamado personalismo, cujas raízes se encontram no Vaticano. Não faltam, enfim, as tentativas para escamotear um rótulo de tanto prestígio.

É sem carecer de escamoteações que o marxismo se apresenta como o humanismo de nossa época. Êle é o herdeiro do tesouro humanista abandonado pela burguesia e o criador incansável de novos tesouros. O seu critério da verdade está na razão aliada

à prática e a sua arma é a ciência. Ele é materialista de modo consequente, sem quaisquer concessões ao idealismo. Sendo dialético, ele concebe a realidade nos seus movimentos mais complexos e recusa a ingênua simplicidade do mecanicismo. Por isso mesmo, o seu determinismo não é o da fórmula estreita de que o futuro repetirá inexoravelmente o passado, comprimida assim a realidade dentro de ciclos imutáveis. Para o determinismo marxista, toda transformação, em qualquer domínio da natureza, possui uma causa bem definida, mas também acrescenta algo de novo à realidade, de modo que esta, no futuro, terá sempre algo que a diferencie do passado.

O humanismo burguês surgiu com os olhos postos no passado e, principalmente na sua primeira fase, buscava no mundo greco-latino um modelo e uma justificativa para as suas críticas ao regime feudal. O humanismo burguês concebia a humanidade como uma entidade abstrata, idealizava abstratamente um homem perfeito e projetava em construções utópicas ou em interpretações idealistas da história o seu ideal imutável da sociedade perfeita. Mesmo os materialistas franceses do século XVIII eram idealistas quando se tratava da vida social. O humanismo burguês, capaz de ser materialista e algumas vezes mesmo dialético quando focalizava a natureza, excluída a sociedade humana, era obrigado a suprir com o idealismo e a metafísica a sua falta de uma ciência social tão concreta, tão materialista como as demais ciências. Mesmo porque, tendo sido capaz, na sua fase revolucionária, de impulsionar todas as ciências naturais, a burguesia deveria muito cedo tropeçar precisamente na ciência social, como que pressentindo, na sua condição de classe exploradora, o veredito da ciência social sobre a transitoriedade do seu regime.

O humanismo marxista, ao surgir, assimila toda a riqueza criada pelas gerações anteriores, mas os seus olhos estão conscientemente voltados para o futuro. A sua crítica da realidade atual não se faz em nome de nenhum modelo do mundo antigo, de nenhuma utopia fabricada *a priori* no plano idealista, mas em nome da realidade futura concretamente em gestação na realidade atual. Ao invés de conceber a humanidade como um ente abstrato e indeferenciado, o marxismo distingue todos os seus contornos reais e põe à luz as classes sociais em luta, caracterizando no proletariado a classe destinada, por uma necessidade histórica, a transformar a vida social. Essa transformação não resultará da adesão da maioria dos homens, por um ato de vontade puramente pessoal, a um plano utópico, porém de uma inelutável necessidade histórica, que vem agindo inclusive através da consciência dos homens. O marxismo não vê no passado nem aponta para o futuro o ideal de um homem perfeito, mas apresenta um homem em ação historicamente condicionado, continuamente trans-

fornecendo o meio que o cerca e, por isso, transformando-se a si mesmo e conquistando duramente uma liberdade de limites cada vez mais amplos. Materialista dialético no âmbito da natureza em geral, o marxismo é materialista histórico no âmbito da vida social em particular. Ao invés de conceber a sociedade submetida a leis de validade permanente, o marxismo apresenta o quadro científico da sucessão de diferentes tipos de sociedade, cada qual sob o domínio de leis transitórias, que lhes são especificamente próprias e que são, de modo geral, as leis do seu nascimento, do seu desenvolvimento e da sua substituição por outro tipo de sociedade. A ciência social marxista, *que é a única ciência social*, só podia surgir porisso mesmo sob a égide do proletariado. Não sendo uma classe exploradora, o proletariado, ao invés de temê-lo, tem um interesse vital em cumprir o veredito da ciência social, que, partindo das premissas concretas da sociedade capitalista, prevê a marcha inevitável para uma sociedade sem classes.

O humanismo burguês não constituiu uma filosofia homogênea. Ele foi apenas um traço comum de determinada época do desenvolvimento de diversas correntes filosóficas. Não há nisso nada de surpreendente, quando se sabe que a burguesia, longe de ser uma classe homogênea, se fraciona em diferentes setores muitas vês contraditórios. A burguesia, além disso, pelo seu caráter de classe exploradora, só pode ser conseqüente até certos limites, fóra dos quais não hesita em comprometer os próprios princípios da sua ideologia afim de se acomodar a uma situação prática. O humanismo marxista possui, ao contrário, um caráter harmônico, sem ser dogmático, devendo êsse caráter à própria homogeneidade do proletariado, classe que pode ser cem por cento conseqüente em qualquer situação prática, sem abdicar de um ápice que seja dos seus princípios ideológicos.

Assinalemos, por fim, que os ideólogos do humanismo burguês elaboraram as suas teorias filosóficas de modo conciente, porém, como dizia Engels, com uma "consciência equivocada". Na sua carta a Franz Mehring, datada de 14 de julho de 1893, Engels caracteriza êsse processus ideológico em que o pensador desconhece as forças motrizes verdadeiras, que o impulsionam. Em tal circunstância, a impressão do pensador, impressão que é comum em maior ou menor grau a todos os ideólogos não marxistas — é a de que o seu processus intelectual decorre, no conteúdo e na forma, do pensamento puro, seja do seu próprio pensamento ou do pensamento dos seus predecessores. Não lhe parece, ou isso lhe ocorre de modo impreciso, que êste processus intelectual tenha sido influenciado por condições exteriores a êle, sobretudo pelas condições materiais que impelem as forças sociais em luta. Nessa falsa impressão em que reincidentem particularmente os filósofos, residiu uma das causas da falência do humanismo burguês.

Quando julgavam pensar em nome de tãda a humanidade, os humanistas do Renascimento e, mais tarde os do século XVIII, pensavam realmente em nome da burguesia. Quando investiam contra o regime feudal em nome de um "direito natural", que a todos os homens iguala, não viam que êsse direito natural, sem tomar em consideração as profundas diferenças econômicas que separam os homens numa sociedade dividida em classes, só poderia vir a ser a cobertura abstrata das terríveis desigualdades concretas do regime capitalista. Quando criticavam em nome de uma liberdade formal os privilégios de casta e os sem número de limitações feudais, não faziam senão preparar a formulação jurídica mais vantajosa à burguesia, que precisa de um trabalhador formalmente livre perante a lei, mas praticamente escravizado perante o patrão, em virtude da contingência que obriga o operário a vender, todos os dias, a sua fôrça de trabalho pelo mais mesquinho preço. Os princípios ideais do humanismo burguês, aplicados à realidade prática, se transformaram, dessa maneira, exatamente no seu contrário. O humanismo foi útil à burguesia, na fase da sua luta revolucionária, porque, embora através de uma "consciência equivocada", justificava teòricamente essa luta e constituia um estímulo para o assalto das grandes massas à ordem feudal decadente. Entretanto, uma vez instaurada a ordem capitalista, o caráter revolucionário do humanismo se tornou extremamente incômodo à burguesia e esta o abandonou como abandonou todo o espírito de livre pesquisa para se reconciliar com o clericalismo e descambar, mas tarde, para essa forma obscurantista virulenta, que é o fascismo.

Sòmente uma nova classe revolucionária, como o proletariado, deveria reerguer o humanismo do chão. Mas o humanismo proletário, criado por Marx e Engels e desenvolvido por Lenin e Stalin, se diferencia revolucionariamente do seu antecessor, porque a sua elaboração se fez por inteiro sem qualquer resíduo de "consciência equivocada". O humanismo marxista, sòlidamente apoiado numa teoria social científica, que sòmente com êle podia surgir, não concebe o processus ideológico isolado das condições materiais de vida, porém sob a influência determinante dessas condições e, por sua vez, reagindo sôbre elas, em certa medida considerável. O humanismo marxista não tem a falsa impressão de falar em nome de uma humanidade abstrata. Êle se considera nitidamente, como afirma Stalin, "a expressão científica dos interêsses vitais do proletariado", que é a mais revolucionária classe de todos os tempos, chamada a dirigir tãdas as camadas de oprimidos, ou seja, a esmagadora maioria dos seres humanos, para transformar radicalmente a vida social e criar a sociedade sem classes. O caráter científico do marxismo torna inconcebível uma antinomia entre as suas formulações teóricas.

e a aplicação dessas formulações à realidade prática. No marxismo, teoria e prática se encontram em interpenetração dialética. Porisso, enquanto o humanismo burguês ruiu por terra ao choque com a realidade do regime burguês, o humanismo marxista se confirmou plenamente através da realidade do regime socialista construído na União Soviética, em cujo seio encontrou as condições materiais para um florescimento sem termo de comparação histórica.

II

As vitórias do humanismo marxista se devem, ao mesmo tempo, à sua implacável consistência teórica e à esplêndida confirmação prática das suas formulações científicas, elaboradas que fôram à base da própria prática.

O esforço da ideologia burguesa consiste, porisso, em nossos dias, em se apropriar indêbitamente do rótulo "humanista" para impingir produtos falsificados.

Por um lado, a ideologia burguesa se empenha em apresentar sucedâneos "humanistas". Um desses sucedâneos é o chamado personalismo, que possui no sr. Tristão de Athayde um apologista brasileiro. Se não queremos ficar num jôgo de palavras, está visto que pode ser tudo menos humanista (sem aspas) uma concepção a cuja base se encontram dogmas místicos, com o propósito deliberado de empequenecer diante dos homens o seu caminho sôbre a terra, o seu caminho *materialista*, a título de reintegrá-los num suposto "destino" sobrenatural. Um outro sucedâneo, êsse realmente risível, é o existencialismo, do qual Jean Paul Sartre chegou a afirmar ser "uma doutrina que torna a vida humana possível". Mais uma vez, se não queremos ficar num jôgo de palavras, deve-se entender aí a "vida humana" como sendo simplesmente a vida dos degenerados...

Por outro lado, a ideologia burguesa se empenha em fabricar sofismas para os seus ataques ao marxismo. Sôbre alguns desses sofismas é que nos deteremos aqui.

Frequentemente, costuma-se lêr até mesmo em obras de tom doutoral, que o marxismo é inimigo da pessoa humana, que êle dissolve o indivíduo na massa, visando atingir a um igualitarismo nivelador e tirânico, em que a pessoa humana seria aniquilada sob os poderes despóticos da sociedade.

É necessário, antes de tudo, esboçar, ainda que rapidamente, algumas definições de conceitos, afim de não cair no jôgo de palavras, que é a precária salvação dos sofistas.

Diante do marxismo, a sociedade não é um ente abstrato para cuja conceituação se pudesse prescindir dos indivíduos. A sociedade é constituída de muitos indivíduos, em cada um dos quais

a ciência marxista vê uma pessoa humana. Esta, por sua vez, não pode ser conceituada fazendo abstração da sociedade. A pessoa humana é um produto social, ela resulta da vida social, que é inerente aos homens em virtude do processo de produção para satisfazer as suas necessidades materiais. O indivíduo, fóra da vida social, teria a forma biológica do homem, mas seria apenas um animal inhumano, igualado, na escala zoológica, aos outros espécimes animais. Produto da vida social, a pessoa humana é ainda o resultado de um longo desenvolvimento histórico. A sua formação acompanha o processo eminentemente social através do qual os homens fôram conquistando a civilização e adquirindo simultaneamente, uma consciência do eu individual. O filósofo soviético G. Gak assinala que, nas etapas iniciais do desenvolvimento social, o homem, saído há pouco do reino animal, nem sequer podia ter consciência de seus vínculos com outros homens. A consciência era substituída pelo instinto. A consciência foi gradualmente tomando o lugar do instinto, à medida em que, sobre a base do desenvolvimento do trabalho produtivo em comum, adquiriam uma nova qualidade os vínculos sociais. Mas, ainda no clã primitivo, mostra G. Gak que a situação era a seguinte:

“Nessa etapa do desenvolvimento social o indivíduo não possuía senão a consciência de sua comunidade com o grupo social. A consciência do seu *eu*, de sua individualidade, ainda não se manifestara.

“A existência do homem primitivo não se identificava senão com a do clã de que fazia parte. O motivo desse desaparecimento do indivíduo no seio da sociedade era o nível pouco elevado do seu desenvolvimento econômico e espiritual” — (1)

A formação do eu individual, a consciência da pessoa humana em cada indivíduo, percorre, assim, o longo caminho da história da vida social, sob o impulso determinante da infra-estrutura econômica.

Entretanto, se a pessoa humana em cada indivíduo é um produto da sociedade, esta é constantemente recriada pela interação dos indivíduos, que a constituem. O marxismo não forja uma oposição abstrata, e, de resto, absurda, entre sociedade e indivíduo. Pierre Hervé tem razão ao afirmar:

“Nós nos recusamos a êstes jogos que consistem, segundo as circunstâncias, em elaborar contra a socie-

(1) G. Gak — “A Sociedade socialista e a pessoa humana” — Em “Divulgação Marxista”, n. 3 — pag. 4 — Rio — 1946.

dade uma orgulhosa filosofia do indivíduo ou, contra o indivíduo, uma majestosa filosofia da sociedade." — (2).

E ainda o seguinte:

"Marx nos mostra como o homem produz o próprio homem e também o outro homem, como a sociedade produz o homem qual homem e como ela é produzida por êle". (3).

O que tem acontecido, porém, é que, em todos os tipos de sociedade surgidos à base da luta de classes, os indivíduos têm tido uma consciência apenas parcial dos processos através dos quais se realiza a sua inter-ação dentro da sociedade. Essa inter-ação se vem realizando, porisso, de modo anárquico, motivo porque o resultado final da história se destaca sempre do conflito entre um grande número de vontades individuais, cada qual submetida a condições particulares de existência, no campo da luta de classes e da concorrência individual. Assim, cada uma das vontades individuais em conflito contribuiu, com a sua parcela maior ou menor, para o resultado final da história. Esta, entretanto, tem se desenvolvido até aqui como um processus natural, à margem da consciência e da ação de contrôle deliberado do conjunto dos homens. Isso porque, se cada vontade individual pode se propôr um fim conciente, de acôrdo com as suas condições particulares de existência, o mesmo não sucede com a sociedade como um todo, o que dá à sua ação, no plano histórico, um caráter inconciente e cego (Engels descreve magistralmente êsse processus, na sua carta a Joseph Bloch, datada de 21-IX-1890).

Por êsse motivo, as relações sociais têm aparecido, até hoje, aos homens, como algo que lhes é completamente exterior e que êles são incapazes de dominar. O marxismo, criando uma teoria científica da vida social, fornece aos homens o meio, não arbitrário, mas conciente, de dominar as suas relações sociais e de lhes tirar êsse caráter *fetichista* de "coisa" exterior aos próprios homens. Mas êsse domínio das relações sociais por todo o conjunto dos homens não é possível numa sociedade dilacerada por profundos antagonismos de classes, como acontece com o regime capitalista. Em tal tipo de sociedade, sòmente à vanguarda política do proletariado é possível, através da assimilação da ciência marxista, adquirir plena consciência das relações sociais e acelerar o seu desenvolvimento no sentido do progresso. Na sociedade comu-

(2) — Pirre Hervé "Individu et marxisme", Editions Club Maintenant, pag. 12 e 13 — Paris

(3) — Idem. pag. 9.

nista, uma vez desaparecidas as classes e as suas contradições antagônicas, a situação se tornará, porém, radicalmente diversa. A inter-ação social dos indivíduos, em consonância com a planificação da atividade econômica e com a ilimitada expansão das forças produtivas, não mais será anárquica e cega, mas conciente e harmônica em sua plenitude. As contradições geradas pela realidade social em movimento se resolverão não mais de modo catastrófico, mas através do exercício constante e continuamente aperfeiçoado da crítica e da auto-crítica. Terão perdido a sua função, vindo a perecer, de modo irrevogável, tôdas as instituições que "governam" as relações sociais acima dos homens individualmente (o Estado, o Direito, etc.), uma vez que tôdas essas instituições surgiram fundamentalmente para assegurar o domínio de classe. Tal perecimento não se dará, sem dúvida, da noite para o dia, porém, através de um processo gradual, a partir da conquista da fase inferior do comunismo, isto é, do socialismo, cuja construção já foi levada a cabo na União Soviética. Na sociedade comunista, na sua fase superior, afinal *sucedará ao governo dos homens a administração das coisas*, como afirmava Engels genialmente. Não pode haver objetivo mais alto do que êste para o humanismo verdadeiro.

Se o marxismo não resvala para a oposição metafísica entre sociedade e indivíduo, que dêles faz dois polos inconciliáveis, destaca, todavia, com o máximo vigor, a opressão brutal a que, nas sociedades divididas em classes, está submetida a pessoa humana de milhões de membros das classes dominadas. Sôbre as vítimas da exploração econômica pesa, ao mesmo tempo, tôda a violência de um sistema de instituições destinado a sufocar e a aviltar a sua pessoa humana. Os milhões de membros das classes dominadas vêm constantemente burlados os seus direitos perante as leis, quando as leis lhes asseguram alguns direitos formais, vêm cerceadas as suas possibilidades de expansão no campo da cultura, e, em geral, se encontram sob a influência deformadora de tôdas as armas de embrutecimento e mistificação, que a classe dominante utiliza: imprensa, rádio, escola, cinema, partidos políticos reacionários e reformistas, etc.. Os detentores dos meios de produção material são também os detentores dos meios de cultura espiritual e os utilizam, não no sentido de colocá-los democráticamente à disposição de todos os indivíduos pertencentes à sociedade, mas no sentido de manter o domínio da minoria exploradora sôbre a imensa maioria explorada. Dessa opressão concreta a pessoa humana dos membros das classes dominadas só pode se libertar realizando a premissa da sua libertação da exploração econômica, que é própria de uma sociedade dividida em classes. Numa sociedade sem classes, que seja uma verdadeira associação de livres produtores, nenhuma opressão poderá pesar sôbre a pessoa humana de qualquer de seus

membros. Assim, o marxismo aponta para a pessoa humana um caminho que não é de escravização, mas de autêntica libertação.

Entretanto — poderá objetar um sofista — o marxista, a pretexto de libertar o homem da exploração capitalista, pretende conduzi-lo a um igualitarismo nivelador dentro da massa, pretende fazer com que todos os homens sejam iguais em temperamento, gostos e aptidões.

O sr. Tristão de Athayde, por exemplo, sendo um homem a quem devemos render homenagem pelas suas atitudes de oposição ao anti-comunismo sistemático, que é a suprema norma do governo Dutra, costuma falar, entretanto, sem argumentação que possa ser levada a sério, no "totalitarismo comunista", no "caráter nazista da ditadura staliniana" e se refere, num dos seus artigos, ao personalismo como a um "amplo movimento de defesa da pessoa humana, tão fortemente ameaçada pela ascensão das massas e pelo espírito coletivista que se vem desenvolvendo de dia para dia em nosso século" — (4).

Deveremos, como o sr. Tristão de Athayde, nos assustar diante da ascensão das massas?

Ao contrário, isso só pode ser para nós motivo de júbilo.

A massa constitui um conjunto de indivíduos submetidos a idênticas condições objetivas (econômicas e sociais em geral) que, em face a essas condições, tendem a reagir de idêntica maneira. Cada um desses indivíduos pode ter e conservar inclinações temperamentais e opiniões diferentes sobre certas questões, mas diante de um problema definido, que atinge de igual modo ao conjunto que ele integra, a sua tendência será para reagir, com maior ou menor intensidade, de acordo com a reação comum desse conjunto (as exceções apenas servem para confirmar a regra geral). Dar-se-á, então, o que chamamos de "movimento de massa". Assim, por exemplo, dentro da massa de operários metalúrgicos haverá os católicos, os espíritas e os ateus. Todavia, em face de um problema comum ao conjunto da massa, como o de aumento de salário, o modo individual de reagir do católico, do espírita ou do ateu, tenderá a ser, com maior ou menor rapidez em cada caso, o mesmo de reagir da massa. Diante do problema de aumento de salários, a condição de integrante da massa operária pesa mais do que a filiação religiosa individual, o que não quer dizer que essa filiação não tenha importância. O conjunto daqueles que possuem a mesma crença religiosa também constitui u'a massa, que reúne diante do mesmo ritual indivíduos até de diferentes classes sociais. Massa e pessoa humana não são, portanto, conceitos antinômicos. E, conceituados os fatos dessa maneira, é apenas irrisório pensar

(4) — Tristão de Athayde — "Personalismo e fraternidade", na "Folha da Manhã" — São Paulo, 26-IX-1948

que a massa possa ameaçar a pessoa humana. A ameaça vem de outros pontos, vem principalmente do fascismo, que tinha e tem necessidade de massas despersonalizadas e embrutecidas.

Baseando-se num realismo científico, os marxistas consideram que, perante a história, o movimento das massas, constituindo um movimento de milhões de indivíduos num mesmo sentido, possui incomparavelmente mais valor do que qualquer ação de mero caráter individual. Daí a necessidade de fundamentar a ação revolucionária nas massas e não nos indivíduos isolados. Essa circunstância objetiva faz com que para o proletariado a solidariedade seja um dos mais altos valores éticos. Já o "salve-se quem puder", que impera no mercado capitalista, deforma diante do burguês a compreensão da vida social e estimula nele o egoísmo como suprema norma de conduta. O egoísmo se completa com o desprezo pela massa popular e a subestimação do seu papel decisivo em qualquer acontecimento. Se isso acontece com o burguês, a consciência de classe e a experiência da luta fortalecem no proletariado o sentimento de solidariedade e lhe ensinam que a libertação do indivíduo em si mesmo está na estrita dependência da libertação da massa de que ele faz parte. A libertação do operário individual como operário é inconcebível sem a libertação prévia da massa operária! Isoladamente, dentro do regime capitalista, nenhum operário poderá continuar sendo operário e deixar de ser, ao mesmo tempo, um explorado como todos os seus demais irmãos de classe. E, a esta altura, é indispensável ligar a noção de massa à noção de classe, já que, do ponto de vista objetivo, são as classes e não os conjuntos religiosos ou outros quaisquer — os agrupamentos de massa fundamentais das sociedades, cujo regime de produção econômica se baseia na exploração do homem pelo homem. À frente da massa de cada classe costumam se formar necessariamente, através de um processo mais ou menos prolongado, elites especializadas na sua direção política (modernamente, os partidos políticos).

Acontece, todavia, que aquilo a que, entre nós, certos meios intelectuais convencionaram chamar de "elite dirigente" também constitui u'a massa, ou seja, a massa das classes dominantes, com o seu caráter de minoria exploradora. Para esses meios intelectuais, a qualificação de "massa" é reservada, no sentido nivelador e pejorativo do sr. Tristão de Athayde e não no sentido científico do marxismo, exclusivamente às classes oprimidas, ou seja, à massa da imensa maioria explorada. A pessoa humana seria, dessa maneira, privilégio da referida elite, o que, se fôsse verdade, constituiria, aliás, péssima recomendação para a pessoa humana em geral...

Acusar o marxismo de um igualitarismo nivelador no que se refere à vida pessoal dos indivíduos já não é sofisma, porém calúnia

que só é permitido atribuir à ignorância ou à má fé proposital. Igualitarismo nivelador é o da estandartização e do cosmopolitismo capitalistas.

Ainda em 1934, Stalin abordava o assunto e recordava a declaração taxativa de Engels:

“O conteúdo real da exigência proletária da igualdade se reduz à *abolição das classes*. Uma igualdade que vá mais longe conduz inevitavelmente ao absurdo.”

Era seguindo as mais puras tradições do marxismo, que Stalin podia afirmar:

“... todo leninista, se o é verdadeiramente, sabe que o igualitarismo, no que concerne às necessidades e à vida pessoal, é um absurdo reacionário pequeno-burguês, digno de qualquer seita primitiva de ascetas, porém não de uma sociedade socialista organizada ao modo marxista, posto que não se pode exigir que todos tenham as mesmas necessidades, os mesmos gostos, que vivam sua vida pessoal segundo um modelo único.” — (5).

Na verdade, o igualitarismo nivelador, como dizia Lenin, não passa de um preconceito imbecil e absurdo, inventado pelos professores burgueses para atribuí-lo aos defensores do socialismo científico.

Que resta, então, à ideologia burguesa para recusar a sério o autêntico caráter humanista do marxismo, no campo dos conceitos de indivíduo, pessoa humana, sociedade, massa e igualdade?

Efetivamente, nada resta. O único recurso que fica à ideologia burguesa é o de cair nas criações apriorísticas, que visam conferir à pessoa humana impossíveis características pre-sociais e anti-sociais. Tal o esforço do personalismo, que se volta para a “origem” o “destino” sobrenaturais da pessoa humana, carregando-a de sedícios elementos místicos e anti-humanistas. Tal o esforço também do existencialismo, que, através de Sartre, faz uma distinção caprichosa entre “existência” e “essência” do homem, considerando a primeira como algo *a priori*, que antecede às maneiras sociais de existir, como um vazio absurdo que o homem tenta preencher com a segunda, de acordo com o rumo que viria a imprimir à sua vida. Será, acaso, ainda necessário provar que o *homem desde que*

(5). — J. Stalin. “Cuestiones del Leninismo”, Ediciones en Lenguas Extranjeras, pag. 560 — Moscou

existe, já existe com uma essência social, se é que se trata mesmo do homem e não de um animal selvagem?

III

Ao lado do igualitarismo, o último conceito em torno do qual a ideologia burguesa tenta prosseguir na sua batalha contra o marxismo é o conceito da liberdade.

Ainda aqui, em primeiro lugar é necessário sair do jôgo de palavras.

Liberdade não pode significar livre arbítrio, não pode significar ação caprichosa. Se toda ação humana possui uma motivação, conciente ou inconciente, então o ato arbitrário e caprichoso não existe. Agindo ou mantendo-se inativo, o homem escolhe sempre contra ou a favor de uma situação, contra ou a favor de um argumento. Ha, pois, nas atitudes humanas, sempre uma situação ou um argumento que as influencia, dentro das condições especiais em que o homem se encontra, da classe social a que êle pertence, do meio particular que o educou e da época histórica em que êle vive.

O homem livre, qual o concebe Sartre, é, na verdade, um escravo da imaginação dos existencialistas. Fóra dessa imaginação mórbida, êle não existe. A esta altura do século XX, só uma filosofia delirante poderia declarar:

“Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe, e por conseguinte o homem está abandonado, porque êle não encontra nem nele, nem fóra dêle, uma possibilidade a que se apegar”

“... não ha determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade.”

“Nós estamos sós, sem desculpas. É o que eu exprimiria dizendo que o homem está condenado a ser livre.” — (6).

Livre, e, entretanto, obrigado a escolher, surgido por alguma misteriosa geração espontânea e isolado de qualquer influência exterior e mesmo interior (até que ponto pode ir o absurdo), o homem sartreano se enche de angústia ao agir, porque a sua ação envolve uma tenebrosa responsabilidade transcendente, e de desespero, porque, fechado no seu individualismo irracional, êle não pode crer na utilidade ou na eficácia objetiva da sua ação.

(6) — Jean Paul Sartre — “L’existentialisme est un humanisme”, Éditions Nagel, pags. 36 e 37 — Paris.

Foi “livre”, todavia, o próprio Sartre ao se tornar existencialista? Não escolheu êle, na sua condição de intelectual educado pela burguesia, um tema colocado na ordem do dia pelas circunstâncias históricas da agonia da classe patrocinadora da sua especulação ideológica e não elaborou êle o seu quadro filosófico com as tintas, que lhe forneceu essa classe: a *angústia* diante de uma situação insuperável, o *desespêro* pela impossibilidade de salvação, a *fuga irracional do real*, porque no mundo real já se desenha nitidamente a sociedade em que não haverá lugar para essa classe?

O caráter monstruosamente reacionário da idéia que Sartre possui da liberdade aparece na sua insistência em afirmar que o homem é o que se faz, que “o homem não é nada além do seu projeto”. Entendendo por “projeto” o modo subjetivo e independente pelo qual o homem escolhe a sua maneira de viver, Sartre moteja impiedosamente daqueles que atribuem às circunstâncias a sua miséria: ninguém pôde transferir para as circunstâncias a responsabilidade pela realização da sua vida pessoal (v. pag. 55 e seguintes da obra citada). Para Sartre, pouco importa se o homem nasceu numa família burguesa ou numa família proletaria. Pouco importa, que o homem viva no regime capitalista ou no regime socialista. Isso não tem nenhuma importância para a maneira pela qual os homens “escolhem” o seu destino pessoal. O autor das histórias obscenas de “O Muro” afirma não acreditar no progresso (o que é um sofisma visando desencorajar a luta pelo socialismo) e declara com insolência: — “... o homem é sempre o mesmo em face de uma situação que varia e a escolha continúa sempre uma escolha numa situação. O problema moral não mudou desde o momento em que se podia escolher entre os escravagistas, e os não-escravagistas, por exemplo, no momento da guerra da Secessão, e o momento presente em que se pode optar pelo MRP ou pelos comunistas.” (v. pags. 79 e 80 de “L’existentialisme est un humanisme”).

Desse modo, nenhuma outra filosofia pode ser mais infável do que o existencialismo ao sr. Nelson Rockefeller, por exemplo. O grande “businessman” ianque poderá citar o profeta parisiense e dizer para o último dos seus trabalhadores: — “Não tens motivo para queixa. És trabalhador porque assim projetaste ser, porque livremente escolheste êsse estilo de vida. A responsabilidade é tua e de ninguém mais. Ao passo que eu, Nelson Rockefeller, sou milionário porque projetei ser milionário, etc.”.

Deixemos, porém, o rei do petróleo nutrindo-se possivelmente das idéias do seu assessor filosófico e passemos adiante.

O erro mais comum em torno do conceito de liberdade consiste em supôr que fóra do livre-arbítrio não ha alternativa senão no determinismo implacável. Para o marxismo, porém, determinismo e liberdade não são conceitos que se excluem, pois, ao con-

trário, o determinismo é o pressuposto e o ponto de apóio da liberdade. O homem é livre na medida em que tem consciência dos determinismos a que está submetido, dentro da natureza e da vida social, na medida em que obedece conscientemente a êsses determinismos e os utiliza em seu benefício. Se o mundo, ao invés de estar submetido a leis, fôsse um caos completo, então é que a liberdade seria impossível ao homem, a sua vida estaria escravizada a um acaso incontrollável. Aliás, nessas condições, a própria vida humana seria impossível, uma vez que a vida resulta da atuação de certas leis naturais, que são a negação evidente do caos.

Em que sentido se pode dizer que a ação baseada no conhecimento das leis da realidade é uma ação livre?

No sentido de que permite ao homem obedecer a essas leis ao invés de a elas se opôr, prever com exatidão o efeito das suas ações e transformar o meio que o cerca, transformando-se, porisso, a si mesmo. Conceituando a liberdade dessa maneira, o marxismo retoma e desenvolve a grande tradição de Bacon e de Descartes, que viam na ciência um instrumento da ação transformadora do homem. Como nenhuma outra filosofia, o marxismo resalta que o homem livre é o homem em ação, mas em ação conciente das leis do mundo objetivo, que utiliza em seu benefício. *Utilizar* as leis da natureza já é muito mais do que submeter-se a elas, mesmo conscientemente. Utilizando as leis da natureza, o homem lhes acrescenta um outro poder *natural*, que é o poder de sua ação racionalmente livre. Eis porque, no marxismo, teoria e prática, interpenetrando-se dialéticamente, constituem o próprio cerne do conceito de liberdade e daí afirmar Engels que a liberdade é a possibilidade de agir com conhecimento de causa. O marxismo está, assim, em oposição radical à filosofia burguesa dos nossos dias, que, à semelhança do existencialismo, julga "livre" a ação desligada da consciência racional e declara impossível a transformação da prática em teoria e vice-versa.

Tão pouco a liberdade é uma dádiva da divindade, mas uma conquista histórica do homem. Foi sofrendo através dos séculos da sua ignorância das leis da natureza, que o homem aprendeu a conhecê-las e a utilizá-las para transformar as suas condições de existência. Enquanto o animal irracional se adapta à natureza através de modificações espontâneas no seu próprio organismo, o homem aprendeu a modificar a natureza artificialmente para adaptá-la ao seu organismo e às suas crescentes necessidades materiais. (7)

(7) — A propósito dessa diferença fundamental entre o homem e os animais irracionais leia-se o magnífico estudo biográfico e crítico sobre Darwin escrito por Marcel Prenant. O marxismo não repete o erro do materialismo mecanicista ou vulgar, que recusa ver uma diferenciação qualitativa entre o homem e os outros animais.

Nesse sentido, o homem do século XX é incomparavelmente *mais* livre do que o seu ancestral pre-histórico das cavernas. A liberdade é, pois, um valor *relativo* suscetível de ser aumentado através da história. Mas, ainda hoje, por todo o mundo, excetuando a área já conquistada pelo socialismo, o homem, que tanto aprendeu a dominar a natureza, continua escravizado às relações sociais. Liquidando as classes exploradoras e marchando para a abolição total das classes, o homem adquirirá também a possibilidade de dominar as relações sociais, de organizá-las racionalmente em benefício de todos os membros da sociedade e não mais de uma reduzida minoria dominante. O tesouro das conquistas científicas será, então, democraticamente distribuído, dando a todos e a cada um dos seres humanos uma condição de liberdade nunca antes conhecida. O homem marxista, que terá diante de si possibilidades imensuráveis de ação e de luta constante contra as suas debilidades, constituirá precisamente a antítese do "robot", desmentindo a maldosa caricatura com que o desfiguram professores e romancistas (Koestler e Cia.) pagos pela reação.

A própria história, que até hoje tem se desenvolvido através de guerras e revoluções, como uma fatalidade cega, será amanhã o produto conciente, embora não arbitrário, da ação dos homens. Em tais circunstâncias, aquilo a que os marxistas denominam de **fator ideológico** adquirirá uma nova qualidade e uma nova importância em face da infra-estrutura material da sociedade. Atribuindo ao fator econômico um caráter determinante no decorrer da história, os marxistas jamais negaram a influência das idéias dos homens sobre o fator econômico e, em geral, sobre a forma dos acontecimentos históricos, na medida em que os aceleram ou retardam. É de Marx ainda jovem essa definição luminosa e celebre:

"É evidente que a arma da crítica não poderia substituir a crítica das armas; a força material não pode ser abatida senão pela força material; mas a teoria, também ela, se transforma em força material desde que penetra as massas." (8)

Há, porém, uma diferença fundamental entre o marxismo e todas as teorias que, antes dele, justificaram historicamente a ação das massas. É que as teorias que o precederam (desde o cristianismo ao humanismo burguês) se elaboraram sempre com uma perspectiva "equivocada" ou "mistificada" da história. O marxismo, porém, possui uma perspectiva *científica* da história e a sua plena aplicação numa sociedade sem classes dará aos homens,

(8) — Karl Marx — "Contribution a la critique de la philosophie du droit de Hegel", nas "Oeuvres Philosophiques", Editions Costes, tome I, pag. 96 — Paris, 1946

em seu conjunto, pela primeira vez, a possibilidade de fazer a história sem catástrofes, de modo conciente e racional. Não pode haver, por conseguinte, nenhuma espécie de equiparação qualitativa entre o marxismo e qualquer das ideologias, que o antecederam. A corrente de idéias iniciada pelo mais poderoso gênio criador de todos os tempos constitui a maior revolução já havida no campo do pensamento.

Auguste Cornu assinala como as classes decadentes reagem no plano ideal contra uma realidade, que lhes é hostil, opondo a essa realidade uma Vontade concebida como um poder absoluto, capaz de transformar o mundo arbitrariamente, e daí o Super-Homem de Nietzsche, que tôda a literatura fascista costuma aclamar. Com um tom pessimista, derivado da situação da grande burguesia imperialista nestes meados do século XX, a concepção de Sartre segue a mesma linha, imaginando a história como o resultado da vontade arbitrária dos homens. Daí frases como as seguintes, em "L'existentialisme est un humanisme":

"...amanhã, após a minha morte, os homens podem decidir estabelecer o fascismo, e os outros podem ser bastante covardes e desamparados para deixá-los fazer." — (pag. 53).

"... na realidade, as coisas serão tais como o homem terá decidido que elas sejam." — (pag. 54).

Aí está como um dos arautos da morte da burguesia traduz em perspectivas irracionais a sua situação de impotência.

A classe operária, guardiã da verdadeira liberdade no mundo de hoje, não precisa recorrer ao irracional para idealizar super-homens nem atribuir poderes arbitrários à vontade humana. Basta-lhe a sua imensa força histórica e a consciência que a sua teoria científica — o marxismo — lhe dá dessa força.

Humanismo da classe operária, das grandes massas trabalhadoras e dos intelectuais progressistas, o marxismo é a filosofia humanista de nossa época.

Métodos sociológicos

CAIO PRADO JUNIOR

Com o seu último livro, **CUNHA, TRADIÇÃO E TRANSIÇÃO EM UMA CULTURA RURAL DO BRASIL** (edição da Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, S. Paulo, 1947) o prof. Emílio Willems apresenta os resultados de um tipo de estudo realizado pela primeira vez no Brasil, e que consiste na aplicação de métodos de pesquisa antropológica na análise de comunidades "não primitivas". Tais métodos são os preconizados por certa corrente sociológica, sobretudo nos Estados Unidos, e já deram lugar naquele país a várias pesquisas sistematizadas e relativas a pequenas comunidades. Entre elas se destacam as já famosas **YANKEE CITY SERIES**, realizadas sob a direção de W. Lloyd Warner. Parece-nos pois que sem subestimar as observações e informações do prof. Willems, tão preciosas sob certos aspectos, o que há para a crítica de mais interessante em seu trabalho são antes os próprios métodos de pesquisa empregados pelo autor.

O interesse de tal aspecto da questão é no caso tanto maior, que com esse trabalho do prof. Willems têm agora os estudiosos brasileiros à sua disposição um exemplo colhido aqui mesmo, e por isso de mais fácil apreciação para eles, da aplicação daqueles métodos. Não faltam ao prof. Willems (e esse trabalho sobre Cunha mais uma vez o confirma) as qualidades para realizar com todo rigor e técnica necessários uma pesquisa nos moldes que se propôs; e assim, analisando os resultados a que chegou, poderemos com segurança aferir o valor científico da própria metodologia preconizada por importante escola sociológica norte-americana, e que vem ultimamente exercendo grande influência no Brasil. Com a vantagem de lidarmos com um estudo que versa sobre assuntos brasileiros, e portanto com elementos que nos são mais familiares.

Do ponto de vista da coleta de material sociológico, a contribuição do prof. Willems e de seus auxiliares na pesquisa realizada é, como já afirmamos, preciosa. Ela nos traz boa documentação sobre importantes aspectos da vida social de uma região brasileira sem dúvida muito interessante. Mas será isso suficiente, do ponto de vista científico, e tendo em vista os propósitos de uma obra realizada com tamanho esforço? E não teria sido

aquela própria coleta de material prejudicada e mesmo grandemente comprometida para o fim de conclusões de alcance científico, por métodos inadequados de pesquisa? É a impressão que se tem ao terminar a leitura do livro, pois ela não leva realmente a nada, não oferecendo outro resultado concreto que uma coleção de fatos dispersos e sem suficiente articulação num conjunto coerente e cientificamente sistematizado.

A que atribuir tal disparidade e contraste entre o vulto da pesquisa efetuada, o grande esforço que patenteia, a riqueza de material recolhido, e doutro lado o parco resultado que apresenta como contribuição científica? Parece-nos que é ao método seguido e aplicado com rigor pelo prof. Willems que se deve atribuir a maior parcela de responsabilidade, senão toda ela, por isso que poderíamos quasi considerar um fracasso. Efetivamente, observa-se com bastante nitidez que a falha essencial do trabalho que analisamos é a ausência completa de qualquer idéia diretriz. O autor propôs-se uma finalidade que declara em seu prefácio: a observação das esferas de cultura *caipira* "em que o contraste entre a tradição e a transição se está tornando evidente". Mas não se deixa guiar por nenhum plano racional ou sistema de idéias, afora um esquema puramente formal de classificação de fatos. E faz isso conciente e deliberadamente, em nome de uma pseudo-objetividade que constitui a norma fundamental do método que adota. Obediente a tal método, limita-se a coligir os fatos que vai observando, e depois de registrá-los, encaixa-os mecanicamente em seu esquema de classificação, padronizado e rígido, que tanto serve para Cunha, como para Yankee City ou uma comunidade aborígena da Australia. Ou antes, que não serve convenientemente para nenhum desses casos ou outro qualquer.

Está claro que por esse processo torna-se impossível articular coerentemente o conjunto dos fatos observados; relacioná-los com um critério científico que permita sua interpretação racional. Vejamos no estudo do prof. Willems um exemplo típico de tal processo esquemático e formal de reunir e agrupar os fatos observados. Na parte II estão encaixadas suas observações relativas à *estrutura social* (discriminação das classes sociais); a organização econômica já pertence a outra gaveta, completamente aparte da classificação: a *cultura* (parte III). E por estranho que pareça, não somente essa organização vem depois da análise da estrutura social (de que é evidentemente a base essencial), como entre os dois capítulos não aparece conexão alguma. E não se trata apenas de um defeito de exposição. Os dois assuntos foram tratados independentemente um do outro; tanto que faltam no trabalho do prof. Willems dados suficientes para ligá-los entre si, relacioná-los intimamente como deveria ser feito.

Vê-se pois que o defeito está na própria coleta de material e no critério nela seguido. Na falta de idéia diretriz, o autor ficou na contingência de se colocar passivamente ante os fatos que observava, e limitar-se a registrá-los quasi como um autômato. Não lhe foi possível um trabalho ativo de investigação, como deve ser a norma de qualquer pesquisa científica, onde cada fato observado abre novas perspectivas, revela a existência de outros fatos ou relações menos aparentes que precisam ser desvendados e analisados.

Em consequência, a pesquisa realizada pelo prof. Willems não podia resultar em outra coisa que nessa coleção desarticulada de fatos que apresenta; e além disso, incompleta e deficiente. E a comprovação de que foi o método empregado que sobretudo prejudicou seu esforço e o comprometeu tão gravemente, está em que se percebe muito bem, embora com algum esforço, que não escaparam ao autor algumas circunstâncias gerais que deveriam ter servido de linha diretriz em sua investigação, não fôsse a posição constrangedora em que voluntariamente se colocou com seu nefasto método. Assim, por exemplo, êle compreendeu muito bem que os fatores de evolução e transformação da vida social de Cunha são contradições econômicas patentes. A prova dessa compreensão está nas suas conclusões (pg. 169) onde, dos nove fatores de "instabilidade" (é a expressão empregada) que apresenta, sete são expressamente daquela natureza. Dos últimos dois, o de n.º 3, ou seja "a imigração de indivíduos portadores de elementos culturais divergentes", liga-se evidentemente a circunstâncias econômicas (embora o autor, sempre fiel a seu método, recuse-se mais uma vez a ir ao fundo dos fatos, que somente lhe interessam naquilo que têm de direta e exteriormente apreensível). Quanto ao último fator apontado, o de n.º 9, êste encerra uma destas fórmulas misteriosas somente acessíveis aos iniciados da sociologia acadêmica dos norte-americanos. (1)

Verifica-se assim que o prof. Willems teve nas mãos a oportunidade de uma sistematização científica de seu trabalho; mas obcecado pelo método a que se cingiu, deixou escapá-la; ou antes, desprezou-a conscientemente. Coordenar fatos observados numa síntese que os relacione e explique mutuamente, abrindo com isso novas perspectivas para outras investigações e pesquisas, êsse procedimento é, para a escola a que pertence o prof. Willems, infração grave e irreparável do preceito da objetividade científica. "Fiquemos na exterioridade e superficialidade dos fatos diretamente acessíveis; não correremos assim nenhum risco de errar": tal é a norma fundamental dêsses sociólogos "objetivos". Nada de

(1) — "A incoerência crescente da cultura em que avulta o emprêgo simultâneo de recursos racionais, e não racionais, em contacto com forças outrora controladas por meios religiosos e mágicos".

interpretações: a sociologia nada mais é que um passatempo e uma forma de legitimar títulos de *sociólogo* e *professor*...

Não é de admirar assim que as conclusões a que chega o prof. Willems, classificadas e numeradas como tudo mais, apresentem-se ao leitor como um ról de roupa lavada, muito bem ordenado, mas que pouco ou nada acrescentam ao verdadeiro conhecimento do assunto em profundidade. Tanto mais que não se ligam coerentemente com o corpo da obra, surgindo no seu termo como caídas do céu. Ao deparar com elas na última página, o leitor não se acha absolutamente preparado para recebê-las. Não contestamos que representem as conclusões a que chegou o prof. Willems; nem que elas decorram, no seu espírito, das observações realizadas. Mas essa decorrência encontra-se disfarçada pelo método de pesquisa e exposição a que se cingiu o autor, e que não conduzem o leitor a outra coisa que à constatação de uma lista de fatos formalmente catalogados. "Conclusão" num trabalho como êsse, é *síntese e interpretação*; e não ha síntese nem interpretação possíveis quando se alinham fatos desconexos e não articulados por uma idéia diretiva.

O método adotado pelo prof. Willems ainda conduz a outras consequências deploráveis, pois êle é incapaz de revelar o caráter dialético, isso é, evolutivo, mutável, dos fatos sociais. O próprio tema escolhido pelo prof. Willems é dialético por definição: *Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, é o subtítulo de seu livro. No entanto, êle se mostra incapaz de pôr em evidência a dinâmica dos fatos que observa e julga analisar. Para isso não basta — como bastou ao autor — alinhar lado a lado, como está nas suas conclusões, duas séries de fatores sem conexão aparente entre si; não basta a referência, como ocorre ao longo de toda a obra, de duas ordens de fatos classificados respectivamente como sendo expressão da *tradição*, de um lado, da *transição*, de outro. Seria preciso mostrar como cada elemento social se transforma permanentemente em outro, dando assim lugar à evolução da comunidade observada do passado para o presente; e também do presente para o futuro. É a descrição desse processo na sua intimidade; a revelação de seu conteúdo de lutas e conflitos, de suas fases de crescimento quantitativo e de mutações bruscas; é isso que constituiria verdadeiramente a explicação e interpretação científica do assunto tratado. Uma sucessão de quadros, de fotografias instantâneas, isso pode representar a materia prima bruta de um estudo social. Mas está longe, muito longe de uma análise científica. É o minério de ferro relativamente à máquina terminada. E o prof. Willems, quando muito, nos fornece uma parte daquela matéria prima.

O grande erro da escola sociológica que infelizmente o prof. Willems segue em seu livro com tanta ortodoxia, consiste em

confundir relatório de fatos com ciência, que é coisa muito diferente. Relatórios são próprios de inquéritos burocráticos destinados simplesmente à apuração de fatos. Ciência, ao contrário, embora partindo dos fatos, vai além deles: é a sua interpretação, explicação, síntese e sistematização dentro de um conjunto que abranja não apenas os fatos observados numa pesquisa em particular, mas todos os demais já conhecidos anteriormente; e dentro do previsível, aqueles a serem constatados no futuro. É um tal programa de trabalho científico só é realizável na base de um sistema racional e preestabelecido de idéias que represente a síntese do trabalho científico anteriormente realizado, e serve de fio condutor para novas pesquisas encetadas. É assim que procedem tôdas as ciências que maiores progressos já alcançaram. Por que não será o mesmo nas ciências do homem? Observe-se como trabalham e progridem os físicos e naturalistas. O seu ponto de partida é sempre, em qualquer pesquisa ou estudo, uma teoria, um sistema de idéias, à luz de que marcham em busca de novos fatos ainda não observados e que venham comprovar aquela teoria, completá-la ou eventualmente a infirmar. É em função daquela idéia diretriz que tais fatos são analisados, procurando-se entrosá-los na teoria preestabelecida; ou então, sendo o caso, modifica-se essa teoria, reajusta-se; ou mesmo supera-se com outra mais ampla e capaz de englobar todos os conhecimentos anteriores.

Por que seguir nas ciências sociais um caminho diferente? recusar-se a êsse trabalho de elaboração teórica, ficando no empirismo rudimentar dos fatos que não leva e não pode levar a mais que uma catalogação puramente formal? Existe para isso uma explicação que tem raízes filosóficas profundas. Apesar de sua vangloriada "objetividade" e um aparente desprezo por idéias gerais, o fato é que os sociólogos a que nos estamos referindo são, embora muitas vêzes inconscientemente, os mais sectários adeptos de uma filosofia que se encontra na base de todo seu pensamento: a da ordem estabelecida, que a interpretação aprofundada dos fatos sociais compromete gravemente nesta fase histórica em violenta mutação na qual vivemos. "É preciso não penetrar muito a fundo na realidade social contemporânea; considerar apenas os fatos nos seus aspéctos exteriores e formais, sem correr o risco de desvendar o processo fundamental evolutivo ou dialético de que tais fatos não são senão a expressão aparente. Não levantar sobretudo os problemas que as contradições e os conflitos em andamento suscitam, e não permitir que se revelem as perspectivas abertas para a evolução atual da humanidade".

Nada ilustra melhor o caráter dessa sociologia reacionária e escamoteadora da realidade social que o último volume publicado das já citadas YANKEE CITY SERIES, êsse modelo e padrão para todos os adeptos de tal sociologia. Em meio de sua tarefa,

os pesquisadores de Yankee City viram-se surpreendidos por uma greve geral na principal e praticamente única indústria da localidade: a de calçados. Teria sido por demais escandaloso calar o fato. E assim, depois da série clássica de assuntos, englobados nos três primeiros volumes (estrutura social, relações de classe, padrões étnicos), acrescentou-se mais um referente à greve (1).

Desde logo se verifica como o método adotado pelos pesquisadores é inadequado para esse tipo de análise. Porque evidentemente numa greve, torça-se o assunto como se queira, é impossível ignorar ou disfarçar o conteúdo revolucionário e dialético desta expressão máxima da luta de classes na sociedade burguesa atual que é a cessação coletiva do trabalho na indústria. Como nessas condições encerrá-lo dentro de um esquema formal e estático, como este que proporciona o método que os pesquisadores pretendiam aplicar? Viram-se eles porisso na contingência de sacrificá-lo. Só ocasionalmente o empregam; ou antes, fazem um esforço descomunal para se conservarem fiéis a seus princípios. Esforço cujo insucesso é patente, e serve apenas para empanar uma análise que em conjunto não tem nada de "antropológica", e não é na realidade senão uma destas belas reportagens para as quais os publicistas norte-americanos se mostram em geral tão capacitados.

Mas se, libertados por força das circunstâncias da camisa de força de um método inteiramente inadequado para dar conta dos fatos sociais na sua realidade profunda, evoluem com mais desembaraço, privam-se doutro lado dos "freios de segurança" que tal método lhes teria proporcionado. E são obrigados a reconhecer certas verdades que se acordam muito mal com a estabilidade do mundo capitalista. Assim a profundidade da contradição capital-trabalho nos Estados Unidos (aliás no mundo capitalista em geral), e a impossibilidade de resolvê-lo com a organização político-econômica vigente e os padrões clássicos da economia norte-americana: a livre-iniciativa e a concorrência. Encostados com isso à parede, lançam ao mar suas últimas convicções metodológicas, e sem hesitação entram para o terreno das soluções que preconizam para o mundo de amanhã: uma estrutura internacional cartelizada, isso é, inteiramente dominada e gerida por cartéis ou monopólios capitalistas! (pg. 195). Belo remate para uma obra que deveria servir, como está servindo, de modelo de aplicação desse pseudo-método científico; e flagrante indício do que atraz dele se esconde...

A extensão do chamado método "antropológico" à pesquisa social não serviu apenas para disfarçar uma realidade pouco inte-

(1) — *Yankee City Series. Volume four. The social system of the modern factory. The Strike: a social analysis by W. Lloyd Warner and J. O. Low. New Haven, Yale University Press, 1947.*

ressante para a firmeza da ordem social vigente. Vai servir em última análise de plena justificação dessa ordem. Vejamos como se aplicou um tal golpe de mestre; insidioso aliás, e porisso tanto mais perigoso. Aquela extensão importava fundamentalmente na introdução do conceito de "cultura" no domínio da sociologia. Ora, êsse conceito, estático por natureza (assim é pelo menos nos termos em que habitualmente se apresenta), pode ser útil numa primeira aproximação da análise de comunidades, grupos sociais ou civilizações de que se dispõe apenas de informações precárias e de conhecimentos rudimentares. Torna-se possível nesses casos abordar indiretamente certas questões em que faltam dados diréto, como por exemplo as relações entre povos e civilizações distintas, suas migrações e influências à distancia, etc.. Empregado nesse sentido, o conceito de *cultura* tem-se revelado muitas vêzes fecundo, permitindo conclusões que por outros meios seriam impossíveis. Mas é preciso nunca perder de vista que em tudo isso não se trata senão de um aspécto muito parcial da sociedade humana, e que tal conceito de cultura é antes um elemento introduzido como processo metodológico, simples instrumento de pesquisa.

Daí para sua transformação numa "realidade em si", fazendo-se da *cultura* uma espécie de atributo ou qualidade inherente à natureza de um grupo social, vai uma grande distância: a mesma que separa a ciência da peor das metafísicas. E essa distância foi transposta (aliás sem mesmo tentativa de justificação teórica, que nunca foi feita e é impossível) pela corrente sociológica que estamos analisando.

Os resultados, do ponto de vista de uma tal sociologia conservadora e já hoje tremendamente reacionária, fôram esplêndidos. A conclusão lógica a que será levada, partindo das premissas propostas, consistiria em nada menos que a plena justificação do capitalismo como expressão legítima da "cultura" dos povos modernos; e como tal, irremovível a não ser por deformação artificial e altamente prejudicial ao bem estar dos homens. Não é impunemente que se força a "cultura" de uma sociedade humana, dirão aqueles sociólogos triunfantemente; seria o mesmo que violentar a própria natureza.

Como se vê, a propriedade privada dos meios de produção, a mais valia e a exploração do trabalho humano são por êsse golpe de mágica sociológica promovidos de simples expressão momentânea de um processo social contraditório, e fadada porisso a desaparecer por fôrça dessa mesma contradição, à categoria de um atributo ou uma qualidade de sabor aristotélico-escolástico, imanente à sociedade em que vivemos.

O truque é perfeito. Ha aqueles que o aplicam concientemente. Para êsses, é claro que de nada servirão argumentos e

considerações de ordem teórica. Se virem seu truque desmascarado e desmoralizado, não terão dificuldade em descobrir outros. Mas ha muitos que de boa fé se iludem ainda com o aparato e a fraseologia científica que acompanha aquela pseudo-sociologia, e deixam-se porisso arrastar sem discernirem para onde estão sendo levados. Tanto mais que tal sociologia penetrou já em nossas escolas, e é fartamente alimentada com bolsas de estudo e de pesquisa. O seu veneno subtil vai assim apanhar a juventude estudiosa na fase decisiva de sua formação intelectual, e quando não dispõe ainda de defezas suficientes contra o charlatanismo na ciência. Com relação a êstes, cumpre a todos quantos respeitam a verdadeira cultura (no bom sentido) uma posição vigilante e uma ação enérgica no sentido de esclarecer os iludidos, a bem da própria ciência e do progresso humano a serviço de que deve estar aquela ciência.

Neo-fascismo em São Paulo

ELIAS CHAVES NETO

Apenas haviam terminado as hostilidades e o intercâmbio com a Europa havia sido reencetado, e obviamente pensamos que o fluxo imigratório italiano, já diminuto nas duas primeiras décadas do século, e totalmente interrompido pela política fascista, seria renovado.

Referiamo-nos mentalmente àquele tipo de imigrante modesto e digno, ativo e perseverante, que o nosso país conhecera tão bem e do qual tirára tantas vantagens, tão tangíveis; pensavamos além do mais que desta vez o fenômeno se passaria numa atmosfera bem diversa, modificada pelas convulsões que tinham sacudido o velho continente. Previamos um sem número de obras de assistência social que, enquanto de um lado tornassem mais suave a adaptação dos recém-chegados, por outro lado eliminassem qualquer risco de concorrência ao nosso patrimônio humano.

Como é notório, o fenômeno imigratório, por erro de ambos os lados, que não queremos discutir aqui, não pôde se assentar sobre uma planificação racional e idônea. Verificaram-se, conseqüentemente, apenas chegadas esporádicas e voluntárias, uma espécie de imigração de elite que não pode deixar de merecer a nossa atenção.

Presenciamos à chegada de numerosas pessoas, na grande maioria jovens, que se integraram rapidamente numa intensíssima vida mundana, na orbita social das grandes famílias italo-brasileiras, aqui introduzindo o seu curioso modo de vestir, ao mesmo tempo descuidado e rebuscado! O povo os classificou rapidamente, numa expressão cheia de ironia, como "os imigrantes do Esplanada". Sabemos que simultaneamente na Argentina, apesar da assinatura de um tratado de imigração, se verificou um fenômeno análogo: "Os imigrantes do Plaza".

Perguntamo-nos com certa ansiedade: são eles fascistas? Não, em grande parte não eram e não são fascistas. Pelo menos não são fascistas no sentido que, numa falsa apreciação se deu a este termo, até o fim da última guerra; eles são de um certo modo piores do que os fascistas, porquanto são o fruto da geração mussoliniana que, atribuindo ao estado ditatorial o monopólio do pensamento, tirou dos indivíduos a capacidade de raciocinar, minando pela base toda e qualquer resistência espiritual.

São desorientados para os quais a insurreição nacional italiana pareceu arruaças deselegantes e a luta política subsequente ao desmoronamento da ditadura, intoleráveis desordens. Retiraram-se vagamente desgostosos e atravessaram o oceano com o indifferente sossêgo dos grão-duques de 1917.

O fenômeno teria características puramente pitorescas e diria exclusivamente respeito à crônica mundana se aos recém-chegados não se tivessem juntado elementos que determinaram a nossa surpresa e o nosso alarme.

Entre muitos citamos, se não estamos enganados, por ordem de chegada ao país, os seguintes:

1.º — O antigo secretário federal de Veneza, ex-sub-secretário da Agricultura do governo de Mussolini, Pascolato;

2.º) — O antigo diretor do "Messagero", órgão entre os mais autorizados e frenéticos da propaganda fascista, Malgieri;

3.º — O antigo secretário federal de Roma, do Partido Fascista, Andréa Ippolito, organizador das formações fascistas universitárias, arruaceiro dos mais violentos, que feito prisioneiro na Africa, foi trazido para o Brasil pelos esforços dispendiosíssimos de uma das mais representativas famílias italo-brasileiras, com a qual é aparentado.

4.º) — Um fascista dos mais antigos, que dirigiu o órgão fascista de Bergamo, logo depois da desapropriação do jornal liberal "Il Popolo" e que veio ao Brasil para aqui desenvolver uma atividade promiscua entre organizador de exposições de arte e diretor jornalístico, Pietro Maria Bardi.

5.º — O antigo ministro do Exterior de Mussolini, antigamente embaixador em Londres, herói da famosa reunião do Grande Conselho, no dia 24 de julho de 1943, Dino Grandi.

Assinalamos exclusivamente a título de exemplo os elementos mais representativos, silenciando muitos outros de menor importância mas que, entretanto, tomam parte ativa nos manejos que aqui nos esforçamos por desmascarar.

Na realidade acompanhamos com atenção as atividades dos referidos senhores, a princípio mais curiosos do que preocupados, afim de vermos qual seria a posição que tomariam no clima de após guerra.

Logo constatamos que os mesmos se distribuíram em dois campos que podemos sem hesitação definir com precisão:

a) Alguns, chefiados pelo ex-secretário federal de Roma, Ippolito, dedicaram-se exclusivamente a práticas saudosistas, renovando, mais ou menos secretamente, o ritual do regime deposto, celebrando sufrágios em memória do ditador e realizando gestos análogos de estéreis recordações.

b) Outros assumiram uma atitude bem diferente: fizeram uma crítica sumária do fascismo (mais precisamente daquele aspecto da reação que se chamou fascismo); enaltecera a sua própria atividade moderadora e sua oposição ao regime nos últimos tempos da sua existência; sublinharam o êrro da entrada da Italia na guerra; denunciaram a corrupção do sistema, no último período de Mussolini; declararam-se preocupados com a sorte do seu país; falaram em pátria, sòmente em pátria, exclusivamente em pátria. Quasi nunca em democracia.

Queremos agora analisar, embora ràpidamente, a atividade dos dois grupos, afim de evidenciar o seu perigo intrínseco, seja com respeito à colônia italiana ou à coletividade brasileira. Liquidaremos em poucas palavras o grupo dos saudosistas, o qual é com efeito muito menos perigoso. Substancialmente não acreditamos que possa representar hoje um perigo para ninguém a simples renovação, sem inovação, dos gestos e das atitudes que caracterizaram o aspecto mussoliniano do fascismo; tanto isto é verdade que os saudosistas encontraram éco exclusivamene em algumas cabeças quentes que não representam de forma alguma a colônia italiana no Brasil. O seu próprio periódico "A Tribuna Italiana" não tem qualquer repercussão e é quasi totalmente ignorado. O perigo da existência dêste grupo reside unicamente na circunstância de que a sua publica e admitida admiração pelo regime mussoliniano atrae sòbre si a atenção e a suspeita dos que acreditam num possível ressurgimento do fascismo. A êsse respeito alguns de nossos amigos italianos, que sempre militaram no campo democrático, assinalaram já em 1947 o perigo que representa o fato de se intitular de fascismo o aspecto que a reação tomára na Itália, com êsse nome, abrangendo numa frente genérica anti-fascista todos os elementos contrários ao regime, sem uma definição prévia e precisa do que o fascismo representa sob o ponto de vista econômico, social e classista. Essa advertência, segundo nos parece, deve ser hoje em dia renovada para que a vigilância dos elementos sinceramente democráticos não seja desviada para as formas espetacularmente fascistas assumidas pelo grupo dos saudosistas, descuidando-se dos outros aspectos que o fascismo está tomando, os quais, justamente porque estão mascarados, tornam-se extremamente perigosos.

Trata-se de um verdadeiro e caracterizado neo-fascismo que os elementos do segundo grupo estão criando no Brasil, especialmente em São Paulo.

O fenomeno já transpôs o nucleo exíguo inicial e começa a penetrar em alguns setores da colônia italiana. Mascarado por uma cortina de fumaça de pseudo-democracia, de pseudo-patriotismo, de pseudo-crítica ao regime passado, está infiltrando-se ràpidamente

no ambiente nacional, invadindo pontos nevrálgicos do nosso arcabouço político, em primeiro lugar a imprensa.

Destas colunas desde já lançamos o primeiro grito de alarme e nos reservamos para tratar do assunto com maior amplitude, desejamos, entretanto, desde já elucidar alguns casos que deixaram de ser fatos isolados para assumir o aspecto de fases coordenadas de um plano pre-estabelecido.

Antes de mais nada chamamos a atenção de todos os sinceros democratas sobre as atividades do antigo diretor do "Messagero", Malgieri, o qual, apenas desembarcado no Brasil, se pôs a professar fé na democracia, renegando todo o seu passado e invocando uma participação de última hora no movimento italiano de resistência. Este senhor fundou antes de mais nada uma casa editora que lançou no mercado numerosos livros que o fascismo havia antigamente colocado no índice — Koestler, etc. Embora na ocasião esses livros pudessem ser considerados anti-fascistas, devido ao conceito puramente formal dado a esse termo — na realidade são obras que têm um sentido nitidamente reacionário. Com as edições, porém, de Montanelli, Raquel Mussolini, Senise, Bullit e outros, foi ele se desmascarando gradualmente para publicar obras que visam pura e simplesmente a preparação de uma nova guerra, qual seja "Os três imperialismos em luta", de Zingarelli.

Mas a isso não se limitou o trabalho de penetração fascista desse antigo colaborador de Mussolini. Chamou para trabalhar consigo um dos redatores-chefes do maior e mais divulgado órgão paulista "O Estado de São Paulo" — sr. Paulo Duarte. Não deixa de assombrar aqueles que em Paulo Duarte conheceram o revolucionário, seja em luta constante contra o mandonismo que imperou em nossa terra até a revolução de 30, seja contra o surto do fascismo que invadiu igualmente o nosso país, ver súbitamente esta estranha colaboração do antigo democrata com o fascista que em nosso país vem apenas continuar a obra interrompida na Italia, somente pouco antes da queda de Mussolini.

Mas esse fenomeno não é tão estranho no momento em que a luta revolucionária deixa de ser uma competição entre os interesses pessoais de clãs burgueses, para se converter no processo de libertação do homem das forças econômicas que o exploram. Aí reside a razão pela qual tantos falsos liberais se unem às fileiras da reação. Mas não contente de dar a ela o seu apôio, o sr. Paulo Duarte ainda lhe faculta os meios de estender a sua ação, chamando para colaborar consigo um elemento ultra-fascista, Giannino Carta, a quem, por inspiração do sr. Malgieri, confia a seção de política exterior do "O Estado de São Paulo". Este último consegue imprimir ao próprio jornal um caráter reacionário que lhe modificou radicalmente o seu aspecto político, colocando-o praticamente às ordens do neo-fascismo. Além do mais, sempre

dentro da mesma orientação, fundou o sr. Malgieri uma agência de distribuição de artigos e noticiários para a imprensa que vai sendo contaminada pelo vírus neo-fascista.

Concomitantemente, o antigo jornalista de Bergamo, sr. Bar-di, entrava para a mais importante cadeia de jornais brasileiros, os "Diários Associados", chegando a influir diretamente na sua direção. Forte da proteção que lhe dispensa o sr. Assis Chateaubriand e guindado, graças a seu espantoso ecletismo à qualidade de diretor do Museu de Arte, assumiu nos meios artísticos, culturais e didáticos de São Paulo uma posição de tamanha proeminência que o leva a ditar normas nesses assuntos penetrando até o próprio campo do folclore brasileiro. Desta forma vai ele adquirindo uma ascendência sempre maior nas camadas da colônia italiana e nos meios nacionais.

Assim, o jornalismo paulista se encontra praticamente sob a influência dos neo-fascistas, os quais gozam do apoio incondicional das mais ricas famílias italo-brasileiras, às quais em boa parte são ligados por vínculos de parentesco e que talvez se deixam iludir pela atitude aparentemente insuspeita dos mesmos.

A ilusão não é difícil porque os elementos do segundo grupo encobrem a sua atividade duvidosa com o ódio que os fascistas mussolinianos lhes devotam. Esta é uma situação paradoxal mas que encontra a sua justificação lógica no fato que juntamente com os neo-fascistas trabalha na sombra a figura tenebrosa do antigo embaixador italiano em Londres, Dino Grandi, o homem que na noite de 24 de julho de 1943 fez votar a ordem do dia que implicou na queda de Mussolini. No Brasil, depois de alguns meses de retiro voluntário, apareceu à luz do dia, lançado pelo sr. Assis Chateaubriand, com o qual percorre de avião o território nacional recebendo homenagens e aparecendo em todas as revistas da "cadeia". Entre os italianos, ele é odiado pelos elementos do primeiro grupo e procura tirar partido deste odio para assumir a máscara necessária para a sua política atual. Na verdade, para aqueles que consideram o fascismo por aquilo que realmente foi, isto é, a reação em armas, não resta dúvida que o torpedeador de Mussolini se apresenta como o mais profundo e provavelmente o mais astuto fascista, aquele que coloca a salvação do sistema acima dos homens que atraíram sobre si o odio do mundo. Certamente mais inteligente do que os outros não se bateu no dia 24 de julho pela restauração das liberdades democráticas, mas sim pela apresentação aos vencedores da guerra de um fascismo de segunda forma, depurado dos elementos comprometidos, iluminado de um falso patriotismo, mas que no fundo não teria diferido do primeiro.

Esquecido igualmente do sangue de Ciano e seus companheiros fuzilados em Verona, por tê-lo apoiado, retoma, em tom submisso e modesto, os temas apontados na sua famosa ordem do dia; pro-

cura nas suas relações sociais, sempre mais frequentes e numerosas, apresentar a sua vida passada como orientada pela luz de uma italianidade absorvente. É a corda à qual a colônia italiana sempre foi particularmente sensível, aquela que a levou a confundir no passado a pátria com o fascismo. O velho manejo está se repetindo e em condições muito mais graves, porquanto é hoje dado aos neo-fascistas acusar o grupo dos saudosistas afim dêles se distinguir; não sabemos como a colônia italiana reagirá e fervorosamente esperamos que lhe será dado não cair novamente no embuste. Em todo caso, o problema hoje nos concerne igualmente a nós brasileiros. Afirmamos que a imprensa, ou bôa parte dela, está hoje sob o controle dos neo-fascistas para os quais não faltam seguramente os meios materiais para estender ainda mais os seus tentáculos. É necessário agir prontamente antes que o vínculo se feche.

O neo-fascismo entre nós é ativo e penetrante; é necessário desmascará-lo e golpeá-lo.

HISTÓRIA

O Brasil, segundo um médico, um espião e um poeta

PROF. FERNANDO SEGISMUNDO

I — A CARTA DE MESTRE JOÃO

De par com a “venerável carta” de Caminha, o documento geográfico mais antigo existente sobre o Brasil é a chamada carta de Mestre João, “Joahnes artium et medicine bachalarius”, como costumava assinar-se. Datada de 1.º de maio de 1500, como a precedente, ambas chegaram a Lisboa pela mesma embarcação que foi mandada, especialmente, comunicar o feliz sucesso à Côrte.

Há várias edições da missiva do físico-mór, entre elas a de Varnhagen (1843), que a descobriu, a de Melo Moraes (1858), a da Academia Real das Ciências de Lisboa, a do “Livro do Centenário” e a da “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, posta na linguagem atual pelo professor Luciano Pereira da Silva.

De tamanho reduzido, a carta de Mestre João é de importância quase nula, e custa crer seja seu responsável pessoa tida como de méritos invulgares. A menos que o “bacharel em medicina” haja tentado — ignora-se a que título — empresa superior às suas forças. Do contrário, sua carta ficará como padrão de insignificância cultural e científica, maugrado a importância que a todo custo tentam conceder-lhe os portugueses.

Principia o missivista por informar que os capitães dos navios se dirigiram ao rei, comunicando-lhe a nova do “achamento” e que êle, físico e cirurgião, só quer escrever acerca de dois pontos: a posição astronômica de Vera Cruz e a situação das estrêlas do céu austral. Mas, ao invés de ir direito ao assunto e esclarecê-lo do melhor modo, mistura índios com astros, detem-se a discorrer sobre uma perna chagada, queixa-se dos balanços da caravela e, depois de se despedir do rei, volta a falar em estrêlas e na forma preferível de se obter a orientação náutica.

Em terra, o médico astrônomo tomou a altura do sol, usando o astrolábio. Achou 17.º “au sul da linha” e aconselhou o rei a procurar o sítio da “ilha” no mapa-mundo em poder de Pero Vaz Bisagudo, — mapa de que não há notícia certa até hoje. Depois, numa redação confusa, assevera terem-lhe dado a entender os na-

turais da terra que outros selvagens vão ali em almadias a pelejar e os levam cativos.

Pouco pôde adiantar sobre o céu que se ia descortinando aos navegantes: os balouços da nave em que viajava e a mesquinhez do espaço que nela lhe cabia, impossibilitaram-no de observações mais objetivas. Menciona umas "Guardas" que "nunca se escondem, antes sempre andam ao derredor sobre o horizonte"... "e estas estrêlas, principalmente as da Cruz, são grandes quase como as do Carro".

O valor do Mestre João como astrônomo já foi analisado por Varnhagen, Capistrano, Eurico de Góis, Marcondes de Souza e outros. Todos concluem pela mediocridade de suas notas, eivadas de falhas e erros, inclusive nas alusões que faz à constelação do Cruzeiro do Sul. Pode ser que o misterioso bacharel — gallego, grego ou germano — fôsse um excelente cirurgião, mas cosmógrafo é que êle não era. Pelo menos, não no-lo revela a sua carta. E já que estamos no terreno das estranhezas, consignemos o espanto que causa a falta de qualquer documento de Duarte Pacheco Pereira sobre o Brasil, — êle, sim, astrônomo abalizado e participante da armada cabralina.

II — A "RELAÇÃO DO PILOTO ANÔNIMO"

O documento pelo qual o Brasil se tornou conhecido logo na aurora do século XVI não foi a extensa Carta de Caminha nem a curta epístola de Mestre João: uma e outra só vieram a ser amplamente divulgadas no século XVIII. Deve-se a italianos a propagação do acontecimento, pois Portugal, se algum empêno teve na revelação do sucesso, só o manifestou com respeito à Espanha, de cujos monarcas era genro D. Manuel, o Venturoso. De alguns italianos sabe-se positivamente, e de outros se conjectura, que se apressaram a comunicar a seus patrícios o feito de Cabral, logo que dêle tiveram notícia, quando o capitão-mór retornou da Índia, no ano seguinte ao descobrimento do Brasil. Assim, dentre outros, o fizeram Giovanni Matteo Crético, agente em Lisboa da Senhoria de Veneza, Pisani e Pedro Pasqualigo, sendo suas comunicações datadas, respectivamente, de 27 de junho, 27 de julho e 18 de outubro de 1501.

Crético dirigiu-se ao doge Agostinho Barbarigo cientificando-o da viagem de Cabral à Índia e referindo o descobrimento do Brasil. Um trecho de seu relatório reza que os portugueses "hanno scoperto una terra nova; la chiamano de la Papaga.."; os outros — Pisani e Pasqualigo — também escreveram ao mesmo govêrno da república veneziana dando-lhe conta do feito e chamando ao Brasil de "Terra de Papaga".

Tais informações e tanta pressa atestam o extraordinário interêsse que despertavam as descobertas marítimas dos lusos e o bem organizado sistema de espionagem mantido pelas autoridades italianas em solo português. Quanto a D. Manuel I, rei de Portugal e dos Algarves, d'Além mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, como se intitulava —, sua comunicação aos sogros data de 28 de agosto de 1501. Suas referências acêrca do Brasil são de nenhuma importância. Dá-lhe o nome de "Santa Cruz" e esclarece que foram achadas "gentes núas como na primeira inocência, mansas e pacíficas". Mais não informa, — propositadamente ou por se achar, de veras, seu pensamento voltado com exclusividade para a Índia.

A um italiano se está atribuindo, recentemente, a autoria do mais significativo documento existente sôbre a descoberta do Brasil, em seguida à Carta de Caminha, — ou seja a "Relação do Piloto Anônimo". A história dêste papel é bastante emaranhada. Sabe-se, porém, com segurança, que sua publicação em livro data de 1507, — mais de três centúrias antes que a missiva de Caminha viesse à luz da letra de fôrma. Revelou-a o professor Franczani de Montalbordo, naquele remoto ano, na obra que organizou sôbre os "Paesi nouamente retrouati et Novo Mundo de Alberico Vesputio Florentino Intitulado".

A "Relação" é um dos capítulos dêsse trabalho e foi traduzida em 1812, para o vernáculo, pela Academia de Ciências de Lisboa, dum livro de Giovanni Baptista Ramusio, publicado em Veneza no ano de 1550, sob o título de "Navigationi e Viaggi". Ramusio atribuiu a descrição a um piloto anônimo português, e a Academia aceitou-lhe o parecer.

Para outros, porém, seu verdadeiro autor é aquele mesmo Giovanni Matteo Crético, ativo núncio de Veneza em Lisboa. A vida dêste funcionário diplomático e espião perdura, ainda, na obscuridade. Nem o nome lhe era conhecido ao certo, até há pouco. Varnhagen, Afonso Taunay e outros chamam-lhe Lorenzo Crético, mas J. Carlos Rodrigues apurou-lhe a verdadeira identidade e uma de suas profissões, qual a de professor na Universidade de Padua. Segundo Marcondes de Souza — que é quem mais arduamente defende a tese da autoria da "Relação" por Crético —, o documento foi remetido de Lisboa em fins de 1501 mas só chegou ao destino em 1504, depois de alguns incidentes não muito bem explicados.

Marcondes de Souza não alimenta a menor dúvida com respeito à autoria da "Relação", mas os argumentos que expende não nos convencem da validade de sua tése, — por certo bastante engenhosa.

Nosso objetivo não é discutir tal assunto, de modo que passemos adiante para chegar à essência geográfica do papel, que é

o que nos propuzemos salientar. Antes, todavia, queremos chamar a atenção dos especialistas para o seguinte: a carta de Crético à Senhoria de Veneza (27 VI 1501) é tão lacônica no respeitante à "Terra dos Papagaios" que se não pode comparar à extensa, minuciosa e acertada narrativa da "Relação". Crético é o autor da carta, mas o responsável pela "Relação" será outro, que, de fato, haja participado da viagem à Índia e tenha assistido ao descobrimento da Vera Cruz. Ao espião terá cabido, quando muito, a trasladação do documento para o dialeto veneziano.

A questão a apurar é a da verdadeira autoria do relatório, que bem pode ter sido — tal o seu tamanho e exatidão — o de um dos capitães ou escrivães que, pela função desempenhada, eram obrigados a comunicar os sucessos da viagem ao monarca. Caminha afirmou-o e a tradição prova-o à saciedade: deviam os comandantes das embarcações, e, no caso da descoberta do Brasil, Pedro Álvares Cabral e os escrivães, com especialidade, dirigir-se ao rei cientificando-o, pormenorizadamente, de tudo quanto sucedera à expedição.

Tôdos o fizeram, muito embora, só passassem à posteridade as cartas de Pero Vaz de Caminha e Mestre João. Das demais nunca se soube. Ora, uma destas bem poderia ter caído, criminosamente, em mãos de Crético ou de algum seu colega. O trabalho destes teria consistido em verter o documento e fazê-lo chegar ao destinatário na Itália. No tocante ao Brasil a "Relação" é de uma fidelidade absoluta, se a compararmos à carta de Caminha, que merece fé. Chega-se a ter a impressão de que esta serviu de modelo àquela.

Como quer que seja, a "Relação do Piloto Antônio" é documento valioso, indispensável ao estudo de nossa terra, sob o ângulo geográfico. Aos familiares da Carta de Caminha, sua leitura nada fornece de original: tudo que ela revela, se encontra na outra; mas a quem ignore aquela, suas revelações prendem desde logo. E como a "Relação" é mais velha, três séculos, em letra de fôrma, que a epístola de Caminha — pode-se avaliar facilmente a importância que lhe coube na divulgação da descoberta e no conhecimento de nosso país.

III — O "ACHAMENTO" NOS "LUSÍADAS"

Da descoberta do Brasil também se ocupou o maior poeta que Portugal já deu ao mundo — Luiz Vaz de Camões. Senhor duma cultura enciclopédica, donde repontam, a cada instante, os conhecimentos geográficos, Camões aliou seu gênio ao saber e deixou para a posteridade descrições fidelíssimas das terras e dos povos submetidos pelos lusos. Assim foi, principalmente, com relação

à Índia, que, graças às suas especiarias, assegurou a expansão e o poderio do pequeno reino criado por Afonso Henriques. “Os Lusíadas”, que a fortuna vária do poeta fez escrever em Portugal, Índia e China, cuidam de nossa terra no Canto V, famoso pelo episódio do Adamastor.

Infelizmente para nós, Camões não deu ao “achamento” da Ilha da Vera Cruz o destaque merecido. Não cita o nome da terra, quer como “ilha”, conforme o ato de Cabral, quer como “Brasil”, devido ao pau de tinturaria. A ela se refere vagamente, com se ainda à época em que o fez Portugal mantivesse a inflexível “política de sigilo” com respeito à “Terra dos Papagaios”. Ora, o Canto V deve ter sido escrito depois de sua prisão destêrro, entre 1553 e 1555, quando se iniciava a colonização do Brasil, repartido em donatárias. Por essa época, já os flibusteiros percorriam nossas costas, traficando com os naturais. O Brasil não mais era uma vaga “ilha”, uma simples parada no caminho das Índias, mas terra firme, com extenso litoral, navegado de Norte a Sul pelas expedições de reconhecimento.

A ignorância de Camões a respeito do que estavam tentando os portugueses no Novo Mundo só se pode atribuir às suas repetidas ausências de Lisboa e às peripécias de sua desditosa vida por terras d’África e do Oriente. Doutra forma, — como explicar a falta de um registro maior, de uma ou outra minúcia, e mesmo a imprecisão da narrativa e até os erros que a inçam? Desinterêsse, não pode ser, — porque tôdas as descobertas lusas do século XVI e anteriores estão gravadas no imortal poema. Ou será que, aos olhos do vate, maravilhado pelo exotismo da Índia e da China, — não teria significação maior uma terra habitada como sem ouro nem prata, habitada exclusivamente por “gente bestial, bruta e malvada”? Verdade é que o poeta, “farto de agonia” com a separação da amada Natércia, não nos honrou com os primores do seu talento.

Sua descrição do descobrimento, como dissemos, é breve e incolor. Avistada a terra pelos marinheiros, desembarcam os portugueses numa praia e os pilotos tomam a altura do sol pelo “novo instrumento do astrolábio”, que é “invenção de sutil juízo e sábio”. Aparecem os naturais, de “pele preta”. Uns e outros não se entendem. Mostram a um dêles ouro, prata e especiarias: “a nada disto o bruto se movia”. Exibem-lhe contas, barretes e quinquilharias, pelo que se interessa. Os “índios andam nús e são da côr da escura treva”. Um tal Fernão Veloso anima-se “a ir ver da terra o trato” e interna-se com êles pela mata. Os “etíopes” atacam-no a setas e pedradas, originando-se rápida escaramuça entre portugueses e selvagens, saindo êstes bastante feridos. Em seguida, os conquistadores prosseguem sua derrota para a Índia.

E é só, lamentavelmente só. Nada de surpreendente, de grandioso, de precioso: a "descoberta", como foi composta, tanto se podia referir ao Brasil como a qualquer outro lugar, ilhota ou continente. Não há a menor alusão a Cabral ou aos outros comandantes das embarcações, nem ao número das velas, nem a Frei Henrique de Coimbra ou a Pero Vaz de Caminha. Nada. Tudo simples, inexpressivo e injusto.

Certo, por esse motivo, não diminuirá a profunda admiração e lástima que sempre nos mereceu o infeliz amante de Catarina de Ataíde. Muito grande, maior talvez, foi a sua mágua ao ver, no desamparo da velhice, a pátria estremecida mergulhada.

"No gosto da cobiça e da rudeza
Duma austera, apagada e vil tristeza".

Aspéctos da Europa Central

ZORA BRAGA

Com as reportagens que FUNDAMENTOS tem o prazer de apresentar neste número, a jornalista Zora Braga, recém-chegada de uma longa viagem de estudos pela Europa Central, apresenta, de maneira viva e expressiva, traços do formidável movimento de reconstrução econômica e social que se processa nas Democracias Populares. O testemunho da brilhante jornalista é uma contribuição valiosa para a compreensão de aspéctos importantes da vida desses países que encontraram na democracia popular a forma de afastar os entraves ao progresso e à felicidade de seus povos. Sente-se em tôdas essas reportagens um fator novo de positividade — a participação crescente do povo na orientação dos seus próprios destinos — o que tanto contrasta com o que se passa onde os interesses das minorias reacionárias impedem o progresso.

Zora Braga publicará em nosso próximo número nova reportagem intitulada: “Polônia — reconstrução, progresso e paz”, na qual enfeixará as observações que colheu na sua visita à Polônia, como delegada brasileira ao Congresso de Wroclaw.



A RUMÂNIA E SUA VIDA CULTURAL

Fala-se muito na civilização latina, civilização ocidental ou atlântica, como querem os americanos. Certas correntes na França defendem a opinião de que um país latino se estiolaria se fosse organizado nos moldes eslavos. São os que acham que o socialismo é bom para o mundo eslavo mas incompatível com o temperamento latino. Estas pessoas revelam um desconhecimento geográfico de pasmar. Sem contar os povos e raças diferentes que formam a União Soviética, nem todos eslavos, tomemos o exemplo de um país latino que adotou a forma de govêrno popular democrata. Como vivem os intelectuais na Rumania? Existia em Bucarest um homem rico que se dedicava a colecionar quadros e a ilustrar-se nas coisas da arte. Sua pinacoteca era famosa pelo bom gosto e seleção. O sr. Zambacian ofereceu a sua coleção à De-

mocracia Popular Rumena. Sua casa transformou-se num museu público. Ele e sua senhora estão felicíssimos porque encontraram no povo admiradores do seu esforço. O Museu Zambacian é um dos mais visitados em Bucarest.

Hoje o sr. Zambacian é um dos homens mais úteis da Rumânia. Ele organizou para o governo vários "magazins" de luxo, onde se encontram os produtos da arte popular do país e suas preciosidades.

Vemos, portanto, que nada se perde numa democracia popular. Um homem de talento e cultura tem sempre um papel a desempenhar diante dos seus semelhantes.

É preciso que se perca esta idéia de que os intelectuais ficarão à margem, na etapa de transição para o socialismo. É justamente neste momento que eles são mais úteis e mais queridos.

Encontrei na Europa um possante movimento de renovação cultural que marcha do oeste para o mundo.

Na pintura este movimento se caracteriza pela preocupação de situar o assunto no primeiro plano, ao contrário do abstracionismo. É pois um movimento contra o formalismo. Um quadro não deve ser belo apenas pela cor ou pela forma. Este movimento não renega absolutamente o cubismo, o surrealismo, etc. Apenas acha que são escolas velhas, que surgiram por razões históricas, razões estas já superadas. Considera que aquelas escolas trouxeram para a arte novas concepções de volume e perspectiva e outras descobertas técnicas, assim como o impressionismo desenvolveu o problema da luz.

Os artistas novos da Rumânia, por exemplo, passam temporadas nas brigadas de jovens que constroem gratuitamente as estradas. Ali pintam aspectos da vida e do trabalho dos brigadeiros. Os seus quadros, apesar de representarem cenas verídicas, não têm o mau gosto da produção de certos artistas que imitam os clássicos. São aproveitados e desenvolvidos todos os recursos da técnica. A diferença que existe entre estas telas e as dos artistas formalistas é a diferença que existe entre a arte pela arte e a arte a serviço do povo.

No teatro, as operas e as peças de escritores viris como Lorca, Calderon, e Lope da Vega são as preferidas. Procura-se fazer um teatro que dê esperança e alegria, usando-se para isso de todos os recursos da arte cênica. E ainda a criação da beleza saudável. Está claro que este movimento condena as peças mórbidas como por exemplo a teatralização do Processo Kafka, feita por Gidé e representada por Barrault. É um teatro contra a propaganda da sublimidade da dor moral e das neuroses. É um teatro contra o desânimo.

No terreno literário observa-se o mesmo critério. Abandonam-se aborrecidas concepções introspectivas, tuberculosas, psicanalíticas, varre-se as teias de aranha, sai-se do hospício, foge-se dos subterrâneos, e a literatura toma o seu banho de sol. A arte ressuscita como uma cidade que se reconstrói depois de bombardeada.

A HUNGRIA E SEU PROGRESSO RELIGIOSO

A separação entre Igreja e Estado, realizada nos países civilizados, há séculos, ainda não foi possível na Hungria. Até o esmagamento do regime Horthy, satélite do Hitlerismo e o desmoronamento do regime terrorista dos "croix plechés" (nazistas húngaros), a Igreja Católica exerceu uma influência excepcional.

Possuindo 900.000, dos 16 milhões de "arpents" aráveis, era a maior proprietária de terras do país. Nas últimas décadas a Igreja foi se transformando também numa potência capitalista. Os soberanos da casa de Habsbourg, violadores da independência nacional, fôram reis apostólicos e sustentaram por princípio a causa da Igreja, e o mesmo fez o almirante Horthy, regente calvinista. Em retribuição a Igreja apoiou a causa católica dos Habsbourg do mesmo modo que ajudou a regência de Horthy, que apesar do protestantismo desfrutava das simpatias da Igreja. As escolas religiosas recebiam subsídio do Estado e obedeciam a um programa de ensino traçado pelos padres.

No comêço de 1945 o exército soviético expulsou da Hungria as tropas nazistas. Um novo govêrno democrático constituiu-se. Sua primeira providência foi a reforma agrária e a garantia da liberdade de culto. Um padre católico acompanhou a Moscou a delegação que assinou o armistício. Nesta época o corpo episcopal publicou uma circular dizendo: "Nós recebemos um tratamento atencioso das autoridades soviéticas militares. As igrejas estão intactas e os ofícios religiosos são realizados sem impedimento".

A reforma agrária, entretanto, não poupou as terras da Igreja. Milhares dos seus "arpents" fôram distribuídos, transformando em proprietários 700.000 operários agrícolas necessitados.

Os curas das paróquias receberam de 15 a 30 "arpents", superfície maior do que a da maioria dos novos proprietários. Estes não possuíam nada antes da reforma e ficaram radiantes com a partilha. Os bispos receberam 300 arpents, o máximo previsto pela lei. O alto clero não se acomodou com a diminuição da sua fortuna. As campanhas difamatórias e as provocações da Igreja fôram sem conta. Quando o clero percebeu que o golpe tentado pelos partidários de Horthy havia fracassado e que os

Comunistas não massacravam os padres nem transformavam as igrejas em "cabarets" a ofensiva da Igreja tomou novos rumos.

O papa elevou Joseph Mindszenty à dignidade de cardeal, arcebispo de Estergom e primaz da Hungria. O novo prelado, antigo bispo de Veszprem, é de origem alemã e se chama Joseph Pehm. As largas massas católicas tinham confiança nele porque havia sido preso pelos nazistas. Não sabiam, entretanto, que a prisão se dera porque o bispo recusara ceder seu confortável apartamento às autoridades alemãs e que esta durara somente 24 horas. O público ignorava também que depois do cruel cativeiro de um dia o bispo fôra nomeado capelão do campo de concentração.

Nas vésperas das eleições de 1945, o cardeal que era tido como anti-fascista, publicou sua primeira carta pastoral. Era uma violenta condenação à reforma agrária. Era o repúdio da república e a apologia dos direitos do regime de Horthy e dos reis Habsbourg. Nesta ocasião os tribunais populares, instalados nas casas arruinadas de Budapest, começavam a julgar os criminosos de guerra. O cardeal aproveita a oportunidade para fazer uma campanha pelo "apaziguamento dos ânimos" e pelo perdão dos criminosos.

Tempos depois recusou êle assinar um documento propondo um acôrdo pacífico entre tôdas as igrejas da Hungria, documento aceito pelas demais seitas.

O anti-semitismo do cardeal Mindszenty é universalmente conhecido. Protestando contra os julgamentos de guerra, falou de "paixões escondidas" e do espírito vingativo dos israelistas húngaros. Em 1947 Mlle. Bertha Gaster, correspondente do News Chronicle visitou o Primaz. Durante a palestra êle explicou a jornalista que somente os judeus eram responsáveis pelas barbaridades cometidas pelos nazistas na Hungria. A moça ouviu atenciosamente as informações e despediu-se dizendo:

— Agradeço a Vossa Eminência os dados que me forneceu. Não posso entretanto deixar de contar-vos que sou a filha do rabino Whitechapel.

Quando a Hungria comemorou o centenário da guerra de libertação de 1848 e organizou em tôdas as cidades e aldeias comités de festas dos quais participaram tôdas as Igrejas e associações, o cardeal proibiu aos católicos e aos alunos das escolas participarem das solenidades. Num artigo que escreveu para a Revista Católica, referindo-se a esta gloriosa página da história húngara, declarou que a guerra de libertação tinha cumulado a Hungria de catástrofes e a Igreja de humilhações.

Tudo isto porque a guerra derrotara os Habsbourg.

Quando os trabalhadores húngros começaram a organizar as competições de trabalho afim de elevar a produção, os padres do cardeal gritavam do alto dos púlpitos: "Abandonai êste tra-

balho forçado que acabará por vos arruinar! Sòmente as bestas de carga trabalham tôda a vida como o fazeis.”

Assim que as opiniões injuriosas do cardeal sôbre a guerra de 1948 fôram divulgadas a indignação geral subiu feito a maré. O Presidente da República não modificou sua atitude cortez e leal para com a Igreja. Provas irrefutáveis dêste espírito conciliador podem ser dadas largamente. Esquecendo as dificuldades econômicas que o país enfrentava depois da guerra, o govêrno concedeu à Igreja subsidios consideráveis. A manutenção do alto clero está a cargo do Estado. A mensalidade que o cardeal Mindiszenty recebe é o dobro do ordenado do primeiro Ministro. A dos arcebispos ultrapassa de 50% os salários dos chefes de secção do ministério, enquanto que o dos bispos corresponde exatamente ao dos ministros.

A República dispende somas enormes para subvencionar as escolas religiosas que não obstante continuam refratárias ao espírito da educação nacional democrática. O orçamento de 1946 a 47 destinou 40 milhões de florins para as escolas religiosas; 20 milhões para 4.000 padres e professores de religião nas escolas. É preciso juntar a esta soma enorme um milhão de florins destinados às diversas obras religiosas. No primeiro ano da estabilização monetária o govêrno reservou 650.000 florins para a reconstrução das igrejas, soma maior do que a destinada à reconstrução dos hospitais. A Igreja acusou o govêrno de atentar contra a liberdade de imprensa. Em 1947, quando havia falta de papel, 45% de todas as publicações impressas eram de caráter religioso. Sòmente naquele ano 2.393 publicações religiosas apareceram na Hungria.

Não sòmente o govêrno mas os partidos políticos deram à Igreja todo o apôio possível. Os operários comunistas, desde 1946, costumam percorrer os campos e ajudar os agricultores. Eles consertam as pontes, reconstroem as escolas e as igrejas destruidas durante a guerra. Eles chegaram mesmo a doar sinos a várias paróquias. Frequentemente os vigários da província se dirigem às organizações do Partido Comunista para solicitar sua assistência. Para atender o pedido do cura de Pilisborosjenós, os operários comunistas construíram a igreja da paróquia. “Que Deus bendiga a êstes trabalhadores”, disse o cura de Nagiloc, depois que os operários comunistas, enfrentando bravamente o rigor de um inverno excepcionalmente duro, construíram a igreja, a escola e a residência do padre. Os operários comunistas deram 20.000 horas de trabalho sòmente para a reconstrução do campanário da igreja de Banhida.

É natural que o número de fiéis que apoia cada vez mais a nova democracia aumente sem cessar. O povo húngaro deseja uma aproximação amistosa entre o Estado e a Igreja.

Entretanto, o cardeal não era desta opinião. Enquanto os dirigentes da democracia húngara multiplicavam os gestos de amizade para com a Igreja, uma verdadeira invasão de padres foi observada nas aldeias. Conquistar as almas era o objetivo destes missionários. Sua atividade foi essencialmente política. Faziam uma campanha alarmista: "Não haverá mais chuva porque o bom Deus deseja castigar os desmandos deste regime criminoso". O padre Miklos Horvath recusou a sepultura religiosa a um membro do Partido Comunista. Os pretensos missionários mobilizavam os fiéis na luta contra a Hungria democrática. O jesuíta Vargha declarou na Basílica de Eger que hoje "a Igreja forma um único exército e convida os fiéis à luta". Quando, em 1948, Otto de Habsbourg lançou dos Estados Unidos um apêlo ao povo exortando-o à resistência passiva, o cardeal Mindszenty apoiou publicamente o pretendente ao trono da Hungria. Entretanto, o bispo de Debrecen dirigiu aos seus fiéis uma circular nos seguintes termos: "Deus nos recomenda resolver os problemas de hoje e não os de ontem. Nosso dever é colocar as nossas forças à disposição da reconstrução do país". Uma semana mais tarde o arcebispo de Veszprém, que, depois do cardeal, é o membro mais importante do corpo episcopal, declarou à imprensa o seguinte: "A democracia é feita pelo homem. É preciso incentivá-la no domínio espiritual e no domínio material. Esta tarefa dupla pode ser resolvida simultaneamente. A Igreja pode e deve ajudar a democracia. Da parte dos dirigentes da esquerda recebemos um tratamento muito humano e cheio de compreensão. Este fato caracteriza o momento atual. A Igreja e a democracia devem encontrar um caminho comum. É preciso fazer tudo e da minha parte farei o que puder para restabelecer a paz entre a igreja e a democracia. As negociações devem começar o mais depressa possível. É preciso que através de conversações sinceras todos os problemas sejam discutidos com franqueza".

A opinião pública respirou de novo. Mas, ainda uma vez o cardeal Mindszenty interveiu. Ele condenou severamente a iniciativa dos seus bispos e das organizações religiosas que a apoiaram. Dissolveu as formações dos escoteiros católicos afim de impedir a realização de um entendimento com a juventude democrática.

Depois das eleições italianas a política do Primaz prosseguiu sob a instigação direta de Roma. Um jornalista da direita escreveu depois de assistir a uma reunião do cardeal: "É a primeira vez que sou abençoado por um político". Realmente, o cardeal passou a se comportar não como chefe da Igreja Católica mas como chefe da *oposição à democracia*.

A recente notícia de que o cardeal Mindszenty foi preso em virtude das suas atividades fascistas e tráfico de divisas não me

causou surpresa. O que admirei quando estive em Budapest foi a paciência com que o governo húngaro aturou e contemporizou os ataques da Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A IUGOSLAVIA

O povo iugoslavo ama a União Soviética e admira o Marechal Stalin. Este amor assume formas de ingenuidade poética. As canções populares, por exemplo, comparam a Rússia a um jardim e Stalin a uma grande estrela. Apesar da campanha que estava sendo feita, astuciosamente, para desmerecer a importância do Exército Vermelho na libertação do país, em proveito da guerra dos "partizans", o sentimento do povo não se abalou. A transformação que a Iugoslavia sofreu depois da guerra foi das mais radicais. Um povo sempre oprimido viu-se de repente livre e senhor do seu destino. É natural que tenha depositado ilimitada confiança nos seus dirigentes. O mosaico de povos e raças que formam a Iugoslavia conseguiu unificar-se na luta contra o invasor. Eram populações rudes e primitivas e a falta de cultura conduziu a caminhos místicos. Tito foi o herói da libertação, o condutor das tropas vitoriosas. Em vez de vê-lo como um dirigente, o povo o endeusa. Se os elementos mais esclarecidos orientassem o movimento, evitariam que a noção religiosa de infalibilidade prejudicasse o salutar exercício da crítica construtiva. Aconteceu porém que a Democracia Popular Iugoslava se transformou num "governo populista", em vez de seguir realisticamente os caminhos que a ciência ditou. Uma democracia popular é guiada pelos elementos de vanguarda do proletariado, isto é, pelo Partido Comunista. Os órgãos nucleares do governo iugoslavo são os "Comités Populares". Estes são as organizações básicas da Frente Popular e sua grande maioria encontra-se no campo.

A Iugoslavia é um país agrário e a maioria do povo vive nas aldeias. Como o Comité Popular é o órgão dirigente da aldeia, a reunião deles é a força principal do país, ou em outras palavras, como a Frente Popular é a força que domina a Iugoslavia, e como a maioria dos membros da Frente são camponeses, são os camponeses que dirigem a revolução na Iugoslavia. Será um mal a organização do povo sob a forma de Frente Popular? Absolutamente, é louvável o resultado alcançado. O mal está em que esta organização não tenha o esclarecimento e a direção do proletariado. Alguém pode perguntar: mas o Partido Comunista não é membro da Frente Popular e como tal não representará a direção proletária? Analizando a Frente Popular o próprio Marechal Tito afirma: "O Partido Comunista Iugoslavo não tem outro progra-

ma que o programa da Frente Popular". Portanto, este partido dissolveu-se nas águas da Frente Popular. Algumas pessoas perguntarão ainda: — Por que é absolutamente necessário que seja o proletariado condutor de um povo ao socialismo? Os camponeses não são também trabalhadores, não são também o povo?

Socialismo quer dizer progresso. Não basta organizar uma sociedade abolindo privilégios de classe e aí parar. Isto seria empobrecer todo o povo. O socialismo deve dar ao povo todos os recursos que facilitam a vida, e que hoje só os ricos conhecem. Para tal necessita aumentar por exemplo a fabricação de sapatos, de rádios, e perfumes, afim de que todos possam usá-los. Necessita também procurar tornar suave o trabalho dos homens, para que eles sejam mais felizes e descarreguem sobre a máquina a força bruta. Na agricultura os tratores substituem os arados, as máquinas de colhêr poupam o suor dos camponeses. Sem a máquina não há socialismo nem progresso. São os homens que constroem as máquinas e as fazem transformar matérias inúteis em coisas necessárias, os que conquistam para a humanidade a felicidade socialista.

O camponês é pela natureza do seu trabalho um ser conservador e individualista. Como ele é capaz de fazer tôdas as coisas que necessita para a sua existência acanhada (o camponês da Europa tece as próprias roupas, fabrica os móveis, etc. e compra pouquíssimas coisas) ele não possui a visão e mentalidade progressista dos que trabalham diretamente ligados à fabricação.

O maior erro que está sendo cometido na Iugoslavia é deixar que as organizações camponesas aumentem a sua força e dominem cada vez mais o país. É um sério entrave para o socialismo porque em vez do camponês marchar para a coletivização da terra e socialização, trabalhando em comum e mecanizando seu trabalho, a falta de cultura os conduzirá para o aumento da propriedade individual e o apêgo à propriedade. Nas outras democracias populares, deu-se também a terra aos que a trabalham, mas proibiu-se a venda desta e fundou-se em cada aldeia uma fazenda coletiva. Os camponeses percebem que a fazenda marcha melhor do que a sua terrinha e como não têm mesmo possibilidade de ir para frente, de se enriquecerem sòzinhos, acabam compreendendo as vantagens da coletivização.

A enorme força recebida pelos camponeses começou a ser prejudicial mesmo para os planos do govêrno e este tentou corrigir isto por meio de decretos e nacionalizações precipitadas. Muitas pessoas têm me perguntado porque se critica na Iugoslavia leis que são iguais às da União Soviética. A União Soviética antes de aplicar as leis em questão havia já percorrido tôdas as etapas

necessárias. Não é possível para uma democracia popular a copia de medidas que dão certo num país já socialista. É presunção e desconhecimento da própria realidade.

Existem, entretanto, na Iugoslavia, lados positivos, lados estes comuns a tôdas as democracias populares. É extraordinário o valor dos jovens e das mulheres, a importância das suas organizações, o heroísmo dos seus soldados. É comovente o desprendimento dos operários e o *elan* com que o povo constrói. O povo iugoslavo não é culpado da soberbia dos seus dirigentes. O grande perigo que ameaça a Iugoslavia nasceu do orgulho. O plano quinquenal é pesado demais para ser realizado. Nas condições em que o mundo está, somente com auxílio dos países capitalistas a Iugoslavia poderá levá-lo a cabo. Ora estes países só a auxiliarão mediante concessões. Todos nós sabemos bem como age o imperialismo. A pergunta que angustia a todos os que amam a Iugoslavia é se Tito irá se ligar aos ianques.

Muita gente pergunta: — Por que a Rússia não dá à Iugoslavia o auxílio que ela pretende obter dos americanos? É preciso não esquecermos que a Rússia tem também que cuidar da própria reconstrução e auxiliar tôdas as democracias populares. Ela o faz na medida das suas fôrças mas não pode favorecer um país em detrimento do outro. O seu auxílio é desinteressado e realiza-se numa base de trocas. Nunca vi um rublo numa democracia popular. Ninguém o conhece. Ao passo que nos países “protegidos” pela América do Norte, é o dolar quem dita as leis.

Não acredito que a Iugoslavia retroceda na marcha para o socialismo porque conheço a fibra do seu povo e o amor que este sente pela União Soviética. Ela só tem um caminho a seguir e este a reconduzirá fatalmente à família das democracias populares.

A TCHECOSLOVAQUIA

Proletariado Culto

Lancemos um olhar para o futuro. A cidade mais confortável da Europa Central é Zlín, a séde das fábricas Bata. Foi construída pelo velho Thomas Bata, irmão por parte de pai do João Bata que vive em São Paulo. João Bata era um bebê quando a cidade começou a erguer-se contornando os pequenos edifícios das fábricas de sapatos. Foi criado pelo irmão como se fôsse filho e somente já quarentão entrou para a diretoria dos estabelecimentos, depois da morte de Thomas. Ele jamais construiu ou orientou a construção de Zlín. Durante a sua primeira fase a cida-

de era de uma uniformidade irritante. Um edifício exatamente igual a outro, um alojamento de operário semelhante ao do vizinho. A padronização abrangia os móveis das casas e as mentalidades. Nas fábricas os operários faziam apenas uma coisa, conforme o sistema americano. Eram verdadeiras máquinas humanas. Eram conhecidos como os Batovec, ou empregados de Bata. Durante a guerra João Bata arranhou um passaporte com os alemães devido às suas relações amistosas com Goering e partiu para os Estados Unidos. Lá dedicou-se a fazer uma campanha contra o exército tcheco que lutava ao lado do inglês, proibindo os seus operários de nele participarem ou para êle contribuirem. Falo em operários porque João Bata ocupou a fábrica Bata que existe nos Estados Unidos e onde a maioria do pessoal é de origem tcheca. Além desta atividade êle comprava material e materias primas dizendo que eram para a fábrica de Zlin e os enviava aos nazistas. Seus trabalhos não agradaram aos alemães que o colocaram na lista negra. Os americanos também se desgostaram d'êle e o declararam cidadão alemão. Foi por isto que Bata fugiu para cá. Tinha confiança na vitória dos nazistas e sonhava realizar um plano de emigração da população tcheca para Mato Grosso. Lá fundaria um reino mecânico e abasteceria o mundo de sapatos. A derrota dos nazistas desmoronou o reinado de Bata. Êle foi condenado como traidor pelo govêrno da Tchecoslovaquia e expropriado. As fábricas fôram divididas entre o govêrno tcheco e os outros membros da família Bata. Coube ao filho do fundador de Zlin, herdeiro natural, Thomas Bata filho, as fábricas situadas no ocidente; coube à viuva de Bata uma indenização em dinheiro e ao govêrno tcheco as propriedades dentro do país e no oriente.

Como vemos o nosso Bata nunca foi o rei dos calçados e nem ao menos o seu sucessor, pois o herdeiro natural é o filho e não o irmão.

No fim da guerra os ingleses e americanos bombardearam inútilmente a indústria tcheca afim de se precaverem contra a concorrência. As fábricas já estavam na maioria ocupadas pelos operários que haviam expulso os alemães. Em Zlin mais de 90 por cento das propriedades fôram danificadas sendo que os depósitos de material e produtos fôram completamene arrasados. O primeiro passo dado pelos operários da jovem indústria nacionalizada foi portanto no sentido da reconstrução. Em dois anos apenas refizeram tudo e a produção atingiu o nível de antes da guerra. Começou então o melhoramento. Novas casas fôram construídas para os operários. Hoje Zlin é uma cidade cheia de jardins e flôres. Possui um hotel magnífico, um hospital como não vi outro em tôda a Europa, situado no meio de um parque e

dividido em pavilhões sombreados por árvores. Possui escolas, creches, piscinas, campos de esporte, salas de dança e concerto, cinemas, teatros, enfim tudo quanto torna a vida agradável numa grande cidade.

Tudo é limpo, novo, e bonito. O cemitério é no alto de uma colina e os túmulos no meio da floresta. São pedras que o musgo cobre e os arbustos escondem. No verão os namorados e as criancinhas brincam e passeiam entre as aléias verdes.

Zlin possui um clima de montanha e está rodeada de picos brancos. No tempo dos Bata ela possuía um estúdio para fabricar filmes de propaganda. Hoje este estúdio produz obras de arte, principalmente filmes de marionetes, sendo que um deles — “Sonho de Natal” — foi premiado.

Os operários trabalham poucas horas por dia e são vigiados por um corpo de médicos. Cada um deles é observado diariamente e se o médico nota que ele está ficando nervoso com o barulho de certa máquina muda-o de secção. O princípio de que a máquina transforma o homem ao mesmo tempo que este a transforma é observado rigorosamente, razão pela qual um operário se ressentido do contacto constante e monótono da mesma trepidação. Os médicos cuidam também de transformar em homens úteis os inválidos de guerra para que estes se sintam mais felizes. Existem nas fábricas serviços que um homem mutilado pode fazer. Como eu já disse nada se perde numa democracia popular.

Na Checoslováquia os aleijados não precisam pedir esmolas ou vender bilhetes de loterias, eles podem trabalhar como telegrafistas, como datilógrafos, enfim a variedade é grande.

Em Zlin nada é impossível. As fábricas produzem sapatos, produzem as máquinas para costurá-los, a linha e as agulhas, produzem as máquinas que fazem estas máquinas, enfim tudo quanto o homem pode produzir lá se faz. Desde os aviões até as meias de vidro. Esta é a vantagem de uma indústria que não padroniza os operários. Inúmeras invenções são lá realizadas sendo que a maioria é idealizada pelos próprios operários.

Ao lado das fábricas existe um imenso edifício que é a escola de Belas Artes. Pintores e escultores conhecidos vivem em Zlin. Possuem seus ateliers particulares e são também professores da escola.

Junto com os alunos eles procuram melhorar a qualidade artística dos sapatos ou criar novos padrões para o estampado das fazendas. A escola possui um curso completo de artes gráficas, outro de cerâmica estuda a arte popular, além dos cursos normais a todas as escolas de Belas Artes.

Nos teatros representam as companhias mais famosas, sendo algumas contratadas especialmente pela fábrica nos países estrangeiros.

Existem cursos secundários e superiores para os jovens. Neles ao mesmo tempo que aprendem as matérias ginasiais recebem cursos práticos nas fábricas. Se revelam capacidade continuam a estudar até se formarem numa escola superior. Se por acaso algum aluno não deseja trabalhar na fábrica, como no caso de uma menina que tinha talento para a dança, o sindicato de Zlin paga os seus estudos numa escola especializada. Ao lado de Zlin existem varias aldeias em que os camponeses não possuem ainda a cultura de um operário da cidade. Para ajudá-los a fábrica instala constantemente pequenas usinas de produtos agrícolas na própria aldeia, dando assim aos jovens a possibilidade de trabalharem na indústria. Esta fábrica organiza um sindicato que organiza por sua vez cooperativas agrícolas afim de emprestar tratores e máquinas aos camponeses. Os operários incentivam ainda a tradição popular vestindo-se com roupas camponesas e participando das festas. A Escola de Belas Artes tem uma secção especial para zelar pela arte do povo. Assim a industrialização não prejudica nem amortece o talento criador.

Como vimos, olhar Zlin é vislumbrar o futuro. A cidade serve de modelo para os parques industriais e a fábrica constroee novas indústrias em vários pontos do território tchecoslovaco.

A estréia da guilhotina

ANNIBAL M. MACHADO

O mensageiro chegára no instante mesmo em que a cabeça se aninhava no fundo cêsto.

Não correrá tanto para salvar um homem, senão para ganhar a corrida, em aposta consigo mesmo.

Mas, eis que ao esbarrar com o quadro, sua piedade explode numa onda de horrôr. Não fôsse o enguiço do jeep e a travessia lenta da cerração, a vítima estaria a estas horas numa de suas situações preferidas: pescando no rio ou adormecido nos braços de sua doce Leonídia.

O mensageiro queda-se pasmado. Ó fria e infâme engrenagem! Por que anteciparam de alguns minutos a execução?

Em tudo agora o ar de tragédia consumada. Que pressa a dos homens em se desembaraçarem de um homem!

Pobre vítima. Só porquê sabia o segrêdo, só porquê sabia o segrêdo!... O segrêdo, fonte de insônia do Ministério. O pobre cordeirinho guardava-o a sete chaves. Guardava o que soubera por acaso, o que jamais quisera vissem os seus olhos. Mas o Ministério temia a revelação. O próprio Domingos Farina tinha horrôr a êsse segrêdo, — semente da morte caída no seu destino.

"Hei-de esquecê-lo. Devo, preciso e quero esquecer" — repetia. Ingênua técnica de exorcizar uma presença maldita...

E passeava, trabalhava, dormia. Esquecia os embrulhos, esquecia o trôco, esquecia os números, os nomes. Esquecia a companhia, o passado. Exercitava a mais não poder a faculdade de esquecer. Mas só se lembrava do que não queria. Era até pior: o segrêdo ficava mais vivo, mais visível. Como lâmpada elétrica quando as demais se apagam.

Ia à praia, molhava-se no mar com o segrêdo. Bebia, o segrêdo borbulhava na espuma do copo. Mas se vomitava, o segrêdo ficava.

Viajou para longe. O segrêdo confessando-se na cadência da locomotiva, no passo do cavalo.

— Mas eu preciso esquecê-lo, preciso.

Que vira o fato abominável, a coisa vergonhosa, vira! Se adivinhasse, teria fechado os olhos. Viu de fato, ah, isso viu! Por acaso, mas viu. Não contaria a ninguém. Nem a si mesmo.

Era um segrêdo enorme, palpitante, segrêdo em crescimento. Os que fitavam Farina, pareciam dizer: "qualquer coisa exala-se

de teus olhos, está saindo de tua boca, escorrendo de tuas unhas. Que é que há contigo? Fala, homem!”

Ora, o govêrno precisava justamente de tranquilidade para realizar um grandioso plano. Como, porém, tomar qualquer iniciativa, impôr-se ao povo, se havia um sujeito, um zé-ninguem, com um segrêdo capaz de desmoralizar e fazer cair o Ministério? Se havia no mundo um tal Domingos Farina, um irresponsável, a passear pelas ruas com êsse segrêdo na cabeça, com essa bomba de relógio no bolso?

E Farina sempre: “Eu quero esquecer... Sei que há coisas que matam a quem as descobre. Meu segrêdo é amar a vida sem mais complicações. Meu segrêdo é pescar... bater papo nos cafés, gostar da Leonídia. Coisas assim são os meus segrêdos”...

E cheio de sombrío pressentimento deixava a cidade, viajava para mais longe. O segrêdo, hóspede macabro, instalado nêle.

*

* *

Fácil fôra às autoridades forjar um processo regular perante a justiça, de forma a que, mediante condenação regular, se pudessem separar do tronco do inocente a respectiva cabeça, portadora e séde do segrêdo. Incumbiram-se os vespertinos da preparação psicológica, apontando o traidor à execração pública. Do fichário dos piores criminosos fez-se uma antologia. Essa antologia, ilustrada com lindas fotografias de Farina, foi-lhe oferecida como sendo o resumo de sua vida pregressa. Deram-lhe entorpecente; quando estava quase a cabecear de sôno, convenceram-no de *que*, assinado aquilo, nunca mais o incomodariam. Farina assinou e dormiu. Veiu a condenação. A guilhotina funcionou com aparato. Era u'a máquina do último tipo, fabricação norte-americana, de forma esquisita, entre moinho de vento e girafa.

Tudo seria perfeito se não fôsse a presença daquele mensageiro a exhibir com ênfase o documento expedido à última hora pelo tribunal.

“Impossível agora recolocar a cabeça no tronco” — pensou o mensageiro entristecido. Mas não foi impossível sair gritando: “Domingos Farina, um inocente, um inocente! Sentença reformada!” como andou fazendo êsse mensageiro pelas ruas da cidade.

Louco, êsse rapaz... Pois não via que a justiça nunca falha! E que, apesar de seus incontestáveis progressos, não poderia a cirurgia devolver a cabeça de Farina ao respectivo dono? Era mais que natural a urgência do govêrno em eliminar o guardião de tão incômodo e terrível segrêdo. Para evitar justamente o que acontecera: uma sentença de última hora reformando a primeira.

Assim tendo procedido, êsses juizes enfraqueciam o poder público, justamente quando o serviço de propaganda, sob todos

os pontos de vista impecável, já inculcava êsse poder como emanação da providência divina; justamente depois que o Parlamento conferira poderes ilimitados e ternos ao chefe querido.

Lá estava o mensageiro, magricela emotivo, a fazer escândalo. Alucinado com certeza pela visão da cabeça de Farina em sua passagem meteórica entre as lâminas da guilhotina e o cêsto de repouso. Dir-se-ia que tombára mais depressa sob o peso do segrêdo. Alguns, à boca pequena, rosnavam a sua reprovação.

Que diriam os inimigos da ordem — pensava o govêrno — quando soubessem que o tribunal se retratou? Isso não fazia senão ameaçar a estabilidade do regime, além de prejudicar o câmbio e a colheita regular dos dividendos. E ainda por cima, do ponto de vista formal, as provas que o govêrno enviara aos juizes eram indiscutíveis, embora falsas.

“Se a guilhotina, ao ser inaugurada, e com as suas lâminas até há pouco virgens e reluzentes dividiu irrecorrivelmente a Domingos Farina em duas partes, é porque o guilhotinado se tornou culpado. Daí não há fugir”, argumentava a nota do Ministério de Informações. “Nem é concebível que se possa estrear talvez a mais aperfeiçoada guilhotina do mundo, com um êrro judiciário” — concluia a referida nota.

Erraram os juizes? Pior para êles, não para Domingos que não pode mais reclamar, — cabeça lívida e solta que nem o beijo da amante fará mais estremecer.

E para que nada transparecesse e fôssem considerados perfeitos o processo e a condenação, as autoridades declararam traidores da Pátria a todos os membros do Tribunal. Nunca mais se escolheriam para a composição de uma alta Côrte de Justiça — côrte que se presume infalível — homens cuja ingenuidade e falta de realismo fôssem incômodos aos interêsses da Nação.

★

★ ★

Algum tempo depois, no comêço de um outono cinzento, recolhia o cêsto, seguidamente, nove cabeças, sete brancas e duas calvas. Tanto vale dizer: um tribunal inteiro. Aliás, dez cabeças; pois o mensageiro pôs-se a falar demais.

Houve o estupor unânime do povo. Da Capital às províncias não se fazia senão olhar com respeito para a efígie sorridente do chefe dependurada milhares de vêzes em milhares de paredes.

As viúvas receberam os óculos e demais pertences. E fôra pungente a cêna, oh, pungentíssima! Através dos óculos sentiam, as doces velhinhas, os olhos míopes de seus maridos voltados até alta noite para os autos, examinando provas e documentos. Lendo, esmiuçando e confrontando. Procurando a *Verdade!*...

Sete cartas loucas

AFONSO SCHMIDT

Carta N. 5

Continuação da precedente

Certa manhã, a criadinha da pensão veio acordar-me:

— Dr. Aladino, está aí alguém que deseja falar-lhe.

Vesti o paletó por cima do pijama e fui à sala. Lá encontrei um homem corado, de costeletas negras até a metade do rosto. Envergava traje de veludo côr de garrafa. Nêle reconheci o cabreiro da gaita de foles, que vira dias antes nãõ quintal de Flora Pelayo. Devia ser primo em segundo grau da bondosa artista. Alí, na sala, êle rolava nas mãos o sombrero de copa chata, redonda, de abas largas. Visivelmente acanhado pela natureza da incumbência, apresentou-me uma carta.

“Como você sabe — escrevia-me Flora Pelayo — desisti de organizar a companhia e viajar pelo país. No entanto, a sua situação me preocupa. Afinal, fui eu a ir procurá-lo, a fazer-lhe promessas e trazê-lo para o Rio de Janeiro. Justo é, portanto, que procure indenizá-lo do tempo perdido. Não podendo fazer mais do que isto, por motivos que você conhece, mando-lhe êste conto de réis para o seu regresso e primeiras despêsas. Não queira mal a esta pobre mulher cujo defeito principal é, talvez, sonhar demais num mundo excessivamente prático. Lembrar-me-ei sempre de sua pessoa e, de quando em quando, repetirei o seu nome com muita amizade.”

Quando o portador da carta virou as costas eu já tinha tomado uma resolução: voltar imediatamente para São Paulo. Ajustei as contas com a dona da pensão e, como depois disso a minha riqueza se apresentasse meio desfalcada, tratei de vender os ternos que me davam certa fama de elegante, os anéis que já não me serviam nos dedos e tudo quanto pudesse produzir algum dinheiro. Reduzi as duas malas de roupas a uma valise apenas.

Naquela mesma noite dirigi-me à Estação Pedro II. Havia uma fila de homens e mulheres, com malas, diante da bilheteria. Tive de esperar uns vinte minutos para chegar até o “guichet”. E, não encontrando melhor ocupação para os olhos, deixei-me a contemplar a exposição de uma loja, sempre cercada de curiosos.

A vitrina é larga e alta, como um “ecran”. O cristal de uma polegada interpõe-se entre o mostruário e a plataforma. É tão transparente que até parece que não existe. Lá dentro, à luz macia das lâmpadas veladas, ondulam os tecidos finos como pele de pêssego, pétala de rosa, mancha de óleo sôbre água dormente. A claridade se decompõe em rendas. A sombra se coagula em panos de fôrro. E, bem no centro do escaparate, espirala-se um figurino de metal fosco, caricaturizando a graça flexuosa de uma mulher. Uma mulher sublimada, isto é, vestida de noiva.

Eu, enquanto a fila avançava lentamente, assisti ao desfile da multidão diante daquela figura lírial, de grande cauda que rolava esquecida pelo tapête, de compridos véus que desciam como neblina de manhã. Eu vi, dois a dois, centenas de pares de olhos pou-sarem um instante e depois fugirem da tentação da vitrina. As passageiras de luxo que vinham da plataforma estacionavam um instante diante do mostruário e sorriam. Seus olhos magníficos, sublinhados de preto como palavras de sentido particular, abriam-se largamente na efêmera contemplação daquela obra-de-arte.

As datilógrafas que regressavam ao subúrbio, fatigadas, admiravam a exposição com ares perplexos. Seu drama interior se diluía. A máscara dura das preocupações persistentes vincava-se num sorriso. E os seus pequenos olhos práticos, anuviados de algarismos, fórmulas epistolares e praxes comerciais, iluminavam-se de repente, punham-se a rir e, por pouco, se faziam olhos azuis...

E as moças dos subúrbios, tão modestas que têm receio de poluir a calçada da loja com o pó dos seus sapatos, moças que moram em casas sem número, no fim de ruelas sem calçamento, olhavam de esguelha o figurino, com pudor de que alguém visse que elas estavam vendo. Não queriam ser pilhadas num flagrante de sonho, numa quebra dos mandamentos da lei de Deus. E as pretas velhas que arrastam vestidos compridos. E as mulheres esqueléticas, catadoras de trapos. E os mendigos de mãos frias, de unhas escuras viradas para dentro. Todos paravam na calçada, para colher uma florzinha de laranjeira daquele vestido.

Aquêlê vestido de noiva é um jardim de sonhos. Olhos femininos que nêle incidam, logo se incendeiavam de chamas douradas. Mas é sonho, apenas. Entre o desejo e o objeto desejado há um abismo: um cristal tão transparente que parece que não existe. Mas existe. Ainda lá está. Tem meia polegada de espessura. Um punho fechado não o estilhaça. Um grande desejo não o enternece. E diante dêle, nas tardes, nas noites, vão desfilando todos os anseios, todos os sonhos, todos os desejos frustes da cidade.

Quando me encontrei diante do “guichet”, pedi uma passagem para São Paulo. O funcionário, muito cortês, preveniu-me de que não havia mais lugares numerados; se eu quisesse viajar, teria de fazê-lo de pé. A perspectiva era sombria, mas aceitei. Minutos antes da partide do trem, subi para um carro qualquer e, por cima

dos ombros dos passageiros, fui lendo os números das poltronas. Eu tinha cá o meu plano. Em certo ponto, alguém que indevidamente se havia aboletado numa poltrona vazia, sobressaltou-se:

— É seu êste lugar?

E eu, que Deus me perdôe:

— Claro que é... Não está vendo?

Era um sujeito alto, corpulento, de guarda-pó. Tinha barba de sertanista e atitudes desabridas. Mais tarde, percebi que êle já havia jantado e, para vencer a comoção da viagem, reforçara a abrideira. Refestelei-me, pois, naquele lugar que não pertencia ao seu ocupante (nem a mim) e durante as primeiras horas de viagem, examinei, de soslaio, tôdas as pessoas que chegavam de outros carros, procurando um número qualquer no espaldar das poltronas. Enquanto isso se dava, o homenzarrão, encalhado entre dois bancos, fazia viagem horrível. A cada solavanco do trem era atirado de um lado para outro. O guarda-pó voava. A barba parecia ninho de ratos...

Alta noite, eu quis ir ao restaurante, mas não ousei abandonar o lugar, porque outro aventureiro poderia apossar-se dêle. Então, com êsse ar angélico que tão bem me fica, chamei o homem das barbas e lhe disse:

— Você precisa descansar um pouco. Instale-se aqui, enquanto eu vou ao restaurante e não deixe ninguém apropriar-se do "nosso" lugar...

Êle não queria outra coisa. Sentou-se com alívio. Tranquilo, dirigi-me ao carro restaurante, fiz a merenda e, duas horas depois, voltei para o meu vagão. Encontrei o guardião muito agitado. O carro inteiro parecia ter passado momentos de susto. Perguntei-lhe:

— Que há de novo?

E êle, coçando a barba:

— Nada. Aqui apareceu um granfo com cartãozinho e quis tomar posse do lugar, mas, palavra puxa palavra, preguei-lhe uns petelecos. E êsse não volta mais.

Agradei. Êle levantou-se restituindo-me o lugar. E, sorridente, voltou para o seu pôsto, onde fêz o resto da viagem, de pé, atirado de um lado para outro pelos solavancos do trem. Quanto a mim, sentei-me, adormeci e sonhei com os anjos.

Cheguei a São Paulo numa manhã de inverno. Tinha chovido giz. A cidade estava tôda branca. Parecia vista através de um cristal despolido. Dir-se-ia que o frio tomou de um esfumino e andou por aí a apagar as linhas, a esbater as arestas, a confundir volumes numa fotografia flu. A poeira do Caminho de Sant'Iago caíra sôbre a terra, envolvendo o casario no seu sudário alvacentos. E a paisagem ficou espectral.

Os letreiros luminosos perderam a agressividade e se tornaram simples pinceladas de aquarela. Os grandes edifícios não passavam

de suposições pontilhadas de luzes, perdendo-se lá em cima, no incógnito. As ruas tornaram-se como álveos de rios sêcos, por onde transitavam grandes sombras de veículos, providas de compridas espadas de holofotes, caçando pequeninas sombras de transeúntes ariscos. Os homens encapotados e de mãos nos bolsos, as mulheres aconchegadas nas péles raras, com as mãos perdidas nas luvas, diluíam-se na neblina, apagavam-se rapidamente nesse quadro "closed-up", sem sequências. Lembrei-me de um teatrinho de sombras chinesas, onde as silhuetas dançam num lençól. E de um vasto aquário imóvel onde as figuras passam, deformam-se, desaparecem logo adiante. E as luzes se partem, como lâminas, na incidência dos planos. Puxa, que frio!

Nas doze horas de viagem, pensei na vida e arquitetei invejável plano de futuro. Prosseguiria até Santos. Dentro de pouco, começaria a estação balneária e eu poderia arranjar emprêgo num de seus cassinos. Assim fiz. Depois de descansar dois dias na Capital, desci para as praias e fui hospedar-me numa pensãozinha de São Vicente, para, com maior facilidade, procurar o que desejava. As viagens, o clima e a vida morigerada que iniciei fizeram-me bem á saúde; cheguei a esboçar uma tentativa de deixar de beber, mas...

Acordava cedo, tomava café e saía para a praia. Lá ficava até a hora do almoço. Depois da sesta, lia ou escrevia. Ao entardecer, tomava o bonde do Matadouro e seguia para Santos a ver se encontrava algum conhecido.

Estava hospedado numa pensão modesta, no Largo da Biquinha. Casarão velho e chato, com janelas muito baixas. Disponha de um jardim que, abandonado, se tornara matagal. A gente entrava esbarrando nos arbustos esgalhados. Eram girassóis, cameleiras e resedás. Uma porta dava acesso à sala de jantar, alumiada por duas janelas baixas como as que se abriam para a rua. Na sala encardida, havia meia dúzia de mesas. Os quartos eram repartidos em quartinhos, separados por biombos e, como lá se hospedassem enfermos, pelo meio da noite ouviam-se gemidos e ranger de dentes.

Certa vez, depois do jantar, eu fumava cachimbo sentado no banco do portão. De repente, uma sombra parou diante de mim:

— Então o senhor está aqui...

Quem havia de ser? O Orozimbo, zelador da Sociedade Harmonia.

Sentou-se no banco e começou a falar. A diretoria do grêmio tinha ficado desgostosa por eu ter saído, sem dar satisfações. Na quinta-feira, com a casa cheia de convidados, o presidente teve de ir ao palco e explicar que Aladino — o homem da varinha mágica — se encontrava enfermo e talvez não voltasse. Mas — acrescentou êle — já contratamos novos e excelentes números para as quintas-feiras seguintes...

— Quem é que lá está trabalhando agora?

— A cantora Lili Oviedo, o solista de saxofone Peter Gold e a declamadora Jurema Vasques.

Orozimbo acendeu a custo o cigarro de palha, com o isqueiro recalitrante, e depois continuou:

— Sabe quem foi procurá-lo muitas vezes? A Paula. Até hoje, ela ainda telefona, pedindo notícias suas.

Meia hora depois, despediu-se:

— Então até mais ver. As férias estão no fim. Volto amanhã para o tóco.

E lá se foi, pela praça escura.

Naquela noite e nas que se seguiram fiz visitas aos cassinos, procurei conhecidos, pedi-lhes emprêgo e só obtive palavras de esperança para o mês seguinte, com a chegada da estação de banhos. No domingo não sai de casa. Já estava disposto a regressar à Capital onde, bem ou mal, sempre arranjaría alguma coisa, por modesta que fôsse. À hora do jantar, sem apetite, fui sentar-me à mesa do canto, de onde, enxugando calmamente a garrafa de vinho, eu via a janela baixa que se abria sôbre o que restava do jardim.

A noite estava quente, com lufadas de noroeste. Na sala de jantar, quase ninguém. Um rádio colocado sôbre a cristaleira captava “foxes” e “blues” que passavam pelo céu. De repente, sem saber porque, ergui os olhos e fixei-os na janela escura. Entre as guirlandas de folhagem vi um rostinho de mulher a sorrir-me...

Era Paula. Corri a recebê-la. Não quis entrar nem participar da modesta refeição. Apertei-lhe as mãos e observei:

— Como elas estão frias!

E a moça:

— Você esqueceu-se delas! Você abandonou-as!

E assim conversando saímos para o largo escuro, onde as luzes apareciam e desapareciam na folhagem inquietada pelo vento. Chegando à Biquinha, sentamo-nos num banco. Homens e mulheres agrupavam-se na fonte, enchendo garrafões e moringues. Automóveis de Santos e de São Paulo estacionavam debaixo das grandes árvores. Ela parecia ter muita coisa para contar:

— Fui muitas vezes à Sociedade, à sua procura. Quando perdi a esperança de encontrá-lo, ainda assim, de quando em quando, telefonava para lá. Acabei conhecendo o Orozimbo, que é da minha terra. Ontem, foi êle quem me telefonou: “Sabe? O Aladino está em São Vicente, numa pensão velha do Largo da Biquinha”. Hoje, tomei o ônibus e descí a serra. Andei por aí. Agora tenho de passar dois dias na casa dos primos, para justificar esta viagem. Mas, passeando por aqui, não resisti ao desejo de entrar no jardim e espiar o salão para ver os que lá estavam. Foi quando...

— Quer fazer um longo passeio comigo?

— É claro que quero.

Para falar verdade, não esperava aquela resposta. Procurei seus lábios e nêles depus um longo beijo de reconhecimento. Minutos depois, tomamos a avenida tôda arborizada de chapéus-de-sol chatos, ramalhudos, de fôlhas largas. Andamos, andamos.

Lá longe, no ângulo da praia, erguia-se um edifício comprido e escuro, pontilhado de luzes. Caminhamos para êle. Paula não procurou resistir. Nas muralhas baixas, umbrosas, homens e mulheres conversavam e riam. Entramos por uma estrada de areia branca, em direção da porta iluminada. Um letreiro azul apagava-se e acendia-se. Chegamos à escadaria baixa, em meia-lua, e fomos subindo os poucos degraus. Então, num fio de voz, fiz-lhe a pergunta que me queimava os lábios. Ela sorriu, fixou em mim os olhos dourados e respondeu com a frase de Molière:

— Eu tomo a minha felicidade onde quer que ela se encontre...

No dia seguinte, embarquei para São Paulo. Paula ainda ficou em Santos. Três dias depois, fui esperá-la na Estação da Luz. A jovem pouco conhecia aquela parte da cidade. Entramos num restaurante, depois numa confeitaria, por fim num bar onde bebi alguns "chopps" que — prometi — deveriam ser os últimos de minha vida. À tarde, despedimo-nos. Paula tirou três violetas que trazia no colo e colocou-as, ela mesma, na minha lapela. Dali, cada um foi para seu lado. Lembro-me de que ao ficar só, para não andar com aquelas florzinhas, tirei-as da "boutonnière", esmaguei-as com os dedos e aspirei o seu perfume. Depois, meti-as num bôlso, na esperança de que elas desaparecessem de todo. E delas só ficou a lembrança, esta saudade doida que hoje me acompanha.

Durante alguns anos levamos vida de namorados. Ela, quase todos os dias, ia procurar-me na casa da sra. Marta, onde eu havia encontrado outro quarto, próximo do elevador. Na janela havia sempre roupas estendidas, á espera de um raio de sol. O panorama era constituído de terrenos vagos e fundos de arranha-céus. Ali passei as melhores tardes de minha vida. As filhas da senhoria acabaram por surpreender-lhe as visitas. E tão gentis eram que não se escandalizaram com isso. Ao verem Paula, gritavam com alegria:

— Mamãe! Venha cumprimentar a noiva do sr. Artista!

E a sra. Marta, enxugando as mãos no avental:

— Entre para a sala, d. Paula, não faça cerimônia. A senhora quer tomar um cafèzinho?

Reforma Agrária e Educação

PASCHOAL LEMME

A recente troca de impressões entre Astrogildo Pereira e Augusto Frederico Schmidt (artigos no "Correio da Manhã" e "Jornal de Debates") sobre a angustiante situação econômica e social do Brasil e as possíveis maneiras de responder à pergunta "Como e por onde começar"? ou mais sucintamente "Que fazer"? leva-me a insistir num aspecto da questão de que já tenho tratado em várias oportunidades.

De alguns anos a esta parte venho insistindo junto aos nossos mais destacados educadores e administradores de ensino no sentido de que aprofundem um pouco mais o estudo dos fundamentos da situação que a todos preocupa: a tremenda dificuldade em elevar, ainda que em grau mínimo, as oportunidades reais de educação e cultura para o povo brasileiro. Não tenho sido, porém, muito feliz nessa pregação.

Como que pairando no ar, inteiramente absorvidos numa burocracia tentacular e improdutiva ou embalados em fórmulas de uma ingenuidade quasi infantil, os nossos mais eminentes educadores acabam servindo de propulsores de campanhas puramente demagógicas, que deixando o problema virgem de soluções verdadeiras, vão mantendo a ordem falsa em que vivemos ou se desesperam no desânimo e passam a esgravatar em questiúnculas de caráter pretensamente "técnico" ou ainda a endossar "reformas" de ensino, modificações em textos de leis, elaboração de regulamentos, regimentos ou de simples portarias.

O problema central, porém, continua em toda sua extensão e profundidade, agravado pelos extremos da crise econômica a que vamos atingindo: para os trinta milhões de brasileiros que vivem nos campos chegam poucos ecos dessa atividade dos educadores e de autoridades de ensino. Suas condições de miséria, que se agravam cada dia, tornam inacessível qualquer aspiração de cultura, pois a verdade é que a possibilidade de cultura é um estágio superior à luta elementar para dominar a fome, travada pelo instinto fundamental da conservação da espécie.

Se há ainda quem pense que exageramos o quadro no sentido de obtenção de quaisquer fins ou efeitos, damos a palavra ao padre Joseph Lebret, o eminente sacerdote francês, fundador do movimento denominado "Economia e Humanismo", que esteve há pouco entre nós, tendo mesmo feito estudos de nossas realidades so-

Escola de Serviço Social e do Serviço de Estatística Municipal de São Paulo, segundo informações que colho no Suplemento de "A Manhã" — "Letras e Artes", Ano 3, n. 105, domingo, 14 de novembro de 1948. Dessa publicação, insuspeitíssima transcrevo, da entrevista que o padre Lebret lhe concedeu, as seguintes observações: — (os grifos são nossos)

"O que mais me impressionou no Brasil fôram os contrastes. No Rio, o contraste entre as construções ultra-modernas, de estilo americano, de grande ousadia, tão bem adaptadas à luta contra o sol, e as *favelas, tão atrozmente miseráveis*. Depois, nos campos, as conduções dos mais longínquos tempos, confrontando-se com os meios de locomoção mais modernos. A cabana dos sertanejos e o palácio dos senhores. Os "porões" e o quarteirão residencial do Jardim América ou do Jardim Paulista..."

E adiante: "Fiquei impressionado à minha chegada, com as diferenças que notei entre o Brasil e a Europa. Levei algum tempo a compreender que havia no seu país três camadas de civilização diferentes: *sôbre um fundo de civilização medieval e colonial* se vem acrescentar uma civilização capitalista comerciante de tipo manchesteriano e, após, uma serie de elementos de civilização norte-americana. Assim, também, não há no Brasil uma "paysannerie" como nós a compreendemos na Europa. Mau grado a liberdade que goza o trabalhador rural de escolher o lugar de sua atividade (o que raramente é verdadeiro, dizemos nós) *não está êle muito distanciado do estado selvagem.*"

"Em relação ao proletariado", continua o padre Lebret, "tanto quanto pude observar, *pareceu-me estar êle mais próximo do que nós chamamos na Europa de sub-proletariado, essa camada da população que não pode viver de uma forma humana e que não pode sair, por si mesma, de sua situação precária e infeliz.*"

E adiante: "Um dos paradoxos mais impressionantes que encontrei foi a *subalimentação indiscutível de várias classes sociais* vivendo num país de imensas possibilidades agrícolas. Esqueceu-se o sistema de produção intensiva, dirigido para os interêsses da exportação, de produzir para a vida humana do povo brasileiro."

E por fim: "Não tive a impressão que as elites tivessem a preocupação bastante viva dêsses problemas..."

Aí está dito em palavras totalmente insuspeitas o que foi observado com olhos sem preconceitos.

Mas "o que fazer" ou o "quando e como começar" de Schmidt não pode cair mais uma vez no campo das controvérsias estéreis.

Porque as soluções já fôram de há muito apontadas, restando apenas o instrumento para executá-las: um govêrno realmente nascido da confiança popular que agirá portanto com o apôio compacto dêsse mesmo povo que vive em sua maioria ainda "em estado selvagem" nos campos, e que "não pode viver de uma forma humana" nas cidades, conforme viu o padre Lebret.

E êsse instrumento só poderá constituir-se pelo esforço de todos os verdadeiros patriotas, unidos numa ampla frente pela salvação da Pátria.

Evidentemente, no angustiante complexo de problemas que caracterizam nossa situação há imensas questões concomitantes a atacar.

Mas há, sem dúvida, um que sobreleva todos os outros: a reforma agrária.

Infelizmente, porém, um sem número de desconfianças cerca êsse problema elementar, para gáudio dos usufrutuários dessa situação já insustentável, e desespero da maioria do povo brasileiro.

E nessa vocação de suicídio por inconsciência de muita gente honesta de nossas classes cultas, até os depoimentos mais insuspeitos ficam esquecidos.

Não é demais, pois, alongarmos essas considerações de quase leigo no assunto, com mais algumas transcrições.

Numa releitura da historia do Brasil de Handermann, considerada como uma das obras fundamentais da historia pátria, fomos encontrar, logo no prefácio, algumas afirmações bastante esclarecedoras. Note-se que a obra é de 1856 e o autor é alemão.

Refere-se êle, nêsse prefácio, especialmente ao problema imigratório.

E escreve (os grifos são nossos):

“O governo imperial que já adquirira a visão exata do problema imigratório, de novo está desorientado pela *poderosa influência da aristocracia rural, dentro e fóra da assembléia legislativa*, e voltou a consumir muito dinheiro e esforços para aliciar uma imigração artificial de trabalhadores assalariados e parceiristas.”

“Por assim dizer, foi êle o primeiro (refere-se ao consul geral do Brasil na Prússia, sr. J. D. Sturz, alemão que viveu muitos anos no Brasil) a prègar insistentemente aos brasileiros esta indiscutível verdade: a salvação do Brasil repousa na imigração *unicamente expontânea de agricultores livres europeus*, e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o *estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar*, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais.”

E adiante: “Enquanto a grande maioria dos agentes brasileiros a tudo se prestava a troco de vergonhoso lucro, e por suas manipulações se comprometiam a si mesmos e a dignidade de sua própria nação e do govêrno, êle soube conservar sempre a mesma atitude viril e digna, e aqui, como lá, sempre se opôs abertamente a tal sistema infame de sedução de emigrantes; é de assinalar o combate que êle deu à escandalosa fraude Delrue em 1846; *assim como levantou sua voz contra o sistema de parceria*, quando os

agricultores brasileiros pretendiam fazer suprir a falta de braço africano pelo proletariado alemão”.

“Não se pode negar, outro tanto, que, no Brasil, o govêrno e os homens de bom senso e bem intencionados patriotas o aplaudiram sempre em suas judiciosas objeções; mas o *partido exaltado, formado pela aristocracia rural, que só visava ao próprio interêsse, em detrimento do interesse geral da pátria e da humanidade enfureceu-se extremamente com isso*”.

E em seguida:

“*Verdade é que a aristocracia rural das províncias centrais se esforça por sustentar a produção para a exportação, procurando açambarcar em suas mãos toda a escravatura; mas com isso, decá cada vez mais a cultura das plantas alimentícias, até o presidente da província da Bahia, na sua mensagem dos princípios dêste ano, queixa-se da “alta dos preços de todos os imprescindíveis gêneros alimentícios, a qual desde alguns anos vem sempre subindo”. E acrescenta: “O mal é tanto mais ameaçador, quanto é fato que êle se faz sentir não só nesta província, mas em tôdas as partes do Império*”.

“A última fala do trono do imperador o confirma; e o relatório da presidência de Minas Gerais, de 20 de março de 1859, informa, ao mesmo tempo, que nessa província a fome estava batendo à porta, e reclama socorro urgente dos poderes do Império. *Desta maneira bem poderá acontecer que um país novo, todo agrícola, chegue ao ponto de precisar recorrer para a sua alimentação, à importação estrangeira*”, (ha muito já chegamos lá).

“Já na última sessão da Câmara foi apresentado um projeto de redução dos impostos de importação sôbre a farinha de trigo, peixe, carne e sôbre a baeta (tecido grosseiro de lã), buscando dar o aspécto de tratar-se de medida absolutamente necessária e em benefício dos colonos e das classes pobres e livres, sendo a verdade, porém, que *os pobres no sertão não usam baeta*, e, com o alto frete não vem fâcilmente farinha estrangeira; *realmente só visava a beneficiar os fazendeiros*, afim de que, em vista do crescente preço do escravo, ao mesmo pudessem vesti-lo e alimentá-lo mais barato. (Hoje como ontem as classes dominantes sempre legislando a seu favor e contra os interêsses do povo. . .). Se as coisas continuarem do modo por que vão presentemente, *em breve será necessário, de certo, tomar sérias e importantes providências nêsse sentido, mas a favor da totalidade da população*. Então será roto o sistema de altos impostos em que se tem baseado até aqui a receita da Nação Brasileira; e aí?”

“Abstemo-nos, entretanto, de mais considerações. Em resumo: por tudo é *infelizmente notório que, se em breve não houver socorro, o Brasil caminhará para a ruina econômica; e também a carestia atual poderá determinar, ao menos aquí e alí, sérios, perigos dadas as condições especiais da população — pequena aristo-*

cracia de proprietários territoriais, em face de uma grande massa de povo sem propriedades”.

“Infelizmente, não se sabe até agora de iniciativa enérgica; ignoram-se os resultados da começada medição de terras, pela qual se devia poder avaliar a porção das que se encontram disponíveis, isto é, que o Estado ainda possui *para localizar o colono estrangeiro e para atender à grande massa dos seus súditos sem terra.*”

“Digno de nota é, ainda, que últimamente haja ressurgido uma agitação provocada pelo Dr. Ernesto Ferreira França para a introdução do imposto territorial. Em artigo do *Correio Mercantil*, de 23 de abril de 1859, define o autor o novo imposto como sendo “o primeiro, indispensável e mais sólido alicerce das receitas do Estado, bem como a única verdadeira base de tóda a legislação agrária e imprescindível garantia dos pequenos fazendeiros, particularmente dos países escravagistas, onde a produção é ainda obtida pelo braço escravo, e, finalmente, como meio de proteção contra o *monopólio das melhores terras, que ordinariamente, consoante a natureza das coisas, são possuídas pelos maiores fazendeiros, os quais, contudo, as deixam permanecer incultas*, enquanto um imposto territorial não vier alterar a situação dos fatores de que depende a solução do problema.”

Assim escrevia Handelmann, em 1856.

Um século depois a prepotência das classes dominantes e a inconsciência das classes cultas do país pretendem manter quase a mesma estrutura econômica gritantemente contrária à maioria do povo brasileiro.

Para voltar ao ponto de partida e quero dedicar aos meus colegas educadores duas transcrições ainda:

A primeira é de uma simples professora primária do Uruguai, que num Congresso de ensino rural realizado há poucos anos, punha nos devidos termos a questão:

“Não adianta reformar a escola sem tocar na economia rural que continua voltada para o passado”. E traça assim o programa de reivindicações para o homem do campo: lei agrária que dê ao homem do campo a posse da terra em que trabalha; descentralização industrial para a criação nos campos de fontes permanentes de trabalho; limitação do latifúndio com a criação da *estância pequena, racional e técnica*, meio caminho para a granja-modélo; legislação que considere: jornada de trabalho, salário, descanso semanal, seguro, aposentadoria, assistência médica, etc. numa palavra: Estatuto do Trabalhador Rural. Criação de refúgios sanitários e salas de primeiros socorros; luta sistemática contra enfermidades que assolam as populações camponesas; cruzada sistemática médico-sanitária-cultural; vivenda econômica e higiênica nos meios rurais; realização imediata de um vasto plano de estradas e caminhos. Sobre tais alicerces, então, a criação de uma escola que preencha todas as necessidades da infância do interior para que, no

futuro não precisem os filhos dos camponeses abandonar em massa o rincão natal em busca de uma vida melhor. A escola própria-mente dita terá que ser muito diferente da de hoje, que está deslocada da natureza: terá locais de divertimento e esportes, biblioteca, radio, discoteca, e, além do mais, teatro de marionetes, ao redor da escola, que deverá ser o eixo social e cultural da zona. Terão que funcionar associações de ex-alunos, ligas de bondade, grupos esportivos, etc.”

Dizia então, ao citar pela primeira vez essas palavras cheias de fé e de entusiasmo de uma simples professora primária: “Nosso problema é, evidentemente, muito mais grave do que o do Uruguai, mas a solução é fundamentalmente a mesma. Sem a reforma da estrutura econômica dos campos, nada de sólido se poderá exigir da escola rural, mesmo que, aqui e ali, pela abnegação de elementos isolados ela venha a ganhar maior eficiência em seus métodos.”

Para terminar, a última transcrição que li com satisfação, facilmente compreensível, na Revista do Clube Militar, n.º 89, Maio-Junho de 1948, pág. 28:

— *“Ainda que se multipliquem as escolas e os professores sejam bem pagos, sempre haverá escassez de alunos enquanto exista a causa que impede a assistência à escola... Essa causa... é a miséria geral... O homem que não pode dar alimento à sua família vê a educação de seus filhos como obstáculo à sua luta diária pela subsistência... Elimine-se a pobreza... e a educação seguirá em forma natural.”*

Essas palavras de Juárez, o grande revolucionário mexicano, deveriam ser bíblia de nossos educadores, professores dessa infeliz Pátria onde os 30.000.000 de brasileiros que vivem nos campos não estão *“muito distanciados do estado selvagem”*, e o proletariado das cidades *“não pode viver de uma forma humana”*, na trágica observação do padre Lebret.

Cândido Portinari

CIRO MENDES

Uma exposição retrospectiva de Cândido Portinari, em São Paulo, não poderia deixar de constituir importante acontecimento artístico. Há muito tempo que o pintor paulista não expunha entre nós e, por êste e outros motivos, pairava uma ansiosa expectativa não só por parte do público como da crítica. Pode-se dizer, com inteira liberdade, que a mostra de Portinari não foi uma decepção. Pelo contrário. Deu-nos bem uma prova cabal das possibilidades do pintor, com tôdas as suas fraquezas e qualidades excepcionais. Sim. Porque Portinari não é apenas uma exceção no nosso meio artístico, mas também um exemplo admirável de dedicação ao ofício, ao qual diríamos — se a frase não fôsse tão banal — se entrega de corpo e alma. Além do mais, a exposição de Portinari serviu de pretexto a desencontrados comentários e propiciou o ensejo para a manifestação de críticas visivelmente pretensiosas. É vêzo antigo dos que se iniciam nas lides da inteligência atacar os nomes “consagrados”, com o fito ingênuo de chamar a atenção para os seus nomes, até então conservados numa doce e calma penumbra. Esta é, sem dúvida, a quota de sacrifício que a popularidade e a fama impõem.

Não pretendemos, nesta rápida nota, bater na velha tecla das influências e muito menos exhibir conhecimentos “gramaticais” de pintura. A crítica — se é que se pode chamar crítica a êsses exercícios literários em tôrno da pintura — deve dirigir-se, em primeiro lugar, ao público, êsse grande esquecido. Endereçar “recados” aos pintores não é e nunca foi função da crítica. Mas, em se tratando da obra de Portinari, poucos são os que resistem à tentação de citar alguns grandes pintores em voga nos dias que correm. De fato, qualquer simples amador de pintura moderna notará fàcilmente na obra de Portinari os rastros de Picasso e outros mestres da atualidade ou do passado. Mas, qual o pintor do passado ou do presente absolutamente isento de influências? Aliás, nêsse ponto, o sr. Sérgio Milliet examinou a questão com acêrto e equilíbrio, em artigo publicado no “Estado de São Paulo”. Deixemos, porém, de lado, essas cogitações corriqueiras que outros aspéctos mais interessantes estão a exigir a nossa atenção.

Cândido Portinari é, indiscutivelmente, um pintor que conhece a fundo o seu ofício. E essa afirmação seria por certo ociosa se não fôra a onda de amadorismo que vem, nos últimos tempos, inva-

dindo a pintura, aquí e alhures. Além disso, Portinari não é um artista que vive isolado numa egoística tórre de marfim, ausente das lutas que empolgam os homens e que justificam a crença na vida. Sem se desinteressar pelas pesquisas puramente plásticas, não faz delas — como muitos — um fim e sim um meio para alcançar a mais alta ressonância à sua “mensagem” de solidariedade humana. (Disse propositadamente “mensagem” para acordar a memória de uma palavra outrora tão abusivamente usada pelos nossos literatos disponíveis.) E, acima de tudo, em que pese a marca da Escola de París, a pintura de Portinari se não representa é, pelo menos, um aspecto da feição folclórica, racial e social do Brasil. Portinari não pertence, portanto, à tendência pictórica que considera o “assunto” um elemento subsidiário. Valoriza-o, pelo contrário, tentando aquele equilíbrio ideal entre a realização plástica e a “anedota”. E, por que não dizê-lo, atinge-o por vêzes.

Finalmente, para quem estudar superficialmente embora a história da pintura no Brasil, a obra de Cândido Portinari avulta entre tôdas, pois em conjunto é, sem favor, a maior e mais sólida realização plástica que conhecemos.

Forum de Fundamentos

NOTA AO LEITOR

Cumprindo promessa feita em nosso último editorial, inauguramos hoje o FORUM DE FUNDAMENTOS — secção que se destina a publicar a correspondência e as observações que nossos leitores e colaboradores desejarem apresentar como subsidios para a discussão dos temas versados em nossas edições anteriores ou de assuntos de interesse cultural que estejam na ordem do dia. Têm, pois, os nossos leitores oportunidade de debater livremente neste FORUM o conteúdo de toda a matéria apresentada em nossa revista. De nosso lado faremos todo o possível para responder às suas consultas e aprofundar os debates suscitados. Para tanto procuraremos nos valer não só dos nossos colaboradores, como também de especialistas nos diversos assuntos que entrem em debate.

Por coincidência, o artigo "Conflito de duas teorias na Genética", de Plinio Ribeiro Cardoso, publicado no nosso n.º 6, apareceu ao mesmo tempo em que chegavam a São Paulo os primeiros exemplares do número especial da revista "Europe", (outubro, 48) inteiramente dedicado à discussão da controversia genética e incluindo os debates realizados na Academia Agronomica da U.R.S.S., com a participação de T. D. Lysenko, sobre o palpitante assunto. Por solicitação desta redação, o dr. Plinio Ribeiro Cardoso nos enviou uma apreciação sobre o referido número de "Europe", apreciação esta que constitue ao mesmo tempo que uma autorizada condensação do interessante e documentado conteúdo da revista, a forma mais auspiciosa de inaugurarmos esta secção de FUNDAMENTOS. O interesse da contribuição do Dr. Plinio Ribeiro Cardoso e a extensão que elle deu à mesma valem por um novo artigo sobre a matéria e nos obrigam a deslocar para números futuros a discussão de outros assuntos suscitados por consultas enviadas a esta secção.

SÔBRE GENÉTICA

"Ilmos. Srs. Redatores da Revista Fundamentos.

O artigo que escrevi sob o titulo "Conflito de duas teorias na Genética", publicado no número de novembro dessa revista, constitue uma síntese de vários trabalhos que elaborei nesses dois últimos anos, sobre o assunto.

Não os abordei como geneticista, mas sim como simples estudioso da matéria, possuidor apenas de conhecimentos gerais, básicos, que são os que determinam numa dada ciência sua linha idealista ou materialista.

As primeiras dúvidas que abalaram os conceitos clássicos do mendelismo-morganismo, que eu havia aprendido no meu curso universitário, surgiram após a leitura, ha dois anos mais ou menos,

de um trabalho de Lysenko, intitulado "El arte de dirigir la naturaleza de las plantas". Tive então oportunidade de conversar com alguns geneticistas e verificar que todos eram unânimes em considerar Lysenko um maluco, cujas concepções só serviam para despertar hilariedade, sem qualquer expressão científica. O peso da autoridade dessas opiniões me fez, porém, meditar profundamente no assunto e procurar analisá-lo de uma forma mais ampla e sem o rigor de preconceitos estabelecidos. Aos poucos fui adquirindo a segurança de que as críticas partiam sempre do ponto de vista mendelista-morganista, que era considerado como paradigma de verdade eterna, sendo errado e absurdo tudo o que se desviasse dessa linha. Foi êsse o motivo que me levou a procurar demonstrar e exemplificar no meu trabalho a noção de desenvolvimento histórico das ciências, através de etapas qualitativamente diferentes e superiores. Procurei abordar o estudo crítico das posições morganistas e mitchurinistas, principalmente sob o ponto de vista filosófico, sociológico e científico e numa forma que coubesse nos moldes de uma revista de cultura geral.

Foi, portanto, com grande satisfação que vi sair um número especial de "Europe", de outubro de 1948, inteiramente consagrado à grande controvérsia entre a genética clássica e o mitchurinismo. Isto vem demonstrar o vulto e a importância que o assunto toma, inclusive em muitos países da Europa Ocidental.

Atendendo, com prazer, a um pedido de "Fundamentos", passo a fazer, embora de maneira muito geral e esquemática, uma apreciação do volumoso e interessantíssimo número de "Europe", esperando, contudo, que sirva para maiores esclarecimentos sobre o palpitante problema.

O referido número de "Europe" é prefaciado por Aragon, que embora não sendo um especialista da matéria, dá importantes esclarecimentos, principalmente no terreno social. Descreve Aragon o que foi a Sessão Pansoviética da Academia de Agronomia da URSS, onde se reuniram dezenas de geneticistas das duas escolas em luta e centenas de agricultores e técnicos para debater durante muitos dias as importantes teses. Relata ainda a ampla divulgação dos debates pela imprensa do país, contando que só um jornal soviético, cuja tiragem atinge a cifra de milhões de exemplares, dedicou às discussões científicas, durante muitos dias, 18 das suas 44 páginas. Diz Aragon que nunca anteriormente uma publicidade científica atingiu tal amplitude e justifica esse fato a criação na URSS de um novo tipo de cultura, formada por milhões de leitores susceptíveis de se interessarem por discussão de biologia entre grandes cientistas e capazes de seguirem, pelo menos, as linhas mestras dos debates.

As duas escolas apresentaram suas teses e as defenderam amplamente e com ardor, em sucessivas reuniões, terminando a controvérsia pela vitória da orientação mitchurinista, ante o volume esmagador de provas concretas acumuladas em mais de 20 anos e controladas por um número fabuloso de experimentadores de um novo tipo (principalmente os agricultores e técnicos dos kolkhoz). Isto é possível pela tendência cada vez maior do desaparecimento da grande barreira que a sociedade impôs entre o trabalho manual e o intelectual. Conta-nos ainda Aragon que numerosas críticas apareceram em vários jornais do mundo, com o objetivo de demonstrar que a participação de um vultuoso número de pessoas

nos debates científicos constituia pura volta à Idade Média, onde as discussões dos magnos problemas eram falseadas pela participação do povo. Naturalmente, estas críticas, vãs em conteúdo dialético, ignoram que as sínteses do conhecimento humano são feitas à custa das fases positivas das etapas ultrapassadas. O que seria uma fonte de sérios embaraços na Idade Média, com populações ignorantes, atrasadas, e dominadas pelas superstições de uma sociedade quasi teocrática constitui hoje fator de progresso, pois milhões de pessoas de elevado nível técnico podem participar e controlar uma série de experiências que os sábios orientam. É o gigantesco trabalho de equipes. Essas críticas, portanto, não procedem; são formais, pois ignoram que as condições de lugar e tempo são diferentes.

Há algum tempo, ergueram-se na imprensa de Paris muitos protestos a propósito de um artigo de Georges Cogniot, onde o articulista se referia “à doutrina do monge austriaco Mendel”. Tal frase foi considerada uma verdadeira provocação por alguns mendelistas, que viam na palavra *Monge* uma insinuação malévola. Isto, diz Aragon, nos conduz à conclusão de que há de fato uma contradição entre o *estado de monge* e a *teoria de Mendel*. E finaliza: “na verdade todo o materialista pensará que um cientista quando estuda e descobre *fatos* científicos novos, não importa a sua condição de monge ou não”. Assim, os fatos descobertos por Mendel estão acima de quaisquer dúvidas; são positivos e foram estabelecidos com todo o rigor e honestidade de um verdadeiro cientista. Os fatos permanecem sempre os fatos. Sabemos, porém, que a ciência não se constrói unicamente com fatos observados. O cientista que os observa precisa interpretá-los, e constituir, a partir deles, uma *teoria geral*. É este o ponto onde idealistas e materialistas interpretam diferentemente os mesmos fatos positivos. Assim sendo, tem-se o direito de pensar que a concepção do mundo de Mendel, como monge, desempenhou certo papel na interpretação dos fatos, ao elaborar uma teoria geral. Essa é a razão pela qual Lysenko não rejeita em bloco os dados positivos que os mendelistas observaram; apenas rejeita a teoria mendelista como abstrata e metafísica, impedindo o ulterior desenvolvimento do lado mais positivo do darwinismo que foi seu aspecto nitidamente materialista e transformista.

Durante os debates entre mendelistas e mitchurinistas, na Sessão da Academia de Agronomia, pudemos constatar que os geneticistas russos mendelistas procuravam mostrar sempre um lado materialista nas suas concepções, fazendo crer que não admitiam a doutrina de Weismann, e tornaram-se por isso ainda mais inconsequentes. De fato, o weismannismo constitui hoje a base do mendelismo-morganismo. Ele admite a separação total do soma (que seria o corpo material, mortal) e do germen, que seria a substância hereditária imortal. Vemos que disfarçada em outro rótulo, é a velha concepção dualista e metafísica imperando na ciência do século XX. As relações entre a matéria perecível (soma) e a substância imortal (germen) são muito semelhantes às relações entre o corpo mortal e a alma imortal, cujo equilíbrio repousava numa Harmonia pré-estabelecida.

Dissemos em nosso artigo, que após Darwin, nenhum cientista que prezasse o nome poderia deixar de acreditar no evolucionismo e transformismo. Era o tal fato positivo, que a ciência demonstrava, pondo por terra a arcaica e anti-científica teoria do criacionismo, defendida, aliás, encarniadamente, principalmente

pelos monges. Darwin, viveu, contudo, numa fase de recursos técnicos limitados, e seu materialismo, embora progressista, possuía grande dose do *mecanicismo* da época. Assim, tivemos, esquematicamente, no darwinismo, dois caminhos a seguir, quanto às generalizações dos fatos descobertos pelo genial inglês. Uma linha nitidamente materialista teria despojado todos os vestígios de mecanicismo e idealismo, que a teoria de Darwin possuía, criando-se assim, uma ciência progressista. Outra conduta seria o desenvolvimento do lado idealista, que foi o que se deu, e que mais cedo ou mais tarde conduziria a ciência a sérios entraves, obrigando-a a negar leis objetivas para apoiar-se na casualidade e na estatística. Mendel, De Vries, Weismann e mais recentemente Morgan, foram cientistas que, embora dando contribuições valiosas, descobrindo importantes fatos novos, sempre se conduziram em suas generalizações como idealistas. Os idealistas, acreditando na primazia do pensamento sobre o mundo material, dificilmente poderão conhecer as leis objetivas que dirigem os fenômenos da natureza e que existem independentes de nosso pensamento. Não podendo conhecê-las, a única solução seria aceitar o mundo material como um conglomerado de fatos caóticos, sem a mínima relação, e que se manifestam segundo as ordens do acaso soberano.

A medula do darwinismo, repetimos, é materialista, pois vê, na seleção, na luta entre os organismos, e entre estes e o meio ambiente, a forma dinâmica de evolução, sem a presença do acaso. Como produto da época, é impossível desejarmos que Darwin fôsse além do que foi. Empolgado pelo regime que se consolidava, baseado na concorrência tenaz entre os indivíduos na sociedade, êle assimilou, na sua teoria geral científica, uma grande parte do social, momentâneo. Não conhecendo as mutações (fato científico, descoberto mais tarde), elaborou uma doutrina, onde admitia a possibilidade dos seres evoluírem sem dar saltos, gradualmente, por modificações lentas, tão do agrado dos sociólogos e economistas da época. Pela mesma razão o darwinismo incluiu a teoria de Malthus, ao interpretar certos processos da evolução orgânica. Lembremos que Malthus foi um ideólogo da reação aristocrática inglesa, que justificava a própria guerra, uma vez que as populações crescem em proporção geométrica e os meios de subsistência em proporção aritmética. Daí a necessidade da redução da natalidade, do aumento de óbitos, principalmente nas camadas pobres e mais prolíficas, com o fim de evitar-se a fome. Vemos como uma série de conceitos momentâneos, surgidos das contradições sociais de uma época, impregnaram as generalizações dos fatos biológicos. Em nossos dias, o mendelismo-morganismo assimilou à biologia, tirando do social, a noção do *acaso* (casualidade), inteiramente anti-científica e que preside o desenvolvimento caótico da sociedade capitalista.

Outro ponto fundamental dos debates é esclarecer se o conceito de luta no interior das próprias espécies é a pedra angular do darwinismo. Muitos biólogos afirmam que, sem êste conceito, a seleção natural, isto é, o fator fundamental da evolução dos animais e das plantas, seria pura ficção. Êste é mais um exemplo, onde a generalização de um fato científico (luta pela existência) foi deturpado pela doutrina social burguesa da concorrência entre os indivíduos da mesma espécie. A luta pela existência, de Darwin, deve ser entendida num sentido mais amplo, considerando-se todas as formas de lutas do ser com o meio, dos seres entre si, nunca se perdendo de vista a complexa correlação e conexão de todos.

esses aspectos. Considerar como principal no darwinismo, apenas a luta entre indivíduos da mesma espécie, é entrar, com conceitos sociais de classe, o desenvolvimento biológico.

Deixando de parte Mendel, e se procurarmos agora fazer uma análise das concepções de De Vries, Weismann, Morgan, Muller e outras grandes expressões da genética moderna, podemos notar o fundo idealista e "classista" que nelas existem. Todos esses cientistas observaram e estudaram fatos novos e indiscutíveis. É o caso das mutações, por exemplo. Quando, porém, eles generalizaram esses fatos numa teoria geral conduziram-se nitidamente como idealistas e não como materialistas. Colocaram uma barreira no caminho da evolução, subtraindo-a à ação direta e controladora do homem. Deixando de ver nos acúmulos quantitativos a origem dos saltos qualitativos ou mutacionais, esses cientistas renunciaram ao conhecimento das leis objetivas da natureza, para se abrigarem sob a égide do *acaso*, como se este não fôsse o maior entrave do progresso científico. Com tal concepção, o conceito básico do materialismo darwinista foi colocado de cabeça para baixo. Para os mendelistas, em vez de ser a seleção natural, compreendida num sentido amplo, de lutas de opostos entre os seres e o meio, de processos de assimilação e desassimilação, a causa palpável, concreta e *primeira* da evolução, eles preferiram partir do abstrato, de um fenômeno mutacional todo casual, deixando à seleção natural o secundaríssimo papel de só agir depois do organismo já ter sido transformado por alguma centelha divina. Como toda doutrina idealista, eles confundem efeito com causa. Como consequência, a teoria da mutação, em vez de constituir um passo à frente, completando o darwinismo e mostrando que a natureza outra coisa não faz que dar saltos, ela foi imediatamente apontada como negação do que Darwin possuía de mais positivo: o seu transformismo.

Apanhado geral dos vários debates: Lysenko começa por afirmar a falsidade de várias notícias divulgadas, segundo as quais os mendelistas estavam proibidos de executar trabalhos práticos na URSS. Diz que, ao contrário, esses trabalhos foram em grande número, mas conclue pela finalidade abstrata desses empreendimentos. Cita as experiências de N. Doubinine, que levou longos anos para explicar as diferenças cariotípicas que surgiram nas moscas do vinagre, antes, durante e depois da guerra. Doubinine conclue dizendo ser interessante estudar o restabelecimento da estrutura cariotípica das populações de moscas da cidade, com o restabelecimento das condições normais de vida. Tal é a contribuição, diz Lysenko, feita à ciência por esses morganistas, antes, durante, e depois da guerra e tais são as perspectivas daquela ciência para o período de reconstrução.

Vamos expôr agora em rápidas palavras a doutrina de Mitchurin, conforme a exposição de Lysenko no Congresso. Começa por citar a célebre frase de Mitchurin, de que o homem não pode mais esperar favores da natureza. A seguir, afirma que o mitchurinismo rejeita inteiramente a afirmação da genética mendelista, quanto à independência total das qualidades hereditárias, em relação às condições de vida. Não se pôde admitir a existência no organismo, de um outro organismo independente do corpo (substância hereditária), o que levaria em última análise ao dualismo. O mitchurinismo admite que "tôdas as modificações da hereditariedade do organismo, ou de uma parte qualquer do corpo, são sempre consequentes das modificações do próprio corpo. Claro está que nem tôdas as modificações dos organismos ou de seus órgãos, se transmitem sempre

à progeneração. A hereditariedade se transforma e se complica pelo acúmulo de caracteres e propriedades novas, adquiridas pelos seres, no curso de uma série de gerações. O organismo e as condições de vida que lhe são necessárias são, portanto, um todo indivisível. A hereditariedade é pois neste aspecto a propriedade do corpo vivo de exigir condições definidas para viver e se desenvolver, reagindo de maneira definida a essas condições. Sendo assim, o conhecimento das exigências naturais e das relações do organismo com as condições do meio ambiente dará a possibilidade de dirigir-se a vida e o desenvolvimento de um dado organismo. Todo o corpo vivo constrói-se a si mesmo, utilizando à sua maneira as condições do meio ambiente, de acordo com sua hereditariedade. Isto explica o fato de seres diferentes viverem e se desenvolverem num mesmo meio. Como regra geral, cada geração se desenvolve, em grande parte, de maneira idêntica às gerações precedentes, principalmente às mais próximas. A procriação de semelhantes a si mesmos é uma propriedade característica de todo corpo vivo. Quando o organismo encontra no meio ambiente condições correspondentes à sua hereditariedade, seu desenvolvimento será semelhante ao das gerações anteriores. Quando essas condições não são favoráveis, eles são obrigados a se adaptarem para sobreviver. Como resultado, o organismo, ou certas partes do seu corpo, se diferencia mais ou menos das gerações precedentes. Se a parte do corpo modificada for justamente aquela que é ponto de partida às gerações seguintes (células sexuais), teremos, tanto por sua necessidade, como por sua natureza, seres diferentes das gerações precedentes. Inúmeros exemplos mostram que as modificações de diferentes partes do corpo de um organismo não são fixadas com o mesmo grau ou frequência pelas células sexuais. Isto se explica, pelo fato do processo de desenvolvimento de cada órgão, de cada unidade viva, exigir condições relativamente específicas do meio ambiente.

Assim, por exemplo, se uma determinada parte do corpo de um organismo vegetal tiver a necessidade de adaptar-se a novas condições, essa parte poderá sofrer modificação tal, que a diferencie da parte análoga da geração precedente. Essa modificação parcial, poderá ou não transmitir-se às gerações futuras, tudo dependendo das condições em que as substâncias forem distribuídas, da parte modificada às células vizinhas, e assim, poderem ou não, ser selecionadas e incluídas numa cadeia ulterior de processos, que acabarão por afetar as células sexuais. A ligação da parte modificada do corpo vegetal com o resto do organismo, sempre existe, sem o que a parte modificada deixaria de existir. O que pode acontecer, é que esta ligação não seja inteiramente recíproca. Assim, a parte do corpo modificada recebe determinada alimentação das partes vizinhas, sem poder devolver suas próprias substâncias específicas, uma vez que as partes vizinhas se recusam a selecioná-las e incluí-las na cadeia geral de processos. É o caso do ramo ou do botão de uma árvore frutífera, ou dos "olhos" do tubérculo da maçã. Essas modificações não influem na hereditariedade dos descendentes da árvore ou do tubérculo dado, que tem sua origem imediata fora das partes modificadas. Se agora tomarmos autônoma a parte modificada e fizermos dela uma planta separada, esta última possuirá, regra geral, uma hereditariedade já modificada, que pertence à parte modificada do corpo vegetal.

Resumindo diz Mitchurin: o grau de transmissão hereditária das modificações depende do grau de inclusão das substâncias da parte modificada do corpo, na cadeia inteira do processo que con-

duz à formação das células sexuais. Em síntese: 1) Quando o ser tem um ambiente inteiramente favorável à sua constituição, êle não se modifica. 2) Se o ambiente torna-se desfavorável, o ser se adapta ou perece. A concepção mitchurinista explica e responde aos mendelistas por que o corte sistemático do prepúcio nos judeus, ou os enxertos de ovários de cobaia (Castle e Phillips), não alteram em geral a descendência. Longe de servirem de provas contra a não transmissibilidade das propriedades adquiridas (como querem os morganistas), elas apenas indicam o formalismo da concepção clássica, que não conhece as fases qualitativamente diferentes dos processos evolutivos, onde a necessidade determinará ou não a inclusão da parte modificada nos processos gerais do organismo. O híbrido vegetativo foi a grande conquista do mitchurinismo no campo agrícola.

Finalmente, Lysenko ressalta a importância do estabelecimento de condições favoráveis (alimentação, clima, etc.), no desenvolvimento das propriedades que se quer obter por modificações da hereditariedade. E' o caso do aumento de produtividade dos animais domésticos e do aperfeiçoamento das raças existentes e criação de novas.

Exemplo: "Um gado, que por sua propria natureza, dá fraca qualidade de leite, mesmo alimentado com ricas pastagens, continuará a dar rendimento produtivo inferior às raças grandes leiteiras. Uma tal raça deve ser melhorada por meio da mestiçagem, para que responda às condições de nutrição e sustentação que lhe são dadas. Ao contrário, um gado grande leiteiro, caindo em más condições de nutrição, produzirá leite, em quantidade e qualidade muito inferior à sua raça e suportará mal tais condições. Neste caso, é indispensavel reajustar as condições de vida às qualidades de produtividade da raça. A mestiçagem é um meio radical e rápido de modificar as raças e a progenitura dos animais. Durante a mestiçagem (cruzamentos), formam-se condições de vida diferentes durante um periodo prolongado. A natureza (herança) dos mestiços, sobretudo na primeira geração, é habitualmente instável, se presta muito à influência das condições de vida e nutrição. E' pois importante, na mestiçagem, seguir esta regra: escolher para o cruzamento com uma raça indigena, uma outra, melhorando-a em relação às condições de nutrição e clima. Simultaneamente, em caso de mestiçagem, é indispensavel garantir condições de nutrição correspondentes ao desenvolvimento de novas propriedades e qualidades que se deseja melhorar na raça; caso contrário, as propriedades desejadas podem não ser adquiridas pela raça indigena que se quer melhorar e mesmo correr o risco de perder-se as boas qualidades dessa raça".

Críticas de I. Prezent aos geneticistas clássicos — Começa Prezent por dizer que os morganistas precisam abandonar sua teoria segundo a qual existem duas histórias: uma filogenética, quer dizer, a evolução das variedades, raças e espécies, completamente independente da outra história, que é o desenvolvimento individual do organismo. Critica o mendelismo por separar o desenvolvimento das raças e espécies de suas condições de vida. E' necessário, diz Prezent, referindo-se aos mendelistas, abandonar a idéia falsa da existência de uma matéria hereditária possuindo uma substância propria e independente do corpo, frente a qual o resto do organismo se comporta de uma maneira totalmente indiferente; sem poder exercer a mínima influência. Da mesma maneira, diz ele, é preciso também abandonar a teoria (mendelista), segundo a

qual o gameta (célula sexual) é sempre puro e conserva a sua pureza independentemente das influências que provêm do corpo e das condições de vida. Encerrando este capítulo, Present examina os argumentos de Chamalgaousen, Rapoport, etc., que defendem o gem, afirmando que também o átomo, que ninguém viu ou palpou, no entanto é aceito na ciência. Em sua crítica Present diz que a comparação é falsa, e que maior analogia existe entre o gem invisível e o espírito invisível. De fato, a hipótese atômica é dinâmica e portanto progressista, servindo mesmo maravilhosamente como exemplo das leis da dialética materialista.

Crítica final de Lysenko: que inicia as discussões, afirmando que todos os mendelistas presentes pretendiam refutar o weismannismo. Citou então artigos de Morgan e Castle, para demonstrar que o weismannismo é a base da teoria cromosômica da hereditariedade. E' weismannismo toda doutrina científica que procura dividir o organismo em duas partes distintas: de um lado o corpo vivo, que não possui hereditariedade, mas que se desenvolve e se modifica, e de outro lado, uma matéria hereditária independente, não modificável, não se desenvolvendo, inteiramente autônoma do corpo vivo. Não é possível aos representantes do mendelismo morganismo esconder o fundo idealista de sua doutrina.

A concepção de Mitchurin é materialista, porque não separa a hereditariedade do corpo e de suas condições de vida. Não há corpo vivo sem hereditariedade e não há hereditariedade sem corpo vivo. Corpo vivo e suas condições de vida são indissociáveis (unidade dinâmica). A hereditariedade é, portanto, não somente uma propriedade dos cromosomas (como querem os morganistas), como também uma propriedade comum a todo corpo vivo. As experiências sobre hibridação vegetativa provam que todas as células vivas possuem a propriedade da hereditariedade e não somente os cromosomas. Mitchurin admite a existência dos cromosomas e a sua importância, o que ele não admite é a teoria cromosômica da hereditariedade com seus gens corpusculares. Alguns acadêmicos acusaram Lysenko de não só refutar a teoria cromosômica, como todos os fatos obtidos pela ciência morganista. Tal afirmação não procede. A ação dos raios X e de certos venenos sobre a mutação é incontestável. Lysenko não nega a ação do que os morganistas chamam matéria mutagens, apenas afirma e prova que a intervenção no processo de desenvolvimento dos organismos, com o auxílio destes fatores, não conduz, senão raramente, e por acaso, a resultados satisfatórios para a agricultura. Não pode estar aí, portanto, o caminho da seleção planejada, nem da ciência progressista. Passa a enumerar os trabalhos conduzidos na URSS, pelos morganistas, para a obtenção de plantas poliploides por meio da ação da "colchicine" e de fatores semelhantes, que não têm conduzido a resultados que os morganistas esperavam. E' o caso, por exemplo do geranium de grãos, após o aumento do número de cromosomas. Lysenko, porém, diz que isto em nada alterou a produção, onde a multiplicação dos geranium por meio de galhos é infinitamente mais prática que por meio de sementes. Isto não significa que não há interesse no fato de conseguir-se geranium de sementes. Assim é o caso do milho, trigo e uma série de outras plantas, cujos poliploides os morganistas reconhecem que são ainda de rendimento baixo.

Resta aos morganistas, diz Lysenko, o Kok-saghiz tetraploide. Este kok-saghiz foi cultivado este ano, pela primeira vez, nos kolkhoz. Se fôr de boa qualidade, entende-se que ele multiplique a produção. Até agora, contudo, ela não revelou melhor que o

kok-saghiz diploide habitual, obtido pelo selecionador Boulgakov. Dentro de dois ou três anos, os fatos mostrarão se êle é verdadeiramente de qualidade superior. Desejo sinceramente, diz Lysenko, que seja a melhor espécie de kok-saghiz existente. Isto só poderá ser útil á produção. Lysenko insiste em que a qualidade não depende do número de cromosomas, podendo haver boas e más especies de trigos de 28 cromosomas e igualmente boas e más especies de trigo de 42 cromosomas. A seleção deve basear-se não sobre o número de cromosomas, não sôbre o poliploidismo, mas sôbre as boas qualidades particulares das especies. Este é outro ponto, onde o weismanismo-morganismo, como doutrina idealista, não descobre as leis da natureza viva e desnatura o aspéto destas leis. Assim, a concepção weismaniana da independência das particularidades hereditárias do organismo, em relação às condições do meio ambiente, têm conduzido os sábios a afirmar que a propriedade da hereditariiedade está submetida ao puro acaso. Todas as pretensas leis do mendelismo-morganismo se fundam exclusivamente na idéia do acaso. Para provar o que quero dizer, diz Lysenko, eis alguns exemplos: As mutações de gens são, segundo a teoria mendelista-morganista, obra do acaso. As mutações cromosomicas surgem, também por acaso. O sentido do processo de mutação é igualmente submetido ao acaso. Baseando-se sobre uma escolha feliz de meios de ação sobre o organismo por intermédio do que eles chamam as matérias mutagens, supõem que por meio delas eles chegarão a agir sobre a matéria hereditária, fruto de uma invenção, e esperando obter por acaso qualquer cousa que possa ser, por acaso, útil. Segundo os morganista, as diferenças entre os cromosomas chamados maternais e paternais na divisão reducional são igualmente submetidos ao acaso. A fecundação, da mesma maneira, se produz não por seleção, mas por causa de um encontro fortuito de células sexuais. Assim também é igualmente fortuita a dissociação das particularidades nos descendentes híbridos. Em geral, a natureza viva é representada pelos morganistas como um caos de fenómenos independentes e fortuitos, sem ligação indispensavel a quaisquer leis. O acaso reina soberano. Não estando em condições de descobrir as leis da natureza viva, os morganistas são obrigados a recorrer á teoria das probabilidades e, não compreendendo o conteúdo concreto dos processos biológicos, eles transformam a ciência biológica em uma espécie de estatística. E prossegue Lysenko: uma ciência semelhante não pode ser efetiva. Não se pode criar sobre a base de uma tal ciência, nem trabalho planejado, nem aplicação prática racional, nem estabelecer previsões científicas.

Uma ciência que não abre perspectivas diante da prática, que não lhe dá força de orientação nem confiança na obtenção dos objetivos práticos, uma semelhante ciência não é digna do nome de ciência.

“As ciências, tais como a física e a química, já se desembaraçaram do acaso. E’ por esta razão que elas se tornaram ciências exatas. A natureza viva se desenvolve sobre a base de leis definidas. Os organismos e as especies se desenvolvem conforme suas necessidades naturais e particulares. Desembaraçando nossa ciência do mendelismo-morganismo, nós nos desembaraçamos dos acasos. Devemos compreender uma vez por tôdas que a ciência é inimiga do acaso”. Mostra Lysenko como a doutrina de Mitchurin está intimamente ligada á prática, ao kolkhoziano, que é um homem novo na história da agricultura e que entrou na luta armado duma técnica maravilhosa, e agindo sobre a natureza com vistas de reor-

ganizador. A doutrina mitchuriniana, inseparável da prática kolkhoziana, realiza a forma mais perfeita da unidade da teoria e da prática na ciência agrônoma. Lysenko aponta o entusiasmo que despertou a grande controvérsia, reunindo as sessões centenas de representantes das ciências biológicas e agrônomicas vindos de todos os pontos do país. A maioria ficou persuadida da justeza da doutrina mitchurinista, por causa dos numerosos anos de prática, que lhe deram a convicção para sustentarem ardentemente esta tendência científica. As sessões terminam demonstrando o triunfo total alcançado pela tendência mitchurinista sobre a mendelista morganista.

Eis em síntese a minha apreciação sobre o conteúdo do número de outubro de 1948 de "Europe".

Colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Plinio Ribeiro Cardoso'.

NOTAS

A QUESTÃO DOS NÃO ASSALARIADOS E O RECENSEAMENTO DE 1940

Segundo o Recenseamento de 1940, a população ativa do Brasil (10 anos e mais) é de 29.037.849 habitantes, dos quais, 9.453.512 exercem a sua atividade principal nas lides agropecuárias. Portanto, mais de 30% de toda população ativa do país tem a sua ocupação principal nas atividades agropecuárias.

Desses 9.453.512 habitantes, apenas 252.047 são empregadores, isto é, pessoas que exercem a profissão por conta própria, com auxílio de empregados assalariados.

Pode-se, assim, fazer uma idéia do importante contingente populacional formado pela classe trabalhadora rural ($9.453.512 - 252.047 = 9.201.465$).

Vejamos em que proporção essa classe vive sob o regime assalariado.

Infelizmente o Recenseamento, por evidente defeito de generalização na formulação das instruções que acompanharam o quesito do Censo Demográfico sobre "ocupação principal", deixou de oferecer aos estudiosos, principalmente aos sociólogos patricios, resultados mais significativos a respeito.

Com efeito, o Censo Demográfico de 1940, referentemente à ocupação principal, inclui o seguinte item: "a ocupação é direta ou indiretamente remunerada"? Ora, conforme as instruções censitárias, remuneração direta é a que o trabalhador recebe como paga ou lucro imediato do trabalho executado, essa remuneração ser em moeda ou em utilidade equivalente; e remuneração indireta é aquela em que o trabalhador não recebe salário pelos serviços prestados, mas que o beneficia, aumentando a renda do chefe da família de que ele faz parte, a cujas expensas vive e a quem auxilia no trabalho de que provem a aludida renda.

Pois bem, dos 9.453.512 habitantes, de 10 e mais anos, ativos na agropecuária, 2.624.077, ou seja, perto de 30%, trabalham com remuneração indireta, isto é, não são assalariados.

Essa porcentagem já apresenta um aspecto sumamente grave!

Mas, continuemos. Ainda dos citados 9.453.512 habitantes, 6.719.837, ou sejam 71%, trabalham com remuneração direta, isto é, pelas instruções censitárias, recebem em moeda ou em utilidade equivalente. E justamente aí reside o defeito a que nos referimos anteriormente: em moeda ou utilidade equivalente. Sim, mas quantos recebem em moeda, e quantos recebem em utilidade equivalente? Aí se centraliza uma questão primordial. Os nossos sociólogos são unânimes em afirmar que, no meio rural brasileiro, ainda não predomina o assalariado. Nas grandes fazendas das regiões norte e nordestina, com poucas exceções, predomina pura e simplesmente o regime de trabalho não assalariado. Já no sul, nas fazendas cafeicultoras de São Paulo inclusive, o salário é pago parte em dinheiro, parte pelo arrendamento da terra (é a "meação"). Portanto, é preciso que se faça a luz sobre essa questão: no meio rural, quantas pessoas percebem moeda pelo trabalho que executam? É o que o Censo Demográfico deixou de responder com aquele alongamento de instruções censitárias: moeda ou utilidade equivalente.

É de se presumir, no entanto, tendo em vista as observações de nossos sociólogos, que aos 30%, a que já nos referimos anteriormente, das pessoas de 10 anos e mais ativas na agropecuária, que trabalham sob o regime não assalariado, venha se juntar parte substancial dos 70% dos que trabalham recebendo moeda ou utilidade equivalente,

Podia-se pensar que o quesito n.º 32 do Censo Demográfico "na ocupação principal é empregado, empregador ou trabalha por conta própria"? elucidasse

a questão, mas assim não sucede pelas razões que passamos a expor. A apuração do referido quesito proporcionou os seguintes resultados referentes às atividades agropecuárias:

Empregador ..	252.047	2,67%
Empregado ..	3.164.203	33,47%
Autônomo	3.309.701	35,01%
Membro da família	2.665.509	28,19%
De posição ignorada	62.052	0,66%
Total ...	9.453.512	100,00%

Ora, as instruções anexas ao boletim censitário esclareciam que: a) “empregadores” são as pessoas que exercem a profissão por conta própria, com o auxílio de empregados assalariados; b) “empregados” são as pessoas que exercem a ocupação em benefício de outrem ou a serviço de instituições, como os funcionários públicos, mediante salário fixo ou por tarefa; c) “autônomos” (trabalhadores por conta própria) são os profissionais que exercem a ocupação isoladamente ou com a ajuda, não diretamente remunerada de pessoas de sua família; finalmente, membros da família passam a ser as pessoas que exercem a ocupação em benefício de outrem, sem perceber salários fixo ou por tarefa (ajudam os que “trabalham por conta própria”).

Então, segundo as instruções censitárias podemos classificar os efetivos populacionais discriminados nas linhas atrás da seguinte maneira: “empregadores” = assalariados; “empregados” = assalariados; “membros de família” = não assalariados. E os “autônomos” teóricamente deviam ser classificados entre os assalariados. Mas até que ponto são eles inteiramente assalariados? Que parte da produção obtida com o seu trabalho autônomo entregam ao senhor da terra ou vendem a este a preços os mais vís? É de se supor que a maior parcela dos 3.309.701 “trabalhadores autônomos” apurada pelo censo não seja inteiramente assalariada.

Então, chegamos à conclusão de que (vêde dados discriminados anteriormente): a) 252.047 empregadores + 3.164.203 empregados = 3.416.250 pessoas são assalariadas; ou sejam 36,14% do total da população de 10

anos e mais ativa na agropecuária; b) 2.665.509 membros da família e colaboradores dos que trabalham por conta própria não são assalariados, ou sejam 28,19% daquele total; c) portanto, pelo menos um mínimo de perto de 30% dos que trabalham no meio rural não são assalariados; daí para mais, porque não se pode determinar a quota dos 3.309.701 trabalhadores “autônomos” (35,01%) que labuta sob o regime inteiramente assalariado.

Mas, se os resultados do Censo não apresentaram a proporção aproximada dos trabalhadores rurais que não são assalariados, pelo menos determinaram a proporção mínima: 30%; daí para mais!

Já se pensou no que isso significa?! 1.º A economia do país repousa de cheio sobre a produção alcançada por aquelas 9.453.512 pessoas ativas nas lides agropecuárias (9.453.512 — 252.049 empregadores = 9.201.462 trabalhadores); e, se na classe trabalhadora rural, que, com o fruto dos seus esforços, sustenta a economia do país, a proporção de trabalhadores não assalariados é tão alta como vimos atrás, isto quer dizer que o Brasil, socialmente falando, está atrasado de séculos, porque ainda não atingiu inteiramente o estágio do regime capitalista, predominante na sociedade atual e que se caracteriza, principalmente, pelo trabalho assalariado e pelas relações monetárias; 2.º porcentagem tão alta de não assalariados significa, por alguns poucos milhões de indivíduos, nada mais, nada menos que a falta de meios monetários para a satisfação das necessidades mais comensuráveis da vida; significa a desgraça e o desamparo para milhares de famílias; significa, para um forte contingente de nossa população, um nível de vida dos mais vís, que nos deprime profundamente; 1.º qualquer idéia de progresso econômico e social do país não passará de uma quimera enquanto subsistirem essas condições; nem é mesmo de se esperar progresso para um país que renege a classe trabalhadora que o sustenta, abandonando-a a sua sorte, deixando-a à margem de toda e qualquer legislação social efetiva, miserável e

estropiada, classe essa que, a grosso modo, nunca ouviu falar em **previdência**, em **assistência social**.

Marcos Monte Lima



LEI DE SEGURANÇA

Depois da promulgação de uma Lei de Segurança, como esta que o parlamento Nacional resolveu conceder ao poder executivo para ampliar o arbítrio, de sua atuação, ninguém mais pode ter a ilusão de viver cercado de um mínimo de garantias democráticas, mesmo quando estas fazem parte do conjunto de direitos do cidadão, exarados no texto da Constituição.

O chamado código de repressão aos crimes políticos, com que nos defrontamos agora, vem reviver uma situação que não está de todo esquecida, porque não data de muitos anos, quando uma fronteira intransponível foi armada em torno da pessoa física de cada homem, cercando os seus atos, seus passos, seus pensamentos e suas idéias, bloqueando a sua cultura e a sua natural tendência para a comunicabilidade com outros homens, barrando o seu espírito de indagação e pesquisa, seu desejo de debater os problemas comuns a todos e de arregimentar outros cidadãos em torno de idéias e princípios que defendem e sustentam por identidade de tendência e compreensão. Novos limites, muito mais estreitos, vão ser postos em torno de cada indivíduo, limites que não poderão ir além do alcance de um braço e de uns olhos perseguidores que a tudo estarão presentes, como força repressora e inquisidora emanada de organismo que, mesmo ostentando outros nomes amenos, serão a revivescência dos dips, das policias especiais, dos tribunais de segurança, das ilhas-presídios políticos, das masmorras, dos sequestros e desaparecimentos, a que tudo e todos estarão sujeitos.

A lei de segurança é o restabelecimento de um ambiente de terror irresponsável que se equipara ao estado de sítio da cultura, e dos direitos elementares do homem. Ela visa acovardar

aos que são tímidos e impressionáveis, para que calem a boca e se isolem socialmente. Ela visa também, por outro lado, forçar a reclusão e desterro dos que não renunciam aos seus direitos de atuar como cidadãos, participando da vida nacional e cumprindo o seu dever de fiscalizar os atos dos mandatários do povo e dos possuidores do poder de mando. Aos primeiros ela amedrontará, levando-os como sempre ao comodismo e oportunismo inglórios. Aos segundos, ela imprimirá um sentido e uma consciência de luta mais rija para cumprimento de sua obrigação de estar com o povo, nos momentos mais dramáticos de sua vida e de seus problemas.

Com a lei de segurança, não temos dúvida de que todos os órgãos de imprensa, debate e cultura, que marcam a sua existência por uma linha de inconfundível independência, estará sob os efeitos diretos de todas as dificuldades resultantes da ilimitada força de arbítrio e repressão de que se armam os agentes do poder público. Mas nem isto nos impedirá de cumprir o programa cultural que nos propuzemos desde o início e de satisfazer o nosso dever de hoje e sempre alertar todos os intelectuais brasileiros de que, sem o restabelecimento das garantias constitucionais, plenas de vigor e isentas de escamoteações e restrições como as que se encontram em leis de exceção, a exemplo das leis de segurança nacional, de imprensa e outras já elaboradas ou em andamento, não haverá possibilidade de desenvolvimento da inteligência e do progresso nacionais, nem a efetivação de nossa independência fundada em sólidas bases econômicas e políticas. Sem a liberdade que a lei de segurança suprime, em completo menosprezo aos princípios básicos constitucionais, o exercício e a difusão da cultura em nosso meio serão mera ilusão, como o foram nos negros anos do reinado do dip e dos deips, soberanos e inapeláveis na sua ignorância, preconceitos e mistificações.

A monstruosa lei repressora constitue um sádico aperfeiçoamento de tudo que antes existiu como normas velhas e modernas elaboradas para sustentar despotismos, manter o terror no meio

do povo e encobrir negociatas e delapidações nas altas esferas. O seu texto é vasado em linguagem para não causar espanto à primeira vista, dando antes a impressão de que ela é mesmo muito natural e as cousas devem ser assim como se encontram capituladas nos seus diversos artigos e parágrafos. Isto é parte da tecnica de mascarar o texto legal com roupagem singela e bem comum, para não causar espanto nem dar a perceber os malefícios que podem resultar da sua aplicação. No entanto, o exame mais cuidadoso dos seus diversos dispositivos vem demonstrar que a lei de supressão da liberdade contém verdadeiras monstruosidades, que podem ser catadas aqui e ali, no conjunto dos seus dispositivos. Ela torna obrigatória a delação e todo aquele que não pratica esse ato infamante estará sujeito a penas severas. Se o indivíduo que deixar de praticá-la, o faz conscientemente, fica equiparado ao praticante do crime que conhecia e não denunciou. Se deixou de delatar por ignorância ou motivo alheio à sua vontade, torna-se passível de uma quarta parte da pena cabível ao agente do delito.

É certo ainda que a insegurança é tudo que resulta, para qualquer cidadão, do texto da lei de segurança. A presença de três ou quatro amigos numa mesa de bar, num mesmo banco de um bonde, junto a uma mesma cerca de gramado de futebol, poderá ser apontada pela polícia política como uma tentativa de articulação de sociedade considerada ilegal e isto será o bastante para a abertura de processo que dará em resultado a pena de reclusão por varios anos, sem direito a livramento condicional, fiança, suspensão da pena e qualquer outra regalia que os códigos penais prescrevem para os criminosos comuns.

Dois ou três desafetos de um juiz poderão também jogá-la na rua da amargura, bastando para isto que afirmem na polícia que ouviram tal magistrado fazendo em público a propaganda de uma candidatura política. A lei fornece também aos interventores ministerialistas dos sindicatos os elementos para alijar do quadro social todos aqueles que não pactuarem com sua orientação de submissão do orga-

nismo ao ministerio e à sua política patronal, bastando para isto apontar o não-colaboracionista como elemento "subversivo", o que será de pronta eficácia até mesmo para brindá-lo com uma reclusão de alguns anos.

É ilustrativo apontar também o artigo em que se consagra a traição dentre vários acusados de um mesmo delito. Bastará que depois de realizado o processo um dos indicados resolva revelar as circunstâncias relacionadas com a participação de uns ou todos os seus companheiros e isto lhe valerá o premio de perdão e eliminação de seu nome do rol dos processados e condenados.

Não podia ser mais ofensiva à dignidade humana o texto em que foi vasada a lei que visa eliminar a vontade do povo. Contendo ela tão aberrantes princípios, bem se vê que a sua aplicação será sempre voltada contra os mais elementares direitos de respeito ao cidadão e à sua dignidade pessoal, à sua liberdade de trabalho, cultura e ação política.

Essa lei infame nos revela em todo o seu conjunto que ela está elaborada com todos os requisitos de indignidade necessários a justificar os seus fins.

O seu aparecimento coincide com a fase mais aguda da penetração do imperialismo yankee no nosso país, forçando a dominação de tôdas as nossas fontes de riqueza aos seus monopólios. Desde a nossa indústria nascente à agricultura, da pecuaria aos mananciais de matéria primas, dos transportes às fontes de energia, tudo vai sendo entregue ou negociado para passar para a exploração das empresas norte-americanas. Isto é o ato final de nosso atrelamento aos interesses de Wall Street, a liquidação da nossa faculdade de opinar, a supressão de nossa independência.

Mas para isto os homens do poder precisam impedir que o povo, os intelectuais estudem, debatam e demonstrem esses problemas, apontando os responsaveis.

É a lei de segurança que vem cobrir essa retaguarda dos entreguistas. Ela é contra o conhecimento, a cultura e o livre debate.

É por isto que ele deve ser combatida até a derrota final.

R. M.

ARTES PLÁSTICAS

CLOVIS GRACIANO

O Salão Nacional de Belas Artes de 1948 conferiu o prêmio de viagem à Europa ao pintor Clovis Graciano. O jubilo com que a notícia foi recebida em todos os meios reflete a justiça dessa premiação e o prestígio do premiado. De fato, Clovis Graciano desfruta de uma posição priverligiada entre os pintores modernos do Brasil, não só pelos seus méritos de artista como por sua irrepreensível conduta como pessoa e como cidadão. Graciano como quase todos nossos artistas de maior valor chegou a um estilo próprio através do auto-didatismo e de tôdas as dificuldades que êle comporta. Com esforço e tenacidade foi se apropriando das técnicas de diversos ramos das artes plásticas e gráficas, conseguindo distinguir-se particularmente além da pintura no desenho, na cenografia e na ilustração de textos e capas de livros. Em todos manteve o traço vigoroso e ritmico do desenho, tão característico de seu estilo e tão expressivo. É que Graciano nunca deixou de incorporar a seus trabalhos a dura e forte experiência do homem que teve de trabalhar desde a infância nos mais pesados misteres. Sistemático e aplicado ao trabalho e ao estudo, consciente de suas responsabilidades como artista, solidário com os colegas, sempre a frente de todos movimentos renovadores das artes, Graciano foi alargando o âmbito de seu prestígio conquistando seguidas distinções até o momento em que, já no início de uma maturidade que se prenuncia fecunda, vê premiados seus esforços e aberta para sua carreira a oportunidade de um contáto com os centros da Europa. FUNDAMENTOS que muito deve a Graciano em estímulo e colaboração, publicou em seu número 6, que por feliz coincidência circulou nos dias em que Clovis foi premiado, uma capa de sua autoria e dois de seus desenhos. Publicamos neste número uma reprodução do seu quadro premiado: auto-retrato. Pretendemos publicar em número futuro um estudo mais autorizado sobre o grande pintor que todos festejamos.

REVISTAS

ÉPOCA — Aracajú — Sergipe — N.º 2

Recebemos novo número de "Época", revista sergipana, editada por um grupo de jovens estudiosos nortistas. Neste 2.º número não foi desmentido o nosso prognóstico de que a mesma publicação representava uma iniciativa patriótica e concreta em favor de assuntos que muito interessam ao nosso povo, no momento atual. Debates de rico conteúdo ideológico se encontram publicados em ambos os números da revista sergipana. Neste segundo número se acha ainda mais concretizado o desejo de seus diretores de transformar sua publicação em instrumento cultural em favor das populações nordestinas, na luta democrática pela elevação material e do nível político das camadas populares mergulhadas em um regime de exploração e atrazo semi-feudais.

Quem pessoalmente conhece os Estados nordestinos, como é o nosso caso, vê em "Época" um exemplo de abnegação e entusiasmo, índice eminente do trabalho de jovens culturalmente fortes, que põem a sua inteligência e as suas energias em pról de problemas tão profundamente ligados ao futuro e bem estar do nosso povo, como é o problema do petróleo, o problema da cultura para as massas ou o problema da elevação das condições materiais de vida das populações agrárias, predominantes na demografia nordestina.

Neste 2.º número de "Época" salientamos os estudos de Walter Sampaio sobre "Tendências abstencionistas no movimento dos "novos", — "Fumadores de Maconha — A planta e a intoxicação", de Garcia Moreno, "O Petróleo e a União Nacional", de Carlos Borges e um interessante trabalho histórico de Aluizio Sampaio sobre "Um inquérito econômico em 1807".

J. M. C.



Jornal das Artes — Acaba de sair o primeiro número de *Jornal das Artes* que sob a direção



Reprodução do magnífico auto-retrato que deu a CLOVIS GRACIANO o prêmio de viagem à Europa, do Salão Nacional de Belas Artes de 1.948.



«CRIANÇA NO COLO»

MANOEL MARTINS

artística de Ruy Affonso Machado, secretaria de Joaquim Pinto Nazario e paginação de Clovis Graciano, constituirá uma revista mensal das artes. O nome de jornal dado à publicação parece refletir a intenção de seus diretores de imprimir ao novo mensário mais o caráter genérico de registro, comentário e noticiário do que propriamente o de uma revista mensal de crítica de arte. Esta impressão é reforçada pelo fato de a matéria ser apresentada predominantemente sob a forma de reportagens. A orientação de J. de A., segundo declara o editorial de apresentação será eclética, embora a revista endosse ainda na apresentação a posição da estética de Croce. No geral a revista corresponde plenamente às intenções manifestadas por seus organizadores: é bem impressa, fartamente ilustrada; publica matéria variada (talvez em excesso mesmo) e atende, não há dúvida, uma solicitação do nosso meio cultural, principalmente no terreno didático, onde nada temos ainda que lhe seja correspondente. E, é no equilíbrio delicado, entre esta função didática que a publicação deverá assumir se quizer ter sentido cultural verdadeiro, e a sua acessibilidade a círculos cada vez mais amplos de leitores, que reside a responsabilidade, e que residirá o mérito de seus organizadores.

Revista do Club Militar — Rio de Janeiro — Recebemos e agradecemos o n.º 90 da R. C. M. dirigida pelos Capitães Humberto Freire de Andrade, Amaury Benevenuto de Lima e Oscar Gonçalves Bastos. Trata-se de uma publicação de feição moderno, com mais de 100 paginas de matéria compacta e variada, ilustrada com reportagens fotograficas, gravuras e vinhetas. É uma revista viva e interessante. Contrariamente ao que poderia supor o leitor civil, a R. C. M. não veicula sómente matéria de interesse exclusivamente militar. O n.º 90, por exemplo, além de amplo noticiário sobre as atividades

do Club Militar, sobre os altos comandos de nosso Exército, secções de legislação militar, educação física, uma desenvolvida e interessante secção de xadrez, publica e transcreve artigos de grande interesse geral. Entre estes destacamos: um complexo de inferioridade, do Ten. J. R. Lima, desfazendo a estulta opinião de que somos uma raça inferior; o artigo Política monetária e de crédito, do Cap. X., interessante comentário à orientação financeira do Banco do Brasil; uma conferência do Gen. Juarez Tavora, expendendo seus pontos de vista sobre o problema dos transportes no Brasil; um artigo do Cap. Amaury B. de Lima sobre as guerrilhas; a secção "De Tudo um Pouco," com a transcrição de um artigo do jornalista Afrânio C. Melo, examinando um dos ramos fundamentais do problema nacional que é o da reforma agrária; a transcrição do conto a Colcha de Retalhos de nosso saudoso fundador Monteiro Lobato; além das secções como Tome Nota, com agudos comentários sobre a realidade nacional. A R. C. M. é uma publicação que deve ser lida por todos os militares e civis que desejam estar informados sobre o Brasil e sobre a visão que dêle tem a patriótica oficialidade do nosso Exército.

J. E. F.

Harper's Magazine — Mais no intuito de responder a um correspondente que escreveu para nosso Forum indagando por que só analisamos revistas americanas de tendencia ou profissão de fé marxista, do que mesmo de transmitir nossas impressões sobre uma revista americana em particular, selecionamos o número de dezembro último do *Harper's Magazine* para uma ligeira apreciação crítica. O H. M. é uma das mias tradicionais publicações mensais americanas; tem elevada tiragem; desfruta de grande prestigio editorial; tem feitura gráfica impecavel; dispõe do patrocínio do que há de melhor em anunciantes (Bank of New York, Westinghouse, N. A. M., a Federação das Indústrias Americanas, Bell Telephone, etc.). Não tem compro-

misso ostensivo com nenhum dos agrupamentos e cadeias como Scripps-Howard, Gannett, Patterson-McCormick ou Hearst, ou com o grupo Luce (Time, Life ou Fortune), todos reacionários, fascizantes, sendo os últimos os porta-vozes estridentes do imperialismo americano. Não está na categoria do Saturday-Evening-Post nem do Liberty, discretamente progressistas, às vezes. Nem se parece com o Collier's ou com o American Mercury, que são simplesmente reacionários. É uma das principais e das mais típicas revistas norte-americanas. Vejamos, pois, o seu número de dezembro: feito gráfico irrepreensível, ilustrações atraentes, secções informativas, critica de livros, contos, crônicas, inclusive um relato muito interessante da famosa irradiação de Orson Welles sobre a invasão dos marcianos, e dois ou três estudos mais substanciais representando a contribuição da revista à cultura americana. O primeiro intitulado: Revolução Mundial, plano americano, de Isabel Cary Lundberg, pretende que a maneira de ser americana é que é revolucionária. O progresso técnico americano é que está transformando o mundo, e não a ideologia revolucionária da Rússia. É necessário então para a sra. Lundberg que os Estados Unidos exportem também para todo o mundo uma ideologia propria ao progresso material que estão disseminando por todo o globo, com tanta generosidade. A sra. Lundberg não menciona a ideologia do plano Marshall nem da doutrina Truman, embora seja funcionária da Comissão de Desenvolvimento Economico e do Bureau Nacional de Pesquisa Economica. O outro artigo de substância é um estudo biográfico do grande banqueiro J. Pierpont Morgan, de autoria de Frederick Lewis Allen, no qual o principal editor da revista estuda a personalidade daquele famoso financista americano demonstrando que as suas atividades conhecidas de frio monopolista se

deviam ao seu extraordinário senso de equilibrio e organização. Morgan organizou os grandes trustes ferroviários e do aço para evitar os desniveis economicos que existiam nessas diversas indústrias e regularizar a produção, e nunca no interesse mesquinho de esmagar seus concorrentes, e erigir uma máquina poderosa de unificação capitalista, poder igualar por baixo as reivindicações do proletariado e dirigir pessoalmente o maior edificio monopolista de que se tem noticia. Outro traço característico do "grande homem", na opinião de Lewis Allen, teria sido a sua confiança no carater das pessoas, ao invés de confiar em garantias de outra ordem. No entanto, não se tem noticia de um só máu negocio de Morgan e a investigação oficial de seus negocios monopolistas que Allen procura mostrar como sendo um momento culminante de sua carreira foi na realidade um dos poucos momentos em que a mascara de cinismo do monopolismo capitalista esteve prestes a ser arrancada. As qualidades admitidamente pouca refinadas de Morgan, colecionador de arte, não foram analisadas com suficiencia por Allen, que não viu o fáto elementar da munificência desses potentados ser apenas uma forma de propaganda e de equilibrio orçamentário diante de lucros extraordinários e problemas fiscais. Um outro estudo interessante, de Heilbroner, demonstra a insegurança com que os melhores arautos da prosperidade americana procuram convencer-se a si proprios de que ela é duradoura. Por todas essas razões explicadas sucintamente em relação à H. M., dezembro de 48, e por julgar FUNDAMENTOS do seu dever aproveitar ao máximo seus poucos recursos materiais com contribuições positivas ao alargamento de nossa cultura moderna, é que analisamos de preferencia, entre as revistas estrangeiras, aquelas que possam nos ajudar na tarefa de

veicular o que há de são e progressista no periodismo estrangeiro.

J. E. F.



JORNAIS

EMANCIPAÇÃO — Rio de Janeiro — Publicação de grande utilidade para a informação da opinião pública sobre os problemas econômicos ligados às riquezas minerais do país, é o semanário **EMANCIPAÇÃO**, cujo primeiro número acaba de sair. O jornal tem como programa não só estudar os recursos naturais do Brasil como defendê-los, isto é, impedir “que sejam explorados por terceiros, principalmente aquelas (riquezas) que, como o petróleo, por exemplo, se relacionam diretamente com a defesa militar e econômica do país. Só assim poderemos libertar-nos de nossa atual situação de dependência econômica e criar um ambiente propício à industrialização, a organização de uma verdadeira indústria nacional, particularmente a formação e desenvolvimento da nossa indústria pesada.” De fato, nenhum programa é mais oportuno para ser defendido no sentido cívico e cultural do que o que se propõe realizar o novo e vitorioso jornal dos srs. Coroneis Carnaúba, Rodrigues Pereira e Felicissimo Cardoso. A presença do Engenheiro Fernando Luiz Lobo Carneiro na chefia de redação é mais uma garantia de que **EMANCIPAÇÃO** saberá defender as nossas riquezas com patriotismo, e, conhecimento técnico dos magnos problemas de nossa defesa econômica contra os assaltos dos trustes e monopólios imperialistas. A colaboração do primeiro número inclui matéria variada sobre o petróleo, sobre os minérios e sobre os problemas de defesa de nossa independência econômica, assinados por autoridades como o Deputado Artur Bernardes, Engenheiro Lobo Carneiro, Engenheiro Horta Barbosa, General Raimundo Sampaio, Capitão de Corveta Alfredo de Morais Filho, Jorge da Cunha, Engenheiro Rodrigues Monteiro, Gentil Noronha e outros. **EMANCIPAÇÃO**

traz ainda amplo noticiário sobre o movimento nacional de defesa do petróleo. O jornal cujo expediente está à avenida Almirante Barroso n. 97, destina-se a tornar-se leitura obrigatória de todos os patriotas que queiram se esclarecer sobre a defesa do nosso patrimônio econômico e cívico.



— **ARGUMENTOS** — Rio de Janeiro — Temos recebido com regularidade o semanário “Argumentos”, publicação única em seu gênero entre nós, pois alia o caráter jornalístico e atual do tratamento que dá à matéria publicada a uma seriedade e documentação só possíveis ou exigíveis de revistas com periodicidade mais dilatada. A preocupação fundamental de “Argumentos” tem sido a discussão dos problemas mais importantes da nossa economia, política e administração sob a forma de atraentes e autorizadas reportagens. Além disso “Argumentos” procura manter seus leitores a par do que há de mais relevante no noticiário artístico e cultural. Não seria exagero comparar “Argumentos” a excelentes hebdomanários do tipo, por exemplo, de “New Statesman and Nation”, publicado na Inglaterra, cuja linha editorial é manter seus leitores semanalmente bem informados, lutar pelo progresso de seu país e atuar como veículo de democratização da cultura.

FRANCE-NOUVELLE — Paris — Entre os jornais semanais franceses que se publicam atualmente poucos terão a vivacidade, o brilho mesmo, de “France Nouvelle”, jornal político dirigido por Florimond Bonte. “France Nouvelle” discute semanalmente, com seriedade, clareza e concisão, os temas políticos de atualidade mundial. É um jornal indispensável para os que pretendem se manter em dia com a realidade política mundial, especialmente no que se refere à Europa. O número de 1.º de janeiro que temos em mão apresenta o interesse particular de conter um índice da matéria publicada no segundo semestre de 48.

SECÇÃO DE LIVROS

Edições Clã — Só agora nos é dado registrar, e o fazemos com imenso prazer, o recebimento de três volumes das edições Clã, do Ceará. São eles: Os Hospedes, de Otacilio Colares, Aluisio Medeiros, Antonio Girão Barroso e Eduardo Benevides; Crítica, primeira série; de Aluisio Medeiros; e os Objectos, também de Aluisio Medeiros, de quem recebemos também os ainda inéditos versos de Latifundio Devorante. E' realmente auspiciosa a florescência intelectual que se nota no Ceará em tórno desse nucleo fecundo que é a revista Clã. Os cearenses estão dando um exemplo a todo o Brasil, exemplo que folgamos anotar está sendo seguido com identico brilho e entusiasmo em muitos outros Estados. Oportunamente esperamos que um de nossos redactores possa se ocupar extensivamente na análise desse fenómeno interessante que é soma cultural representada pela revista e edições Clã.

Ilusão e Realidade (Illusion and Reality) — Ha doze anos, no dia 12 de Fevereiro de 1937, as hordas de Franco, armadas e auxiliadas pelas tropas de Hitler e Mussolini, investiam contra uma colina ás margens do Jarama, onde um grupo de combatentes do Batalhão Britânico da gloriosissima Brigada Internacional, sob o comando de um chofer de ônibus de Dalston, resistia heroicamente, apezar dos ataques aéreos e dos bombardeios de artilharia. Cobrindo a retirada do grupo que por fim teve de abandonar a pequena colina ás margens do Jarama, ficou um jovem inglês de 29 anos de idade, chamado Christopher St. John Sprigg. As hordas franquistas que tomaram a pequena colina ás margens do Jarama, destruíram, com o auxilio das armas de Hitler e de Mussolini, o corpo do jovem inglês chamado Christopher St. John Sprigg. Ao fazê-lo, destruíram também uma das inteligencias mais vivas que produziu a Inglaterra. Muitos consideram Christopher Caudwell — esse o nome que adotara Sprigg como

escritor — um genio de primeira grandeza, e sua obra mais elaborada, "Ilusão e Realidade, um estudo das origens da poesia," o livro mais profundo de teoria da arte, escrito no seculo 20.

Caudwell nasceu em Putney, em 20 de outubro de 1907. Foi educado numa escola beneditina, em Ealing. Deixou a escola aos 16 anos e trabalhou durante três anos como reporter do Yorkshire Observer. Voltando a Londres entrou para uma firma de publicações aeronauticas, como editor a principio, e mais tarde, diretor. Inventou um câmbio variável, cujo desenho publicado no "Automobile Engineer", provocou grande interêsse entre os especialistas. Publicou cinco volumes de têxtos sôbre a aeronautica, sete novelas policiaes, e alguns poêmas e contos. Tudo isto antes dos 25 anos. Em 35 publicou sua primeira novela mais séria, *This My Hand*, um estudo de psicologia. No fim de 34, começou a ler os clássicos do marxismo, tendo passado o verão dêsse ano, em Cornwall, imerso na leitura de Marx, Engles e Lenin. Logo depois de sua volta a Londres terminou o esboço de "Ilusão e Realidade". Em dezembro dêsse ano mudou-se para Poplar, filiando-se ao Partido Comunista Britânico. Alguns meses mais tarde viajou para a França, onde observou as experiências da Frente Popular. De início, seus companheiros de Poplar, doqueiros na maioria, desconfiavam um pouco do jovem intelectual bem falante que ganhava a vida escrevendo livros; mas logo o aceitaram como um dos seus pois Caudwell após passar o dia todo trabalhando em seus escritos, saia às 5 horas para desempenhar suas tarefas, falar em comícios, ou vender o "Daily Worker" na esquina de Crisp Street Market. Nêste período, o mais fecundo de sua vida, reescreveu "Illusion and Reality" e completou os ensaios posteriormente publicados sob o nome de "Estudos sôbre uma Cultura agonizante" (*Studies in a Dying Culture*). Começou também a escrever "A Crise na Física", ensaio crítico sôbre o qual J. B. S. Haldane escreveu: "Caldwell tem algo a dizer sôbre a ciência, algo de extrema importância, embora êle o tenha dito apenas pela metade. Acreditado que seu livro será um filão de idéias para os filósofos de muitas gerações." Estes

dois últimos livros, bem como seus poemas foram publicados postumamente, em 1938. Logo que estorou a guerra civil espanhola, Caudwell foi encarregado de levar à Espanha uma ambulância comprada com os fundos levantados pelos democratas de Poplar. Depois de haver entregue este donativo ao Governo Hespanhol, alistou-se na Brigada Internacional, em 11 de Dezembro de 36, sendo morto em campanha dois meses depois.

Dentre os homens de talento que morreram na Espanha naquela primeira grande batalha internacional pela liberdade do mundo, contra a escravização fascista, Christopher Caudwell foi um dos maiores. Sua morte foi uma tragédia no verdadeiro sentido da palavra, consumiu uma vida da qual tanto se poderia esperar.

"Illusion and Reality" que a International Publishers de Nova York reeditou em principios de 48, e que só agora nos chegou ás mãos não é apenas um estudo sobre a origem da poesia, como diz o seu sub-titulo. É uma teoria geral da arte, tomando como base a poesia, que Caudwell considera como a arte básica desenvolvida pela humanidade, na sua evolução. É uma explicação da arte, não dentro das limitações da estética, da técnica ou da psicologia, mas na integridade da vida, como foi vivida no passado, como é vivida no presente e como será, possivelmente, vivida no futuro. Da mesma maneira como Caudwell abarcou toda a vida nos poucos anos que viveu, enlaçou êle em seu livro extraordinario todos os frutos do pensamento humano no terreno da critica da arte. Na introdução ao livro, Caudwell torna claro o seu propósito e o seu método: "Mas, logo que se passa da apreciação ou da criação de obras de arte para a critica de arte, é claro que se passa para fóra da arte, que se começa a encarar a arte de "fóra" Mas o que é arte de fóra? A arte é o produto da sociedade como a pérola é o produto da ostra, e estar fóra da arte é estar dentro da sociedade." E prossegue: "A critica da arte difere da apreciação pura ou da criação nisso que ela contem um componente sociológico. Na critica de arte os valores são ordenados e integrados em uma perspectiva ou visão global que é uma visão mais geral da arte vista de

fóra. É uma visão ativa, implicando uma relação viva e ativa com a arte, e não, a sua contemplação fria, implicando por conseguinte uma visão da arte como sendo ativa, com um conteúdo explosivo e cheio de energia. Mas a fisica, a antropologia, a historia, a biologia, a filosofia e psicologia são também produtos da sociedade, e por conseguinte uma sociologia conseqente deve facultar ao critico de arte empregar criterios tirados desses campos sem cair no ecletismo ou confundir arte com psicologia ou politica. Só existe uma sociologia que esclarece a relação geral ativa dos produtos ideológicos da sociedade entre si e com a vida concreta-o materialismo historico. O materialismo historico é, por conseguinte, a base deste estudo."

O livro de Caudwell examina o desenvolvimento da poesia e da arte desde a vida tribal até nossos dias, demonstrando como a evolução das artes se prendeu sempre ao desenvolvimento dos tipos de produção econômica que caracterizam as relações humanas, a sociedade, nas diversas épocas da historia. Não é possível em umas simples notas dar uma idéia do brilho e da percuciência com que Caudwell desenvolve o tema central de seu livro: a relação entre a arte e a sociedade a medida que, na historia, os varios sistemas de produção econômica iam surgindo, decaindo e sendo substituidos por sistemas novos e superiores. Nem é possível destacar as contribuições criticas originaes que Caudwell faz ao longo de seu livro; o brilhantismo de algumas analyses; o apuro, por sezes empolgante do estilo; o senso da imagem; a amplitude do descortinio e a segurança da sintese, que tornam o seu raciocinio tão claro, conciso e convincente; enfim todos os valores formaes e de conteúdo que fazem de "Ilusão e Realidade" um grande e belo livro. Deve-se destacar, no entanto, as analyses que Caudwell faz da poesia inglesa, das relações entre arte e ciência, da evolução da consciência moderna, como contribuições definitivas ao novo humanismo de que nos fala Jacob Gorender no ensaio que se publica neste numero de FUNDAMENTOS.

"Illusion and Reality" dá aos artistas e estudiosos das artes elementos para se compreenderem a si proprios e para compreenderem suas relações com

a sociedade — chaves para sua liberdade como artistas. E, lhes fornece elementos também, para participar na luta pela libertação da sociedade toda, pela consecução de uma sociedade organizada pelo homem para o bem do homem, por uma sociedade que realize a previsão de Engels segundo a qual, vitoriosa essa idéia, a humanidade saltará do reino da necessidade para o reino da liberdade.

A dívida dos criticos e artistas para com Caudwell já é enorme; ela se tornará inconmensuravel quando sua obra passar para o patrimonio comum da cultura moderna. No que se refere ao valor de "Illusion and Reality" para a critica literária entre nós, gostaríamos de vê-lo comentado logo por um estudioso da estatura de Astrojildo Pereira, Sergio Buarque de Hollanda ou Afrânio Coutinho. Muito lucrariam nossas letras com a divulgação de estudos como os que enfeixa o grande livro de Christopher Caudwell.

J. E. F.

UM LIVRO DE JEAN LAFFITTE

Muitos têm sido os livros escritos sobre a resistência e a vida nos campos de concentração durante a guerra. Seria facil organizar uma lista extensa de livros, documentarios officiaes, filmes, reportagens, albuns fotográficos e artisticos, que retratam com fidelidade o heroismo com que as populações da Europa enfretaram a bestialidade dos nazistas nas lutas da resistência, nas masmorras e nos campos de concentração. Ainda estão na memoria de todos que os viram, filmes como Roma, cidade aberta, A batalha dos trilhos e outros. Ninguém pode esquecer, vendo-os, uma vez que seja, os desenhos que o jovem artista francês, Boris Tasslitzky, fez no campo de Buchenwald. O grande livro de Fucik, sobre o qual já falámos em FUNDAMENTOS, é uma das paginas mais intensas e belas da tragédia da Europa ensanguentada pela guerra imposta a todos pelo nazismo. Martin Chauffier, o magnifico escritor católico francês, Roger Vailland, com seu romance Drôle de Jeu, escreveram com vigor e belesa sobre os dias sombrios da ocupação e sobre os sacrificios e a coragem da re-

sistencia. O alemão Ernst Wiechert, em "Der Totenwald", descreveu com realismo, mas sem paixão e até com certa complacencia, os horrores de Buchenwald.

Mas, de todos que chegaram até nós, o retrato mais singelo e mais vigoroso de tôda essa soma portentosa de sacrificios e coragens, de sofrimentos, de fé na humanidade e fibra inquebrantavel, que, foi a resistencia dos povos europeus ao nazismo, é, na minha opinião, o grandioso livro de Jean Laffitte, "Os que vivem" (Ceux qui vivent-Ed. Hier et Aujord'hui). Laffitte, descreve toda a luta da resistencia, dando o relato íntimo dos fatos e das pessoas, de quem de fato foi um participante e um dos responsáveis máximos pela resistência em Paris. Toda a tensão da luta clandestina, a economia necessaria de gestos e palavras, a profunda solidariedade humana entre os resistentes, a confiança e a vigilancia inseparaveis, a coragem consciente e fria nos momentos mais dificeis, estão descritas com sobriedade e honestidade nas belas páginas deste livro. As duas partes finais que aliás compõem três quartos do livro, descrevendo a experiência das prisões dos patriotas nas masmorras e, posteriormente, nos campos de concentração de Mauthausen e Ebensee, são as mais empolgantes. Nelas Laffitte, sempre objetivo e sóbrio, relata circunstanciadamente as torturas e os sofrimentos impostos aos prisioneiros destes campos internacionais de morte. Relata também ao mesmo tempo, e aqui está o alto valor de seu documentário, a capacidade de resistência e de união de que são capazes os homens que lutam por um ideal. Apesar do trabalho forçado, da falta de alimentação, das condições de vida mais duras e adversas, foi possível aos internados estabelecer planos espantosos de solidariedade, de reforço da capacidade orgânica de resistência, de administração e documentação, de rebelião, e preparação para a vitória. Os resultados práticos dêsse prolongamento da resistência foram inacreditaveis. Apesar de todas as circunstâncias desfavoráveis, êsses homens conseguiram economizar vidas, sabotar a produção da máquina nazista, e, após anos de sacrificios diários, de cada hora, de cada minuto, conseguiram, trazer para a luz da li-

NOTAS

berdade uma experiência que hoje constitue patrimônio de todos os povos. O arrolamento dos sofrimentos humanos durante a guerra contra o nazismo, é obra impossível de ser realizada. Mas um retrato aproximativo, amplo e conciso do que foi a tenaz resistência dentro da Europa e dentro dos próprios campos de concentração, é feito de maneira indelevel, por êsse antigo operario, Jean Laffitte, que hoje em dia com seu novo livro “Nous retournerons cueillir les jonquilles”, se transformou em um dos grandes escritores modernos da França.

J. E. F.



RECEBEMOS E AGRADECEMOS AS
SEGUINTE PUBLICAÇÕES:

JORNAIS

“O Cifrão” — órgão representativo do Centro Acadêmico de Economia, Finanças e Administração de São Paulo — n. 12.

“Ararat” — A voz do povo armênio — São Paulo.

“Idéia” — Órgão literário de Rio Claro.

“O Jornal de Bocaina” — Bocaina, Estado de São Paulo.

“A Classe Operária” — Rio de Janeiro.

“Argumentos” — Rio de Janeiro.

REVISTAS

“Novos Rumos” — Rio de Janeiro.

“Cronos” — Revista Bimestral de Cultura, n. I — Rio de Janeiro.

“E’poca” — N. 2 — Sergipe — “Mensário a Serviço da Cultura e da Democracia”.

“Caderno da Baía” — N. 2. — Revista de Cultura e Divulgação.

“Clã” — N. 5 Fortaleza — Ceará.

“Corrente” — N. 10 — São Paulo.

“Região” — N. 9 — Pernambuco.

“Revista do Clube Militar” — N. 90 — Rio de Janeiro.

“Esfera” — N. 18 — Rio de Janeiro.

LIVROS

“Historia das Doutrinas Econômicas” — Eric Roll — Bib. do Espírito Moderno — Cia. Editôra Nacional.

“Canto Grosso e Outros Poemas” — Poesias — E. Carreira Guerra.

“Jóias do Conto Idiche” — Jacó Gumburg e Sime Rinski.

“Os Novos Cantos” — Poesias — Almo Saturnino.

“O Caminho do Meio” — J. Herculano Pires — Editôra Brasiliense.

“Os Dias Iguais” — José Escobar Faria — Editôra Brasiliense.

“Retrato da Arte Moderna do Brasil” — Lourival Gomes Machado — Coleção “Departamento de Cultura”.

Algumas razões se tornam indispensável

a leitura das

Obras Completas de Monteiro Lobato

- O nome de Monteiro Lobato assinala o ponto mais alto da nossa literatura, pois ninguém como êle soube interpretar e exprimir os sentimentos e aspirações da gente brasileira. Sua obra, em conjunto, vale como o mais expressivo e fiel retrato do Brasil.
- Monteiro Lobato é um escritor que se fez no estudo acurado da língua, ao mesmo tempo que soube afinar o seu espírito na ciência e na filosofia. Daí a solidez de Monteiro Lobato, a sua correção de língua dentro da maior liberdade de abasileiramento e de côr local: o seu fundo científico transparece em qualquer coisa que escreva, daí a originalidade de seu pensamento.
- A obra de Monteiro Lobato já resistiu à dura prova do tempo e, pelo seu profundo conteúdo social e humano projeta-se no futuro. O seu interêsse é progressivo e permanente. Um livro de Monteiro Lobato não “envelhece” e é sempre digno do lugar que ocupa em uma biblioteca.
- Monteiro Lobato é um clássico da nossa literatura. A leitura sistemática de sua obra além de ser um agradável entretenimento intelectual constitui por si só um verdadeiro curso de filologia e estilo literário.
- Lobato criou a nossa literatura infantil. Seus livros para crianças divertem e ensinam num tom alegre e sadio. Êles ensinam história e geografia, aritmética, e gramática, folclore e mitologia, ciência e tudo o mais que constitui a tortura dos cérebros infantis nas escolas ou colégios. A literatura infantil de Monteiro Lobato é todo um mundo, um mundo onde não há nenhuma distinção entre o real e o irreal e que, talvez porisso, consegue atrair leitores de 8 a 80 anos...
- A literatura da obra de Monteiro Lobato é, enfim, indispensável, porque desconhecer Lobato é desconhecer o Brasil em suas onímodas expressões. As OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO não devem faltar em nenhuma biblioteca porque elas constituem, sem dúvida alguma, o nosso mais rico e genuíno manancial de beleza e sabedoria.



Edição da EDITORA BRASILIENSE Ltda.

Rua Barão de Itapetininga, 93 — 2.º andar

SÃO PAULO

LIVRARIA ITATIAIA

RUA 7 DE ABRIL, 412

— TELEFONE 6-6282

São Paulo

Livros Nacionais e Estrangeiros

Revistas em geral, - PROBLEMAS - FUNDAMENTOS, - ÉPOCA

Os Clássicos do Marxismo

Revistas marxistas francesas, inglesas e americanas.

Livros da Editorial Vitoria, Ltda.

SECÇÃO DE PAPELARIA

Faça suas encomendas de livros na LIVRARIA ITATIAIA

AINDA ESTE MÊS

Em todas as livrarias

Testamento sob a Força

(diário de um herói)

de JULIO FUCHIK

Este livro "é a expressão em imagens e ações humanas da ideologia e das perspectivas da parte mais avançada da humanidade..."

EDITORIAL VITÓRIA, LTDA. — Rua do Carmo 6, sala

— 1306, RIO —

"CLÃ"

REVISTA DE CULTURA

Diretor: Fran Martins
Secretário: Aluizio Medeiros



REDAÇÃO:
Av. Rui Barbosa, 1332
FORTALEZA — CEARÁ

Leia

"ARTES PLÁSTICAS"



REDAÇÃO:
Rua Barão de Itapetininga, 273
(Clubs dos Artistas)

ENCADERNAÇÃO FINAS - DOURAÇÃO



Luarte Pereira Pires



Praça Carlos Gomes, 158
S. Paulo — Fone: 6-2943

ÉPOCA

Mensário a Serviço da Cultura e
da Democracia

ARACAJÚ — Sergipe

Diretor:

Walter Sampaio

REDAÇÃO:
R. de Laranjeiras, 87 — Cx. Postal, 264
SERGIPE — ARACAJÚ

MOVIMENTO PELA PAZ

Ganha vulto cada vês mais imponente a campanha pela preservação da Paz iniciada por intelectuaes, cientistas e jornalistas dos mais representativos do Rio de Janeiro e hoje poderosamente ampliada pela repercussão que despertou em todos os estados do país.

FUNDAMENTOS, que foi uma das primeiras publicações nacionais a dar o destaque que merece o grande problema da Paz em nossos dias, e que publicou em seu número 4/5 o Manifesto Mundial dos Intelectuais pela Paz, vê com grande entusiasmo, a ressonância que vem obtendo em nosso país a grandiosa luta pela liquidação das falsas doutrinas de que a guerra é inevitavel, e a afirmação de que a Paz é que triunfará em todo mundo. Colocamos nossas páginas ao seu serviço e para a informação de nossos leitores em todo o país publicamos nesta edição os manifestos que no Rio e em São Paulo iniciaram o grande movimento.

MANIFESTO PELA PRESERVAÇÃO DA PAZ

São evidentes, em muitas partes do mundo, as ameaças à paz e à segurança dos povos. Há mesmo, entre certos grupos, uma campanha de excitação, organizada e orientada no sentido de provocar o desencadeamento da terceira guerra mundial.

Não menos evidente, entretanto, é o fato de que nenhum povo deseja a guerra. Este fato constitui uma garantia real de que é possível preservar a paz e impedir as manobras daqueles grupos interessados em levar as nações a um novo conflito, cujas consequências catastróficas podem ser fácilmente previstas. Não está ainda o mundo refeito da devastação moral, material, humana, da última guerra, com os seus mortos ainda não completamente recolhidos, os seus mutilados ainda em tratamento, os seus órfãos ao resabrigo e a fome assolando milhares de aldeias e cidades destruídas.

Ainda agora, nos Estados Unidos, as eleições presidenciais revelaram, de maneira inequívoca, que o povo da grande República, dentro dos rumos políticos de Roosevelt, é, em sua generalidade, favorável a uma política de paz e de cooperação entre os povos do mundo. Não há dúvida de que o candidato vencedor conquistou a maioria do eleitorado porque, às vésperas do pleito, fêz declarações e promessas em que ressaltaram soluções pacíficas para as divergências internacionais.

No que se refere ao Brasil, sabemos todos que a nossa tradição histórica, — obedecendo aliás a condições naturais do desenvolvimento do nosso país, — é a de uma política externa norteadada pelos princípios pacíficos de cooperação com todas as nações. Nossa participação na última guerra mundial não nos foi ditada por nenhum interesse egoísta, e sim pela só consideração de motivos superiores, estreitamente ligados a uma situação mundial em que não havia outra alternativa senão levar a guerra aos Estados que atentavam abertamente contra a soberania e a liberdade dos povos. Não foi outro o sentido de têmos entrado na guerra contra o nazi-fascismo com a plenitude das forças de que dispúnhamos sem medir esforços nem sacrifícios, inclusive o sacrifício supremo de milhares de jovens brasileiros, o melhor que podíamos dar de nós mesmos em defesa da causa comum da humanidade.

Hoje, ainda são as mesmas as razões profundas que nos levam à única posição correta em face das ameaças de nova guerra: lutar pelo princípio da sobrevivência das nações como nações livres, o que, nas condições presentes do mundo, após a guerra vitoriosa das democracias contra o nazi-fascismo, significa em verdade lutar pela paz, defender a paz como o bem mais alto e o supremo interesse dos povos.

Mas a paz não é um bem que aconteça por si mesmo. Para preservá-la, é preciso lutar por ela, — contra as forças adversas interessadas em provocar nova guerra para satisfação de seus interesses egoísticos. E é por compreendê-lo assim que, no mundo de após-guerra, estão se unindo as forças democráticas favoráveis à paz, com o objetivo de mobilizar e organizar a opinião pública do mundo inteiro, a fim de desmascarar os provocadores de guerra e impedir-lhe a ação nefasta.

Não é outro o intuito dos signatários do presente manifesto, democratas e patriotas brasileiros de todas as condições sociais, sem discriminação de concepções filosóficas, políticas e religiosas, irmanados no pensamento comum de lutar ativamente pela preservação da paz mundial.

Rio de Janeiro, dezembro de 1948.

A. L. Nobre de Melo, médico e professor; Alda Pereira de Souza, dentista; Alvaro Mandarino, educador, presid. do Sind. do Diret. Escolas Técnicas de Comércio; Alceu Marinho Rego, advogado e jornalista; Alvaro Doria, médico e professor; Alfredo d'Escragnolle Taunay, professor; Anibal Machado, escritor; Angelo de Queiroz Varella, engenheiro; Agrícola Paes de Barros, deputado e jornalista; Alcides Rocha Miranda, arquiteto e pintor; Anibal Cardoso Junior, jornalista; Antonio Mourão Vieira Filho, médico e educador; Arthuh Bernardes, ex-presidente da República, deputado e presidente do P. R.; Arthur Ramos, médico, professor e escritor; Arlindo Novais, advogado; Arthur Alberto Werneck, engenheiro, Astrogildo Pereira, escritor; Bento Ribeiro, estudante e presidente

da UME; Branca Fialho, educadora; Breno Dhalia da Silveira, médico e vereador; Candido Portinari, pintor; Carlos Thompson Flores Neto, educador; Dalcídio Jurandir, escritor e jornalista; Frei Damião Berge, professor; Daniel Caetano, jornalista; Darcí Evangelista, médico e cineasta; Descartes de Garcia Paula, químico; Diodoro Voltaire de Garcia Paula, dentista; Diógenes Arruda, deputado; Danton de Souza, advogado; Eduardo Bartlet James vereador; Eduardo Corona, arquiteto; Enée Diogo Corguilha, engenheiro; Ernesto Cohn Filho, engenheiro; Evandro Lins e Silva, advogado; Euzebio da Rocha, deputado; Fernando Segismundo, técnico de educação e jornalista; Fioravante de Piero, médico, professor e jornalista; Firmino Fernandes Saldanha, arquiteto, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil; Floriano Gonçalves, escritor; Francisco Martins de Almeida, advogado e escritor; G. Estelita, arquiteto; Genival Barbosa, estudante e presidente da UNE; Gentil Fernando de Castro, jornalista; Graciliano Ramos, escritor; Gumercindo Cabral, advogado e jornalista; Hildebrando Pelagio R. Pereira, engenheiro e coronel; Huascar Mattogrossense, coronel; Hugo Regis dos Reis, engenheiro; Jansen Muller, advogado; José Pedrosa, escritor; José Bezerra Noronha Filho, professor; José Simeão Leal, médico e escritor; James Vieira da Fonseca, professor; José Sennen Bandeira, professor; José Leoncio Pessoa de Andrade, capitão e presidente do Conselho da Associação dos Ex-Combatentes; José Junqueira, vereador, 1.º secretário da Câmara do Distrito Federal; José Melman, médico; João Felipe Sampaio Lacerda, engenheiro; José Regis dos Reis, engenheiro; José Antonio Rogé Ferreira, presidente do Centro 11 de Agosto; João Mesplé, jornalista; Luiz A. Costa Pinto, professor; Luiz Carneiro, professor; Luiz Jardim, escritor e vice-presidente da ABDE; Luiz Paes Leme, vereador; Marina de Vasconcelos, professora; Marcos Konder, escritor e industrial; Matos Pimenta, jornalista, Maria Portugal Milward, escritora; Marco Aurelio Bustamonte, professor; Milton Eloy Vaz, professor; Moacyr Whitaker Cohn, engenheiro; Moacyr Werneck de Castro, jornalista; Moyses Xavier de Araujo, médico e professor; Neves Manta, médico e professor; Odilon Gallotte, médico e professor; Osorio Borba, vereador e jornalista; Oscar Niemaer, arquiteto; Otavia Regis Konder, secretária-geral do Comitê de Mulheres pró-Democracia; Paschoal Faria Góes, professor; Paulo Castelo Branco, engenheiro; Paschoal Lemme, professor e médico, Pedro Gouvêa Filho, médico; Pedro Borges, médico; Pedro Pomar, deputado; Peregrino Junior, médico e professor; Pitta Pinheiro, engenheiro; Plinio Bastos, professor; Quirino Campofiorito, pintor e professor; Raul Deveza, pintor; Raul Lins e Silva, advogado; Raimundo Rodrigues, dentista; Ricardo Greanhalgh Barreto, engenheiro; Silvio Junior, professor e escritor; Tito Livio de Sant'Ana, engenheiro e vereador, Vergniaud Wanderley, senador, Virgilio Costa, médico; Zoroastro Ramos, jornalista.

APÊLO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO RIO

“A Paz não é um bem que aconteça por si mesmo”.

Diante das ameaças à segurança e à tranquilidade dos povos que, dia a dia, se tornam mais evidentes, unem-se as forças democráticas do mundo no sentido de erguerem um amplo e potente movimento de luta pela preservação da Paz, da independência e da felicidade dos povos.

Com êste intuito, e reunindo-se às forças que em todo o mundo se levantam em defesa da Paz, os signatários do manifesto anexo concitam os concidadãos amantes da Paz, independência e tranquilidade dos povos a darem sua adesão e tornarem público, por todos os meios de que disponham, o referido manifesto, fazendo uso das tribunas legislativas, da imprensa, rádio e publicação autônomas.

Certos de que o apêlo que fazemos encontrará a ressonância que o objetivo requer, esperamos a adesão de V. S., como valioso reforço ao movimento que iniciamos em nossa Pátria, a exemplo de idênticas manifestações das forças democráticas de todos os países.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1949.

A COMISSÃO ORGANIZADORA PROVISÓRIA:

(ass.) **ARTHUR RAMOS** — Cientista
ANNIBAL MONTEIRO MACHADO — Escritor
ASTROJILDO PEREIRA — Escritor
BRANCA FIALHO — Educadora
GENIVAL BARBOSA — Presidente da UNE
J. L. PESSOA DE ANDRADE — Presidente do
 Conselho Nacional da Associação dos
 Ex-Combatentes do Brasil.

**ENDEREÇO DA COMISSÃO ORGANIZADORA PROVISÓRIA
 DA LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA PAZ**

Avenida Graça Aranha, 19 — 3.º andar — grupo 301

MANIFESTO DOS INTELECTUAIS DE SÃO PAULO

“Os artistas, cientistas, escritores, jornalistas que este subscrevem atendendo ao apelo do Congresso há pouco reunido em Wroclaw, Polonia, vêm manifestar seu desejo de paz e sua determinação de assegurá-la por todos os meios a seu alcance, pois têm consciência de que a paz é o unico clima favoravel ao progresso e ao bem-estar dos povos.

No Congresso Pró-Paz de Wroclaw, que reuniu os expoentes maximos da cultura de 45 países, homens das mais variadas tendencias politicas, filosoficas e religiosas, ficou demonstrado que o melhor da intelectualidade mundial continua as tradições de Romain Roland, Henri Barbousse, Madame Curie e de quantos puseram sua inteligencia a serviço da paz, isto é, da conservação e da multiplicação dos beneficios da cultura.

Dirigimo-nos ao povo de São Paulo afirmando o nosso proposito de seguir neste Estado as recomendações daquele Congresso. Sem distinção de ideologia politica, filosofica ou religiosa, constituimo-nos em Comissões Estadual Organizadora do Congresso Nacional Pró-Paz, com o qual o Brasil levará sua contribuição positiva ao futuro Congresso Pan-Americano Pró-Paz, já em organização em varios países do nosso continente, e se entrosará no grande movimento irradiado de Wroclaw.

Ao tomarmos esta resolução, estamos certos de que para o Brasil é de vital importancia a defesa da Paz, agora mais do que nunca, pois a hora é de inquietação, provocada pelos manejos internacionais do imperialismo guerreiro. O mundo ainda está ensanguentado, enlutado, esfomeado pela ultima carnificina. O povo é contra a guerra; e a nós, intelectuais, cabe exprimir os anseios pacifistas da tradição brasileira. Só numa paz segura e duradoura encontrará o nosso país a solução de seus angustiosos problemas economicos e sociais, isto e, a prosperidade, a felicidade de todos os brasileiros.

(a.a.) Fernando Góes, J. Villanova Artigas, Luiz Saia, Mario da Silva Brito, João Accioli, Carlos Bularmarqui Kopke, Duarte Magalhães, Geraldo Pinto Rodrigues, José Escobar Faria, José da Silva Medeiros, José Paulo Paes Silva, Dalmo Florence, Otacilio Pousa Sene, Gastão Rachou Jr., Carlos Cascaldi, José Geraldo Vieira, Ciro Mendes, Afonso Schmidt, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Artur Neves, Aparicio Torelli (Barão do Itararé), Emiliano Di Cavalcanti, F. Pompeu do Amaral, Nabor Cayres de Brito, Dorival Cayme, F. Rebolo Gonzales, Clovis Graciano, Pola

Rezende, Gustavo Nonnemberg, Edgard Braga, Dirceu Sales, José Tavares de Miranda, Noé Gertel, Domingos Carvalho da Silva Elias Chaves Neto, Samuel Barsley Pessoa, Basilio da Costa Dalmon, Ibiapaba de Oliveira Martins, M. Tulman Neto, Leão Lobo Jr., Jorge Ferreira, Durval Silva, Rui Rezende, Oscar Pinheiro Coelho, Ari Silva, Alzira Godoi, José Albuquerque Carvalho, Alvaro Duarte, Edmundo Soares, Joaquim Pinto Nazario, Pedro Gozzoli de Souza, Geraldo N. Serra, Roberto S. Pinto de Moura, Barros Ferreira, Heitor Gonçalves, Arnaldo Simurro, Lauro Freire, Flavio Tambellini, Pinheiro, Mauricio Loureiro Gama, Erasmus Triellé, Sebastião Annunciato, Olinto de Castro, C. Coriolano Cruz, E. Sucupira Filho, Roberto Silva, Belmiro Madeira, Arnaldo de Oliveira, Darcio Ferreira, Oswaldo Viana, Abelardo de Souza, Gilberto Junqueira Caldas, Plinio Croce, Catulo Branco, W. Belfort de Mattos, Roger Weiller, Fued Saad.

**NOVOS MERCADOS
PARA SEUS PRODUTOS**

na rota dos
aviões da
ITAÚ

Os gigantes Curtiss Comando C-46
que compõem a frota da Itaú,
ligando as principais cidades do
Norte, Centro e Sul do país –
abrem novos mercados às suas
transações, *qualquer que seja
a natureza de seus produtos.*
Despache suas cargas e encomendas
com Frete Aéreo pela Itaú.
Entregas imediatas de domicílio a
domicílio – sem necessidade de
embalagem especial e com um
máximo de facilidades, segurança,
rapidez e economia.



ESCALAS:

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO	CARAVELAS
BELO HORIZONTE	SALVADOR
CAMPO GRANDE	RECIFE
MONTES CLAROS	FORTALEZA



COMPANHIA ITAÚ DE TRANSPORTES AÉREOS

Sede: R. Asdrúbal Nascimento, 436 – Fones 3-7191 e 3-7192 (Rêde Interna) End. Telegr. Itauar – S. Paulo
Agências: Rio de Janeiro – Rua Santa Luzia, 275-A – Fone 32-7449

A ÚNICA EMPRESA NO BRASIL ESPECIALIZADA EM TRANSPORTES COMERCIAIS AÉREOS DE CARGA

FUNDAMENTOS

Publicou nos seus números anteriores

A LUTA PELO PETROLEO BRASILEIRO

Fernando Luiz Lobo Carneiro

PÁGINA INÉDITA

Graciliano Ramos

O PROBLEMA HIDRO-ELÉTRICO DE S. PAULO

Catulo Branco

ECONOMIA INDÚSTRIAL E AGRÍCOLA

L. Herrmann

CRISE DO ESPIRITO

Astrojildo Pereira

7 CARTAS LOUCAS – I, II, III e IV

Afonso Schmidt

ESPLENDOR E DECADÊNCIA DO ALOGDÃO EM SÃO PAULO

Ruy Barbosa Cardoso

MONTEIRO LOBATO – O HOMEM

Artur Neves

Caio Prado Junior

LEI DE SEGURANÇA

Rivadavia Mendonça

DUAS TEORIAS NA GENÉTICA

Dr. Plinio Ribeiro Cardoso

CAFÉ

Fabio C. Sampaio

SANTA

Ivan Pedro de Martins

A LUTA PELA PAZ

A. Fadeyev

TEATRO

Pedro S. Almeida